ANO 2020
NÚMERO 43

Faces de Eva
Estudos sobre a Mulher

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
LÍMUS

Faces de Eva
Estudos sobre a Mulher

FACES DE EVA
Revista de Estudos sobre a Mulher
N.º 43 – 2020

Primeira Directora: Zília Osório de Castro

Direcção: Zília Osório de Castro • Isabel Henriques de Jesus

Coordenação: Indira Leão / Maria do Rosário Barardo

Assessora de Direcção: Natividade Monteiro

Secretária de Edição: Maria do Céu Borrêcho

Consultora: Regina Tavares da Silva

Redacção: Alexandra Alves Luís, Ana Cristina Oliveira, Ana Ribeiro, Ana Rosa Mota, Catarina Inverno, Cristina L. Duarte, Elisabeth Évora Nunes, Ilda Soares de Abreu, Isabel Henriques de Jesus, João Esteves, Maria do Céu Borrêcho, Maria do Rosário Barardo, Maria José Remédios, Maria Reynolds de Souza (membro honorária), Natividade Monteiro, Regina Tavares da Silva (membro honorária), Rita Mira, Sandra Leandro, Susana Cámara Marín, Zília Osório de Castro.

Conselho Editorial: Ana Guil Bozal (Universidade de Sevilha), Ana Isabel Buescu (Universidade NOVA de Lisboa), Ana Pires Pessoa (Instituto Politécnico de Setúbal), Anne Cova (Universidade de Lisboa), Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade NOVA de Lisboa), Carla Cibele Figueiredo (Instituto Politécnico de Setúbal), Consuelo Flecha García (Universidade de Sevilha), Dalila Cerejo (Universidade NOVA de Lisboa), Deolinda Adão (Universidade da Califórnia - Berkeley), Esther Martínez Quinteiro (Universidade de Salamanca), Eugénia Vasques (Instituto Politécnico de Lisboa), Fernando Ribeiro (Universidade NOVA de Lisboa), Filipa Vicente (Universidade de Lisboa), Irene Vaquinhas (Universidade de Coimbra), José Luís Garcia (Universidade de Lisboa), Krassimira Daskalova (Universidade de Sófia), Mara Montanaro (Universidade de Paris 8), Maria do Mar Pereira (Universidade de Warwick), Maria da Conceição Nogueira (Universidade do Porto), Maria Luísa Ribeiro Ferreira (Universidade de Lisboa), María de la Paz Pando Ballesteros (Universidade de Salamanca), Mary Garcia Castro (Universidade Federal da Bahia), Paula Gomes Ribeiro (Universidade NOVA de Lisboa), Paula Pinto Costa (Universidade do Porto), Paulo Ribeiro Baptista (Museu Nacional do Teatro e da Dança), Teresa Joaquim (Universidade Aberta), Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (Universidade Católica do Salvador).

Direcção gráfica e capa: António Pedro

Revisão: Margarida Baldaia

Referees: Bárbara Bäckström (Universidade Aberta), Cristina Máguas (Universidade de Lisboa), Cristina Sales Oliveira (Universidade da Beira Interior), Frederico Cantante (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa), Inês Brasão (Instituto Politécnico de Leiria), Joana Topa (Universidade de Lisboa), Magda Guadalupe (Universidade do Estado de Minas Gerais), Manuel Abrantes (Universidade de Lisboa), Maria da Luz Sampaio (Universidade NOVA de Lisboa), Sofia José Santos (Universidade de Coimbra), Tatiana Moura (Universidade de Coimbra), Teresa Mouga (Instituto Politécnico de Leiria).

Edição: CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa; Húmus • Apartado 7081, 4764-908 Ribeirão – Vila Nova de Famalicão

Execução gráfica: Papelmunde

Sede: Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.
Avenida de Berna, 26 C · 1069-061 Lisboa www. facesdeeva.fcsh.unl.pt · email: facesdeeva@fcsh.unl.pt

ISSN 0874-6885 Depósito legal n.º 145 434/99 Tiragem: 300 exemplares
Periodicidade semestral Ano 2020: grátis
Solicita-se permuta/ Exchange requested /On demande l'échange/Man bittet um Austausch

A revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* está indexada na plataforma SciELO – Scientific Electronic Library Online (www.scielo.org), SciELO Citation Index, no Catálogo LATINDEX – Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal (www.latindex.org), no índice ERIH PLUS – European Reference Index for Humanities and Social Sciences (www.erihplus.nsd.no), CIRC, ClassifICS, ERA – Excellence in Research for Australia, Index Copernicus International, MIAR - Information Matrix for the Analysis of Journals, MLA – Modern Language Association Database, QUALIS/CAPES. É membro da rede EIGE sobre a Igualdade de Género – EuroGender (www.eurogender.eige.europe.eu).

Apoios: Edição co-financiada através de um projecto de Campanhas de Sensibilização na Área da Cidadania e Igualdade de Género promovido pela CIG com apoio do Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE), tipologia 3.14.
Fundos Nacionais ao abrigo do projecto UID/SOC/04647/2019 da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

SUMÁRIO

5 NOTA DE ABERTURA
Isabel Henriques de Jesus

11 POEMA

Jardim perdido
Sophia de Mello Breyner Andresen

HOMENAGEM

17 O legado de Manuela Silva: Um desafio para o futuro
Carlos Farinha Rodrigues

25 Aprender com Manuela Silva
Margarida Chagas Lopes

ESTUDOS

35 Why does peace matter for the feminist and women's movement for gender equality? Disentangling the relationships between women and peace and security and the Beijing Declaration and Platform for Action
Agnieszka Fal-Dutra Santos

61 Assimetrias de género na(s) engenharia(s) em Portugal: Dinâmicas e desafios
Catarina Teixeira | Sara Falcão Casaca

83 A Plataforma de Ação de Pequim e o processo de revisão Pequim +25
Elsa Quinteiro de Nogueira

103 Uma reflexão sobre desigualdade de género e saúde no contexto da migração: Que desafios e respostas para a promoção da saúde das mulheres migrantes?
Sónia Dias | Mariana Nunes | Ana Gama

121 On the 25th Anniversary of the Beijing Conference on Women: Assessing progress in achieving meaningful gender-balance in environmental policy making and management
Susan Buckingham

ESTADO DA QUESTÃO

149 Associação Mulheres Sem Fronteiras
Ana Ribeiro

DIÁLOGOS

159 25 anos da Plataforma de Ação de Pequim
CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
PpDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

ENTREVISTAS

171 Rosa Monteiro
Elsa Quinteiro de Nogueira | Indira Leão

181 Maria Virgínia Brás Gomes
Mariana de Oliveira Rodrigues

PIONEIRAS

191 Beatriz Craveiro Lopes
Maria do Céu Borrêcho | Cristina César das Neves

197 Dina Pedro
Indira Leão

(AUTO-)RETRATO

205 Ana Coucello

213 Maria Isabel Aboim Inglez
Margarida Tengarrinha

LEITURAS

225 Mulheres e eleições
Anne Cova

229 As vozes que se entrecruzam: Múltiplas discriminações II
Natividade Monteiro

LINHA EDITORIAL. NORMAS DE PUBLICAÇÃO

235 Procedimento de arbitragem/Peer reviewing process
237 Normas de publicação/Publication norms
243 Proposta de assinatura

Nota: A regra ortográfica de cada artigo respeita a opção de autoras e autores.

Nota de abertura

ISABEL HENRIQUES DE JESUS*

Este número da revista *Faces de Eva* ficará inevitavelmente ligado a um momento inesquecível da nossa vida colectiva. Quase toda a sua preparação ocorreu em pleno confinamento social, por via de um perigo que insidiosamente se intrometeu na nossa habitual forma de nos relacionarmos, trabalharmos e nos amarmos. O que isso significou de aprendizagem colectiva é já manifesto em alguns aspectos, mas muito há ainda para descobrir, conforme o tempo for passando e nos permitir o distanciamento suficiente para compararmos o antes, o durante e o depois. Será que o isolamento a que nos votámos permitiu o aprofundamento da nossa consciência social? Será que queremos alterar modelos que, de tão interiorizados, foram vividos como "normais", e por isso a sua ausência nos abalou tanto? E o que ganhámos? E o que conseguimos manter? E do que temos saudades? E o que não queremos voltar a ser ou a ter? Estas e outras questões evidenciam as perplexidades destes tempos. As respostas reflectirão o que quisermos aprender.

Certa, foi a pertinácia que nos manteve unidas em torno da construção do presente número de *Faces de Eva* e que nos acalentou nos momentos de maiores dificuldades. Das muitas apreensões que íamos transmitindo, primeiro, incrédulas com uma realidade insólita, e depois, gradualmente resignadas com o inevitável, as dificuldades de concentração passaram a

DOI: https://doi.org/10.34619/3mhs-y049

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher, 1069-061 Lisboa, Portugal
misabeljesus@fcsh.unl.pt

ser queixa recorrente e partilhada. Dos receios sentidos e revelados também por autoras/es, emanou uma força e uma compreensão mútuas que permitiram os avanços lentos mas seguros com que fomos prosseguindo a edição. Não raras vezes, as trocas de *emails* permitiram desabafos e um verdadeiro sentido de união e de preocupação com o bem-estar do/a outro/a, combinando, para um futuro próximo, encontros afectuosos que, por ora, se mantêm adiados.

Há algum tempo que estava definido o âmbito deste n.º 43 de *Faces de Eva* para o qual nos preparámos com antecedência. Tratava-se de assinalar, neste ano de 2020, os 25 anos da Conferência de Pequim. A importância dessa efeméride, exigindo um olhar focado nas assimetrias de género e na necessidade de corrigir os múltiplos aspectos em que se verificavam e, ainda hoje, decorridos 25 anos e salvaguardados os avanços, se verificam, impôs à revista *Faces de Eva* dedicar os seus dois números anuais à Declaração de Pequim e à Plataforma de Acção de Pequim (PAP), adoptada nessa IV Conferência Mundial sobre as Mulheres.

Ao identificar um conjunto de áreas de acção, a PAP configura-se como um instrumento de compromisso político e referência de políticas públicas a nível mundial, conforme é assinalado em muitos dos textos que constituem esta edição. O seu conhecimento e a apropriação pelas sociedades podem constituir elementos de sinalização e de consciência colectiva sobre o muito que ainda é necessário fazer para que as mulheres atinjam uma verdadeira igualdade de oportunidades. O leque de áreas definidas pela PAP é múltiplo e foi nossa intenção evidenciar caminhos percorridos, mas também equacionar falhas ou situações de maior lentidão na prossecução dos objectivos. Para isso, convidámos peritas em áreas diversas, oriundas quer da academia quer das organizações nacionais e internacionais, e ouvimos mulheres cujos saberes e histórias de vida as colocam no centro da construção da imagem das mulheres como parceiras de pleno direito no seio de sociedades mais justas, ou, se quisermos, das únicas sociedades justas, aquelas em que mulheres e homens, independentemente da sua cor, estrato social, religião ou orientação sexual, partilham e garantem os valores e os direitos humanos.

Como orientadora deste percurso que gradualmente fomos trilhando, contámos com a presença sempre disponível e sábia de Regina Tavares de Silva, que nos ajudou a colmatar as dificuldades com que partimos para este desafio. Tínhamos vontade e motivação, o trabalho nunca nos assustou,

mas precisávamos de um rumo, de um caminho por onde começar a desbravar. Gostaríamos que os/as leitores/as fruíssem a leitura deste volume e o entendessem como uma oferta de *Faces de Eva* para a construção de um mundo que queremos mais humano, agora que a pandemia visibilizou ainda mais a vulnerabilidade de alguns sectores da sociedade, incluindo muitas mulheres. Pensemos no que deve ter sido o terror do confinamento partilhado com o agressor, a perda de rendimentos, as assimetrias nos cuidados e no trabalho doméstico, que, não sendo problemas exclusivos das mulheres, sabemos como nelas atingem proporções devastadoras. E a variável género terá seguramente mensurações diferentes quando forem avaliadas as consequências psicológicas, económicas e sociais deste período, prevendo-se que as desigualdades assinaladas na PAP, e que ao longo dos últimos 25 anos têm sido motivo de diferentes planos de intervenção, se acentuem. A capacidade de recuperação dependerá do tempo, dos sectores em que incidem e dos suportes políticos em que assentem. E será tanto mais difícil quanto mais afastado se estiver de uma concepção de igualdade como fundamento de direitos humanos.

Portanto, a história desta edição, associando a evocação de uma efeméride, com um significado tão poderoso na vida das mulheres, a uma situação inesperada que abalou ainda mais as frágeis estruturas socioeconómicas e de trabalho de muitas, ficará inexoravelmente na memória de quem, apesar dos constrangimentos, nunca desistiu de concretizar mais este número de *Faces de Eva*.

Desistência era palavra desconhecida no léxico de Manuela Silva – figura que escolhemos para capa –, diz-nos uma breve aproximação à sua vida e obra. Precursora dos estudos sobre a pobreza e a exclusão social, neles inscreveu desde cedo a componente de intervenção, acreditando no envolvimento e no protagonismo dos actores sociais nas estratégias de desenvolvimento. Consciente de que, entre os vulneráveis, as mulheres constituíam um risco com raízes profundas nos padrões da desigualdade, foi uma das vozes que iniciaram em Portugal os estudos sobre as mulheres, nomeadamente focando as questões das desigualdades no emprego. Denunciou a "mão invisível" que coarcta as oportunidades, mostrando que a economia e o mercado de trabalho não são neutros no que ao género diz respeito. Se a pobreza foi uma das suas áreas de estudo e de intervenção, a dimensão específica da pobreza no feminino e o seu significado social constituíram

motivos de preocupação e, como sempre, de pesquisa, mobilizando equipas e espalhando sementes que, reconhecidamente, prosseguem o seu trabalho.

O percurso atento e interventivo de Manuela Silva face às assimetrias económicas e sociais, particularmente das mulheres, não apenas simboliza a temática a que esta edição nos conduz mas constitui também um apelo a uma maior humanização das sociedades, como resposta global às questões formuladas no início desta Nota de Abertura.

Lamentamos a perda, em fins de Dezembro de 2019, de um elemento da equipa *Faces de Eva.* Maria Emília Stone integrou a nossa equipa de investigação, desde os seus primeiros tempos, tendo-se empenhado em vários projectos, de onde destacamos a coordenação do *Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX)*, editado em 2005 por Livros Horizonte, e *Feminae – Dicionário Contemporâneo*, editado em 2013 pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Pela sua dedicação, entusiasmo, responsabilidade e sentido de humor, prestamos-lhe a nossa sincera homenagem. Muito obrigada, Maria Emília!

Isabel Henriques de Jesus

Poema

.....

* Andresen, S. M. B. (1944). *Poesia*.

JARDIM PERDIDO

Jardim em flor, jardim de impossessão,
Transbordante de imagens mas informe,
Em ti se dissolveu o mundo enorme,
Carregado de amor e solidão.
A verdura
das arvores ardia,
O vermelho das rosas transbordava
Alucinado cada ser subia
Num tumulto em que tudo germinava.
A luz trazia
em si a agitação
De paraísos, deuses e de infernos,
E os instantes em ti eram eternos
De possibilidades e suspensão.
Mas cada
gesto em ti se quebrou, denso
Dum gesto mais profundo em si contido,
Pois trazias em ti sempre suspenso
Outro jardim possível e perdido.

Sophia de Mello Breyner Andresen[*]

.....

DOI: https://doi.org/10.34619/wm4p-xq10

Homenagem

* Universidade de Lisboa, ISEG – Lisbon School of Economics & Management
1200-781 Lisboa, Portugal
carlosfr@iseg.ulisboa.pt

O legado de Manuela Silva
Um desafio para o futuro

CARLOS FARINHA RODRIGUES *

A partida de Manuela Silva deixou um vazio difícil de preencher na sociedade portuguesa, e esta minha breve homenagem deverá ser entendida como uma forma de preservar e aprofundar o seu legado de nunca desistir de lutar por uma sociedade mais justa, equitativa, solidária e sem pobreza ou exclusão social. O testemunho prestado ao seu percurso não é predominantemente um revisitar do passado: as convicções por que Manuela Silva sempre lutou permanecem vivas naqueles que com ela aprenderam, trabalharam ou simplesmente partilharam ideias. A sua visão de uma economia ao serviço das pessoas, a necessidade de um desenvolvimento socioeconómico sustentado e inclusivo permanecem hoje como um desafio para o futuro, como um guia para todos aqueles que partilham dessa mesma visão.

Permitam-me que comece com uma nota pessoal. Manuela Silva foi das pessoas que mais marcou a minha vida pessoal e académica durante os últimos 40 anos. Foi minha professora no Mestrado em Economia do ISEG, orientadora da minha tese de Mestrado e co-orientadora (com o

DOI: https://doi.org/10.34619/s9br-3287

Prof. Tony Atkinson) da minha tese de Doutoramento. Tive o privilégio de trabalhar com ela no CISEP (Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa), no CRC (Centro de Reflexão Cristã), no grupo Economia e Sociedade e em múltiplas actividades no ISEG.

Ao longo desta caminhada comum que ela me proporcionou, aprendi muito do ponto de vista académico e beneficiei largamente da sua energia resplandecente e contagiante, capaz de galvanizar e mobilizar vontades e de conferir sempre uma utilidade social ao trabalho desenvolvido. Mas, acima de tudo, aprendi com ela uma visão profundamente humanista da sociedade e do mundo, em que a actividade humana somente ganha o seu verdadeiro sentido se se traduzir num serviço à comunidade em que estamos inseridos e, em particular, aos seus elementos mais desfavorecidos. Com a partida de Manuela Silva perdi uma amiga sempre presente, alguém que nas pequenas e nas grandes questões constituía sempre uma luz esclarecida quanto ao caminho a trilhar e às formas de o percorrer. Ficam-nos os seus ensinamentos, a memória do seu amor à vida e ao próximo.

Descrever o percurso de Manuela Silva, ainda que de uma forma muito sucinta e incompleta, não é tarefa fácil. A profundidade da sua reflexão sobre a sociedade e a vida, diferentes espaços em que a sua acção se desenvolveu, a profunda energia que colocava em tudo o que fazia e a enorme capacidade de mobilizar a participação de outros, conjuntamente com a enorme coerência das ideias e prática desenvolvidas ao longo dos anos, inviabilizam qualquer tentativa de segmentar cada uma das vertentes de actuação do seu trabalho.

As várias facetas que dela conhecemos são inseparáveis: a economista brilhante que sempre foi, a cidadã activamente empenhada numa sociedade mais justa, a professora universitária sempre atenta ao papel da Universidade na sociedade, a católica profundamente marcada pela doutrina social da igreja.

Maria Manuela da Silva nasceu em Cascais em 1932. O seu percurso académico inicia-se na Escola Comercial de Ferreira Borges e no Instituto Comercial de Lisboa, ingressando no ISCEF, agora Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, em 1949.

O seu tempo de estudante universitária não é somente despendido com as actividades académicas. Cedo encontra forma de as conjugar com

uma participação intensa na Juventude Universitária Católica Feminina, onde, entre outras actividades, é responsável pela realização do primeiro inquérito à condição dos estudantes universitários em Portugal.

A sua entrada no ISCEF coincide com o lançamento da primeira licenciatura em Economia em Portugal. Cinco anos depois, torna-se a primeira mulher licenciada em Economia por uma Universidade Portuguesa, obtendo a classificação mais elevada do seu curso (17,3 valores). Não obstante, e ao contrário dos restantes três primeiros Licenciados em Economia (todos homens), Manuela Silva não é convidada para a carreira docente unicamente por ser mulher.

Afastada da Universidade, Manuela Silva inicia a sua vida profissional. Entre 1955 e 1960 desempenha funções no Ministério das Corporações e Previdência Social, nos Serviços de Acção Social e no Centro de Estudos Sociais e Corporativos da Junta de Acção Social. Tendo a incumbência de acompanhar as relações laborais, particularmente a situação das mulheres no mercado de trabalho, cedo se destaca aquela que se tornaria uma das vertentes essenciais da sua visão e actividade em todos os organismos por onde passou: a profunda preocupação social com os diferentes aspectos da economia.

Essa preocupação social está presente logo nos primeiros artigos que publica, ainda nos anos 1950, onde a temática dos salários, e da sua justa determinação, surge claramente vincada: "Contribuição ao estudo do salário na indústria transformadora portuguesa", em 1956, "Sobre a análise económica do salário" e "O salário e a reforma da empresa", em 1957, "Critérios económicos e fixação de salários nas economias livres", em 1959, e "Sobre o princípio de 'trabalho igual salário igual'", em 1960.

Na década de 1960 participa activamente no Graal, movimento internacional de mulheres católicas, onde desenvolve um projecto pioneiro no estudo do desenvolvimento comunitário em Portugal na zona de Portalegre. Além da identificação das principais carências da população, o projecto promove iniciativas de alfabetização e de consciencialização social.

A sua participação em iniciativas de desenvolvimento comunitário ganha uma consistência acrescida ao fazer parte da equipa de "Estudos e experimentação em desenvolvimento comunitário" promovida pela Associação Industrial Portuguesa (1960-64), continuando com a sua nomeação primeiro para Directora do Gabinete de Estudos Sociais do Ministério

da Saúde e depois para Chefe dos Serviços de Acção Social Comunitária do mesmo Ministério.

O trabalho de desenvolvimento comunitário implementado nas freguesias de Benedita e Bárrio no concelho de Alcobaça constitui um estudo marcante e inovador de levantamento socioeconómico e demonstra as potencialidades do planeamento do desenvolvimento local participado. Mais, reflecte uma visão inovadora da própria noção de desenvolvimento já claramente consolidada em Manuela Silva.

A sua actividade profícua é testemunhada por diversos artigos: "Oportunidade do desenvolvimento comunitário em Portugal" e "Assimetrias espaciais do progresso no continente português", em 1964, "O desenvolvimento económico e a política social", em 1970, e "Os discursos de planificação social e os sistemas de exclusão que os demarcam", em 1976.

Em 1970, Manuela Silva volta ao ISEG, agora como docente, onde é responsável pela reorganização, criação e leccionação das disciplinas de Planeamento Social, Teoria e Técnicas de Planeamento e Política Económica (todas da licenciatura em Economia) e de Planeamento (do Mestrado em Economia).

Esta preocupação crescente com as questões do planeamento e a política social é reflectida em diversas obras deste período: "O desenvolvimento económico e a política social", em 1970, "Análise sistémica, modelização social e planificação", em 1973, e "Os discursos de planificação social e os sistemas de exclusão que os demarcam", em 1976.

A importância que confere à necessidade de repensar tanto as questões do desenvolvimento (económico, social, ambiental) como as do planeamento em resposta aos desafios do desenvolvimento ganha um novo espaço de intervenção cívica com a sua nomeação para Secretária de Estado para o Planeamento no I Governo Constitucional, em 1976-77. Sob a sua orientação, é elaborado um plano nacional de desenvolvimento económico e social (Plano de Médio Prazo 77-80), assente numa estratégia de desenvolvimento segundo as necessidades básicas. Apesar de nunca ter sido aprovado e implementado, este plano representa um esforço ímpar da administração pública pós-25 de Abril de identificar os principais estrangulamentos da economia e da sociedade e encontrar soluções capazes de promover um desenvolvimento sustentado do nosso país.

Terminada a experiência governativa, Manuela Silva volta à docência e investigação no ISEG. Entre 1982 e 1985 é directora da revista *Estudos de*

Economia e preside ao Conselho Pedagógico. Manuela Silva assume igualmente um papel de destaque na criação do CISEP, sendo seu membro–fundadora e também membro da sua primeira Comissão Directiva. No final dos anos 1980, é responsável pela criação de uma pós-graduação e de um mestrado em Economia e Política Social.

É também na década de 1980 que Manuela Silva coordena os primeiros estudos científicos sobre a pobreza realizados em Portugal: "Uma estimativa da pobreza em Portugal em Abril de 1974", em 1984, "A pobreza em Portugal", em 1985, "Pobreza urbana em Portugal", em 1987, e "A pobreza infantil em Portugal", em 1991. Não poderia aqui deixar de referir a sua colaboração com Alfredo Bruto da Costa, outro nome incontornável na realização destes estudos.

Manuela Silva é igualmente pioneira nos estudos sobre desigualdade da repartição do rendimento e sobre igualdade de género: "Desenvolvimento económico e repartição do rendimento" e "O emprego das mulheres em Portugal – A mão invisível na discriminação sexual no emprego", em 1983, e "A repartição do rendimento em Portugal no pós-Abril 74 – Tópicos para um debate", em 1985.

Manuela Silva aposenta-se como Professora Catedrática convidada do ISEG em 1993, mas a sua ligação activa à Universidade mantém-se durante vários anos, quer como orientadora de doutoramento de vários jovens assistentes, quer como membro do Conselho Geral da Universidade Técnica de Lisboa, onde desempenha um papel de relevo no processo de fusão da Universidade Técnica de Lisboa e da Universidade de Lisboa. Em 2013, a Universidade de Lisboa atribui-lhe o "Doutoramento *Honoris Causa*", sob proposta do Conselho Científico do ISEG.

No entanto, a actividade de Manuela Silva nunca esteve exclusivamente confinada aos muros da Universidade. A criação de diversos centros de investigação e de reflexão foi uma constante do seu processo de vivenciar e disseminar as ideias e os valores em que acreditava e por que se batia, de construir espaços múltiplos de debate e de mobilização na defesa de uma sociedade mais democrática, mais justa, de um desenvolvimento sustentável e de uma economia ao serviço das pessoas. Muitas dessas iniciativas são indissociáveis do seu envolvimento no seio da Igreja Católica, onde foi sempre uma voz actuante e participante, mas igualmente crítica.

Em 1975 cria o CRC, de que é presidente durante vários anos, e é directora da revista *Reflexão Cristã*, para a qual escreve múltiplos artigos.

Em 1992 funda o CESIS (Centro de Estudos para a Intervenção Social) com o objectivo explicito de "analisar, para compreender, a realidade social nas suas diferentes dimensões e de intervir para promover a coesão social". Entre 1983 e 1987 é presidente do Movimento Internacional dos Intelectuais Católicos/Pax Romana. Entre 2006 e 2008 preside à Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP).

Um dos aspectos mais salientes da sua actividade na CNJP é, em 2008, a apresentação na Assembleia da República de uma proposta que reclama a definição da pobreza como uma violação de direitos humanos a partir da qual se devem retirar as necessárias consequências nos planos político e jurídico. O projecto foi aprovado por unanimidade, mas as suas implicações práticas foram, infelizmente, quase nulas.

Nos anos mais recentes, a reflexão e a acção de Manuela Silva desdobram-se prioritariamente por três instituições: a Fundação Betânia, a Rede Cuidar da Casa Comum e o grupo de reflexão Economia e Sociedade.

A Fundação Betânia, de que foi fundadora e Presidente vitalícia, é um espaço que se propõe "a procura de novos alicerces culturais e espirituais, que conduzam à realização harmoniosa do ser humano, na sua globalidade, e abram caminhos a modos de vida e a relações sociais orientadas segundo o Primado do Amor". Nesse espaço, Manuela Silva desenvolve e publica mensalmente no site da fundação muitos dos seus textos de cariz mais espiritual e religioso, reunidos em livros como *Ouvi do Vento*, de 2010 (textos de 2003-09). Outras obras marcantes desta vertente da reflexão são *No Jardim do Peixe*, de 2014, e *Resiliência Criatividade Beleza*, de 2018.

Em 2017 Manuela Silva funda e dinamiza a Rede Cuidar da Casa Comum, com o objectivo de aprofundar e difundir a encíclica "*Laudato si*' – Sobre o cuidado da casa comum" do Papa Francisco, e onde o debate sobre as questões ecológicas de âmbito nacional e mundial e a sugestão de caminhos de actuação para uma ecologia integral são as preocupações fundamentais.

Também criado e dinamizado por Manuela Silva, Economia e Sociedade é um grupo de reflexão cujas tomadas de posição procuram contribuir para o debate de questões relevantes e oportunas para o desenvolvimento da economia e da sociedade portuguesa e para a construção de uma nova economia ao serviço de um desenvolvimento humano e sustentável.

Das suas actividades recentes destacam-se os amplos debates nacionais sobre temas como "Pensar a Educação", em 2015, "Por onde vai o

ensino da Economia?" e "Economia e Sociedade – Pensar o Futuro", ambos em 2019. Estes debates, assentes em estudos aprofundados amplamente discutidos em reuniões preparatórias e posteriormente publicados, traduzem fidedignamente algumas das preocupações centrais do pensamento de Manuela Silva ao longo de toda a sua vida: o papel da educação, em particular, o do ensino da economia, e o modelo de sociedade e de desenvolvimento.

A descrição, ainda que incompleta, a que procedemos do percurso de Manuela Silva permite-nos ter uma visão da importância que ela teve na identificação dos problemas sociais que afectam a nossa sociedade, da sua luta por uma sociedade mais justa onde a pobreza seja erradicada e as desigualdades fortemente reduzidas, na defesa de uma economia ao serviço das pessoas e numa noção de desenvolvimento sustentado do ponto de vista social, económico e ambiental.

Mas aqueles que com ela percorreram parte desse percurso guardam adicionalmente o testemunho da sua enorme capacidade de reflectir sobre os problemas e encontrar soluções, da coragem com que sempre defendeu as suas ideias, do seu talento para ouvir mas também envolver os outros, do enorme capital de esperança transformadora que transmitia a tudo em que se envolvia. Como Manuela Silva descreve no seu livro *Ouvi do Vento*, "Há pessoas cuja presença é, por si mesma, um feixe de luz que irradia, tanto para os lugares onde habitam como para as outras pessoas à sua volta". Manuela Silva era, inquestionavelmente, uma dessas vidas luminosas.

O principal legado que Manuela Silva nos deixa é um desafio para nos inquietarmos, para não baixar os braços, para continuar o seu combate por uma economia ao serviço das pessoas, que preserve a casa comum onde todos hoje habitamos e onde novas gerações irão habitar no futuro e que assegure um desenvolvimento socioeconómico sustentado e inclusivo.

ISEG, Junho de 2020

* mchagaslopes@gmail.com

Aprender com Manuela Silva

MARGARIDA CHAGAS LOPES*

Não tive o privilégio de ser sua aluna, embora tenha estudado no ISCEF-ISE quando Manuela Silva aí ensinava. Tendo optado por áreas diferentes da Economia, também não fui sua orientanda de mestrado ou doutoramento. Em quarenta anos de ensino naquela mesma instituição, muitos dos quais coincidentes com os seus períodos de docência na mesma, nunca pertenci igualmente a qualquer das equipas de investigação que coordenou ou que integrou.

Como aprendi – e aprendo – então, com Manuela Silva?

O nosso primeiro contacto mais directo foi quando, em 1988, me convidou para a substituir na coordenação portuguesa do Grupo As Mulheres e o Mercado de Trabalho, dependente da então Direcção-Geral V da Comissão Europeia. Estava eu a meses de concluir a dissertação de doutoramento, a que se seguiria a preparação das provas públicas, e aquele convite que tanto me honrou também me deixou quase em pânico. Como conciliar tudo? E, sobretudo, como conseguir impor a mim mesma um nível de rigor e

DOI https://doi.org/10.34619/cc7k-x290

qualidade de desempenho que atenuassem o inevitável fosso entre a obra que tinha deixado e a minha modesta possibilidade? Precursora também no domínio da igualdade entre mulheres e homens na economia e na sociedade, Manuela Silva gozava já de uma reputação assinalável neste campo onde eu mal começava a debutar... Valeram-me de muito o trabalho, conhecimento e experiência da Heloísa Perista, que já vinha trabalhando com Manuela Silva neste domínio. Mas valeu-me ainda mais a disponibilidade amiga de ambas, sempre prontas a ouvir e esclarecer as minhas dúvidas, a primeira, e a partilhar comigo as veredas dos novos percursos que ia tacteando, para além de outros trabalhos de investigação, a Heloísa.

Foram cerca de sete anos de trabalho numa área – a dos Estudos de Género – que se me tornou cada vez mais cara e onde prossegui em investigação já depois de ter saído daquele Grupo. Mas a principal aprendizagem não foi, propriamente, a dos conteúdos teóricos, das problemáticas e situação concreta das mulheres e homens portugueses e europeus quanto à situação perante o trabalho e o emprego. E esse já foi conhecimento de monta. A lição mais importante obtive-a directamente da postura de Manuela Silva ao ter-me convidado: há que dar lugar aos novos. Além disso, referia ela, já assumo responsabilidades em domínios diversos e estou ávida de novos desafios que se me colocam... Não seriam estas as palavras textuais da Professora – nunca consegui deixar de tratá-la assim –, mas o sentido e significado eram esses.

Manuela Silva era alguém que, numa fase já avançada da vida profissional e, sobretudo, já tornada referência nacional e internacional, se movia ainda, e sempre, pelo entusiasmo do novo desafio, do projecto em construção. Alguém incapaz de se acomodar à sombra do nome já feito e do reconhecimento generalizado, antes se comportando com a humildade de uma verdadeira cientista social: em busca contínua, sempre insatisfeita com os resultados obtidos e em permanente diálogo com as diversas comunidades de referência. Que pena que cada vez mais escasseiem os cientistas sociais que assim pensam e agem...

Com o correr dos anos fui aprendendo, por observação da vertente pública da sua vida, que na maior parte das vezes era Manuela Silva quem concebia e construía os seus próprios desafios e que para eles convidava ... veementemente... aqueles e aquelas em quem depositava confiança para consigo se envolverem em novas dinâmicas e projectos. Inserida na

carreira docente no ISE-ISEG, tendo orientado o meu trabalho de docente e investigadora para outros domínios – primeiro, o da Economia dos Recursos Humanos, depois os das Economia e Políticas da Educação e do Conhecimento –, acompanhava à distância e pela descrição de colegas e amigos o seu envolvimento naqueles desafios, instituições e projectos. Por diversas vezes, sempre que ocorriam coincidências temáticas, Manuela Silva me convidou para intervir em seminários e debates que dinamizava naqueles seus diversos planos de intervenção cívica e cidadã. E em cada uma delas se adensava o meu receio de não estar à altura da missão que me propunha. Sempre honrada com tais convites, sentia neles um estímulo para aprender algo mais ao preparar-me para lhes dar resposta. E também sempre, sem excepção que me ocorra, fui recebida com o elogio crítico e a opinião construtiva e aberta de quem fazia do ensino-aprendizagem o seu modo de ser e forma natural de estar na vida.

Aproximando-se a fase da minha passagem à aposentação, há cerca de seis anos, os nossos contactos intensificaram-se. A Professora convidou-me então para integrar o Grupo Economia e Sociedade (GES), por si criado e coordenado. Este Grupo, onde já se integravam alguns antigos colegas, professores e outros membros, tem constituído para mim uma verdadeira escola de aprendizagem. Como investigadora da Universidade de Lisboa (UL), situação que decidi manter mesmo depois de aposentada, tenho conseguido obter uma grande complementaridade entre os meus trabalhos de investigação no centro SOCIUS-UL e no GES. Aqui desenvolve-se, com efeito, um importante trabalho de "extensão universitária", para utilizar uma expressão corrente nos meios académicos, com o aprofundamento de grandes temáticas de actualidade como a do desenvolvimento sustentável, a transição de paradigma económico e social, a crise ambiental, o processo europeu, entre outras. Dentro destes temas mais vastos, a preocupação do GES tem vindo a prender-se com aspectos mais significativos para a realidade económica e social portuguesa: a evolução demográfica, a situação da Segurança Social, a questão da pobreza e das desigualdades sociais, a análise dos sistemas e processos de saúde e de educação, a coesão e ordenamento do território, por exemplo.

Permita-se-me que dedique um pouco mais da minha atenção ao trabalho deste Grupo, já que a minha inserção no mesmo me tem permitido a parte mais nobre e expressiva das aprendizagens que devo a Manuela Silva.

Quem vê de fora e aprecia os *outputs* do trabalho do GES, como os seminários e conferências, a edição de livros e outros documentos, a animação do seu blogue (areiadosdias@blogspot.com), surpreende-se com o facto de se tratar de um grupo informal, cujos membros exercem a sua actividade em termos totalmente voluntários, apenas animados pelos valores da cidadania e da responsabilidade de intervenção social. Por vezes, mesmo nos centros de investigação universitários, obrigados como é sabido à produção de resultados científicos sujeitos a avaliação, a dinâmica e os resultados são bem menos expressivos...

A que se deve, então, esta capacidade de mobilização, esta dinâmica? Sem dúvida que ao trabalho de todos os seus membros. Mas, muito especialmente, à força inspiradora, ao convite veemente, ao desafio constante, ao saber constituído e à disponibilidade de trabalho permanente da sua fundadora, Manuela Silva. E não menos, também, à sua capacidade e vontade de entrosamento social e comunitário, granjeadoras de um capital de relacionamento com peritos, autoridades nas diversas matérias e decisores institucionais cujo contributo ou atenção nunca se cansou de suscitar.

Houve um domínio em que tive o privilégio de ser mais directamente chamada a colaborar: o da Educação. O funcionamento do sistema educativo português, nos seus diferentes graus e problemáticas, sempre constituiu uma área de grande preocupação para Manuela Silva. A esse facto não terão sido estranhas também as suas funções de Presidente do Instituto de Tecnologia Educativa – aquele a que devemos a Telescola – e de Inspectora-Geral do Ministério da Educação. Contando com o seu vastíssimo conhecimento, sobrevalorizando, generosamente, as minhas capacidades como docente e investigadora em Economia e Políticas de Educação e do Conhecimento, e convocando o contributo específico de outros peritos, decidiu propor ao GES uma reflexão aprofundada neste domínio. Com início em finais de 2013, abarcando todo o ano de 2014 e o início de 2015, desenvolveu-se então um trabalho criterioso e empenhado que interessará conhecer mais detalhadamente, já que se revela um modelo de boas práticas de um/uma cientista social.

Manuela Silva começou por dirigir um convite, digamos veemente, a sete especialistas nas seguintes áreas da educação: educação de infância, ensino especial, escolaridade obrigatória, ensino de adultos, ensino universitário, formação de professores e administração e organização do sistema

educativo. Com o convite, enviava igualmente o pedido de constituição da equipa de trabalho que entendessem mais adequada, um "caderno de encargos" que obrigava à apresentação explícita de propostas para o futuro e um cronograma para cujo cumprimento rigoroso também apelava. Assim, entre Julho e Outubro de 2014, ficaram disponíveis os primeiros contributos daqueles sete grupos: outros tantos documentos de trabalho, os quais vieram a dar lugar a intensa análise e apreciação no âmbito do GES. A segunda fase daquele "caderno de encargos" envolvia duas actividades: a realização de outros tantos seminários temáticos e o pedido de um parecer a consultores que então também convidou. Para aqueles sete seminários, realizados durante o ano lectivo de 2014, foram convidados professores das escolas da Grande Lisboa, especialistas com créditos firmados em cada um daqueles temas e, naturalmente, os autores dos documentos. Foram bastante animados aqueles seminários: os participantes estavam realmente motivados; mas, receando que tal pudesse não acontecer, também tínhamos preparado questões e temáticas destinadas a fomentar o debate…

E resultou bem? O melhor possível. Tendo os participantes autorizado a gravação dos seminários, os resultados dos debates foram então tratados pelo GES e reenviados aos diferentes grupos para que, juntamente com os pareceres dos consultores, os autores os integrassem nas versões finais dos seus documentos. À medida que estas foram sendo recebidas, o grupo coordenado por Manuela Silva no âmbito do GES foi tratando da "arte final" e da compilação, o que veio a dar lugar à edição de dois livros: Manuela Silva (coord.) *et al.*, 2015. *Pensar a Educação. Portugal 2015*. Lisboa: Educa; e Manuela Silva (coord.) *et al.*, 2015. *Pensar a Educação. Portugal 2015 – Contributos Sectoriais*. Lisboa: Educa. Ao mesmo tempo, preparava-se a conferência sobre o mesmo tema que veio a realizar-se na Fundação Calouste Gulbenkian a 21 de Maio de 2015.

Perante o sucesso destas iniciativas, mais uma vez se coloca a questão: como foi tal possível?

As temáticas em apreço mobilizavam naturalmente os docentes que colaboraram no processo. Com efeito, de há muito que se tem vindo a registar um descontentamento generalizado quanto ao funcionamento do sistema educativo, quer por parte da opinião pública, quer por parte do pessoal docente. Razões várias têm vindo a acumular-se para dar origem a tal descontentamento. Por um lado, a formação dos docentes e as condições de

vigência da carreira docente são desde há bastante tempo objecto de contestação, sem que medidas cabais tenham sido entretanto implementadas para lhes fazer face. Por outro, o tema dos agrupamentos e dos mega-agrupamentos estava na ordem do dia, com a maioria significativa dos professores e directores de agrupamento a manifestarem a sua discordância, sem que, também aqui, conseguissem atenção dedicada por parte dos decisores políticos. Ao mesmo tempo, a educação de adultos marcava passo, com novas indefinições e ambivalência entre as perspectivas vocacional e instrumental e as concepções mais amplas da formação e aprendizagem para o desenvolvimento pessoal, comunitário e social. Já a escolaridade obrigatória começava a ser alargada para incluir o 12.º ano – ou, mais exactamente, a população até aos 18 anos de idade –, sendo opinião consensual entre os especialistas e profissionais destes níveis de ensino que o processo teria começado pelo fim: sem acautelar devidamente, até então, o abandono escolar dos públicos assim visados, sem cuidar de analisar aprofundadamente as questões de organização ou reorganização dos ciclos de estudos, estando ausente um trabalho sistemático de reapreciação programática e curricular e da sua adequação face às novas disposições. Enfim, preocupações de fundo surgiam também nos domínios das necessidades educativas especiais, da educação de infância, do ensino superior, cada um destes domínios com problemas específicos mas não de menor complexidade.

No entanto, se é certo que as "condições naturais" de mobilização estavam assim criadas, a verdade é que os potenciais obstáculos à participação eram de monta: os docentes estavam, como estão ainda, assoberbados com actividades lectivas, de extensão escolar e comunitária, funções de direcção, uma enorme carga de trabalho burocrático e, para piorar este estado de coisas, uma indefinição generalizada das orientações recebidas, muitas vezes de natureza completamente descontinuada e avulsa. O risco de não-adesão e de desmotivação eram, portanto, muito grandes.

Mas não era fácil dizer que não a Manuela Silva.

Com efeito, na sua forma de trabalhar, encontramos presentes as valências da multi e da transdisciplinaridade, do trabalho em construção a todo o tempo sujeito a debate e apreciação públicos, da reintrodução das críticas e sugestões recebidas, da apresentação final em modo de máxima abertura e debate democráticos. Tão longe da reserva e secretismo que infelizmente caracterizam tantos trabalhos de investigação académica... Que exemplo de

rigor e de humildade na investigação, procurando sempre a opinião de quem poderá saber mais... É impossível não se aprender, é extremamente difícil não sofrer uma profunda transformação na nossa forma de estar e de nos relacionarmos com os outros.

Depois, há ainda um capital importante de surpresa que a figura e a obra de Manuela Silva a todo o momento nos despertam. Continuemos ainda com o exemplo da área educativa. Considerada por muitos como uma figura relativamente austera, lemos com espanto o que escreve sobre a sua concepção das finalidades da educação:

> (...) *factor nuclear no caminho para a felicidade que procuramos, para a realização pessoal e o desenvolvimento integral de cada cidadão responsável...* Manuela Silva (2014). *No Jardim do Peixe*: 30, F. Betânia, sublinhado nosso]

Acrescenta ainda que, naturalmente, o conceito de felicidade individual é muito diversificado em função dos valores, perspectivas e referências individuais. E continua, referindo também que o trabalho para o Bem Comum...

> *deverá constituir para cada um de nós uma orientação de fundo* (...) *subjacente ao trabalho profissional, ao voluntariado,* (...) *ao modo de estar na vida* (Manuela Silva (2014, op. cit.).

E aqui encontramos a articulação clara com o aspecto central da sua concepção sobre educação: formar profissionais – mas também cada cidadão enquanto tal – eticamente responsáveis, trabalhando para o bem colectivo.

De tudo isto se foi dando conhecimento aos decisores políticos. Aproveitá-lo está nas mãos destes.

Lisboa, Março de 2020

Estudos

* Program Coordinator and Policy Specialist
ORCID ID: 0000-0002-7966-4832
Global Network of Women Peacebuilders (GNWP),
10017 New York, U.S.A.
agnieszka@gnwp.org

Why does peace matter for the feminist and women's movement for gender equality?

Disentangling the relationships between women and peace and security and the Beijing Declaration and Platform for Action

AGNIESZKA FAL-DUTRA SANTOS *

Abstract. The year 2020 marks the 25th anniversary of the Beijing Platform of Action (BPFA) and the 20th anniversary of the United Nations Security Council Resolution (UNSCR) 1325 on women, peace and security. It is an opportunity for reflection on the linkages between the two historic documents.

DOI https://doi.org/10.34619/oc96-c475

In this paper, I explore these linkages from three standpoints. Firstly, conceptually, I show a strong dependency between gender equality and peace. Secondly, historically, I argue that BPFA gave an impetus to a feminist and women's peace movement which led to the adoption of UNSCR 1325. Finally, I answer the question: are these linkages still pertinent today?

Keywords: Women, peace, security, gender, Beijing.

Por que razão a paz é importante para o movimento feminista e das mulheres para a igualdade de género? Desembaraçando os relacionamentos entre mulheres e paz e segurança, e a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. *O ano de 2020 marca o 25.º aniversário da Plataforma de Ação de Pequim (BPFA, na sigla em inglês) e o 20.º aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR 1325, na sigla em inglês) sobre mulheres, paz e segurança. É uma oportunidade para refletir sobre as interconexões destes dois documentos históricos.*

Neste artigo, a autora explora estas interligações a partir de três pontos de vista. Em primeiro lugar, conceptualmente, examinam-se as interseções entre igualdade de gênero e paz. Em segundo lugar, historicamente, argumenta-se que a BPFA deu um impulso ao movimento feminista das mulheres pela paz, o que levou à adoção da UNSCR 1325. Por fim, responde-se à questão: estas interligações são ainda pertinentes no mundo de hoje?

Palavras-chave: *Mulheres, paz, segurança, género, Pequim.*

INTRODUCTION

The year 2020 marks the 25th anniversary of the adoption of the Beijing Declaration and Platform of Action (BPFA) – the blueprint for women's empowerment and gender equality. The anniversary is a cause for celebration, but also an opportunity to reflect and take stock of the progress made thus far and persistent gaps in the implementation of BPFA.

In the lead-up to the anniversary, in 2019, a number of review processes have been initiated at the global, regional and national levels, mandated by the Economic and Social Council resolution 2018/8. These include comprehensive national reviews conducted by governments with inputs from the civil society, regional reviews to be organized by the United Nations (UN) regional commissions, and global review during the 64th Commission on the Status of Women (CSW) (UN ECOSOC, 2018).

Amidst the preparations, one issue has raised much controversy: the exclusion of women and youth peacebuilders from the process and the resulting marginalization of the women and peace and security (WPS), and youth and peace and security (YPS) agendas in its outcomes.

Civil society organizations working on WPS and YPS have sounded an alarm at such exclusion. Over 150 organizations – including global, regional and national networks and grassroots women's organizations – have signed an open letter calling for effective integration of WPS and YPS in the outcomes of the Generation Equality Forum (GEF) – the culmination of the BPFA 25th anniversary commemoration (Beijing +25) – and for creation of channels for meaningful participation of women and youth peacebuilders (Global Network of Women Peacebuilders (GNWP), 2020). The High-Level Advisory Group for the 2015 Global Study on United Nations Security Council Resolution (UNSCR) 1325 also wrote an open letter to the organizers of the GEF echoing this call (UN High-Level Advisory Group for the 2015 Global Study on UNSCR 1325 2020).

WHY DOES INCLUSION OF WPS AND YPS IN BEIJING +25 MATTER? OUTLINING THE ARGUMENT AND METHOD

In this paper, I explore the interlinkages between BPFA and WPS from three standpoints.

Firstly, I use conceptual analysis to argue that there can be no gender equality without sustainable peace, and no sustainable peace without gender equality. This argument is developed through an examination of existing literature and evidence of how gender inequality, conflict and insecurity exacerbate each other and intersect in the lived experiences of women and girls.

Secondly, through tracing of the historical linkages between the 4th World Conference on Women and the adoption of UNSCR 1325, and a textual analysis of both policy frameworks, I demonstrate the synergies and overlaps between the content of BPFA and UNSCR 1325.

Finally, through an analysis of the existing evidence of the progress and gaps in the implementation of both policy frameworks, and of recent civil society advocacy and political developments at the global policy arena, I reflect on the following question: are these interlinkages still pertinent in today's world?

WHY PEACE? THE INTIMATE INTERCONNECTIONS BETWEEN GENDER EQUALITY AND PEACE

Preventing armed conflict and maintaining peace is one of the chief tasks of the UN. The first purpose listed in the UN Charter – the constitutional document of the organization – is to "maintain international peace and security, and to that end: to take effective collective measures for the prevention and removal of threats to the peace" (UN, 1945). Overall, the word peace appears in the UN Charter forty-nine times. While Diane Otto rightly observes that in most of instances, "peace is coupled with security – rather than with development or human rights" (Otto, 2015, p. 1), the ubiquity of the term is an important indication of the centrality of the promise of peace to the vision and mission of the UN.

At the same time, as we approach the 75th anniversary of the formation of the UN and the adoption of the Charter, preventing conflicts and building peace remains "an afterthought: under-prioritized, under-resourced and undertaken only after the guns fall silent" (Advisory Group of Experts (AGE) 2015). According to the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), in 2016, "just 2% of total gross official development assistance (ODA) went to conflict prevention and associated activities" (OECD, 2018, p. 3).

In the past years, a "call for a greater focus on preventing conflict has resonated across international forums" (Caparini et al., 2017, p. 245). Unlike their predecessor – the Millennium Development Goals – the Sustainable Development Goals (SDG), a blueprint for the development work of the

UN and its member states, include a dedicated goal on "peace, justice and strong institutions". The SDG Preamble recognizes that "[t]here can be no sustainable development without peace and no peace without sustainable development" (UN, 2015). Former United Nations Secretary-General, Ban Ki-moon in his report to the World Humanitarian Summit in 2016 re-emphasized that conflict prevention and resolution are the UN's "first and foremost responsibility to humanity" (UN, 2016a). On 27th April 2016, the UN Security Council (UNSC) unanimously adopted Resolution 2282 on Peacebuilding and Sustaining Peace, which put forth a vision of locally-led, inclusive, inter-sectoral and coherent policy and action for peace, which cuts across the UN system, Member States, civil society and other stakeholders. On the same day, a substantively identical Resolution 70/262 was also adopted by the General Assembly, reinforcing this vision as one that belongs to the entire UN system and is shared by all of its Member States.

Peace is, therefore, a central goal of the international community, reinforced by the series of policy developments and re-commitments in the past five years. But why is it relevant to a discussion of women's rights and gender equality – the ideals enshrined in the Beijing Declaration and Platform for Action?

There is a wealth of feminist scholarship that examines the conceptual interlinkages between gender and the concepts of "conflict", "peace" and "security". By challenging the private/public dichotomy of violence (Charlesworth, 2004) and emphasising the continuum of insecurity faced by women before, during and after conflict (Cockburn, 2004; Kostovicova, Bojicic-Dzelilovic & Henry 2020; Wood 2018), feminist analyses have made important contributions to shaping the concept of "human security" (Ní Aoláin, 2013; Peterson, 2016; Robinson, 2011). While a detailed examination of feminist approaches to security is beyond the scope of this paper, the author does contend with some of the discussions around securitization, militarism and conflict prevention, which have emerged within the WPS discourse in the section "*Armed conflict: a persistent barrier to implementation*". In this section, I focus on the practical interlinkages between gender equality and peace – that is, the ways in which gender inequality and conflict and insecurity mutually exacerbate each other in the lived experience of women and girls.

Firstly, peace and security are underlying pre-conditions of gender equality. Just as there can be no sustainable development without peace,

so, too, there can be no true gender equality in the context of conflict. Violent conflict aggravates all facets of gender inequality. Over 50 parties to conflict are credibly suspected of having committed or instigated sexual and gender-based violence (SGBV) in situations on the agenda of the Security Council, and at least 1 in 5 refugee or displaced women experience sexual violence (UN, 2019). Armed conflict also creates conditions in which sexual violence that is not directly related to conflict, and which happens in the private, is exacerbated (Swaine, 2015). Economic and care burden resting on women increases in times of conflict, as many of them become heads of households (Myrttinen, Popovic & Khattab 2016; OECD, 2017). Conflict weakens institutions, which disproportionately affects women due to the underlying gender inequalities. Moreover, conflict perpetuates pre-existing gender norms, which place greater value on men and masculinity and view women as inferior and subordinate (Webster, Chen & Beardsley, 2019). This can result in further restrictions to women's mobility, access to state institutions and decision-making, in particular on peace and security (Barnes & O'Brien, 2018; OECD 2017).

Secondly, conflict resolution and peacebuilding may provide an opportunity to address gender inequalities. Some scholars have argued that post-conflict recovery and peacebuilding processes can provide women with "new platforms and opportunities to bring about change" (Arostegui, 2013). For example, in Rwanda and Uganda, women's organizing for peace at the time of conflict has translated into robust women's movements that were able to win considerable gains for women, including a stronger legal and policy framework and an increased representation in decision-making, and continue to promote women's rights and gender equality (Arostegui, 2013). In addition to creating space for women's organizing and representation, armed conflicts can also "disrupt existing social orders and open up space for women's empowerment" (Webster et al., 2019). However, as Webster et al. note, "women's empowerment gains during periods of massive social disruption are neither costless nor necessarily permanent" (Webster et al., 2019). This can be linked to the fact that most peace negotiations, as well as post-conflict reconstruction processes remain gender-blind and exclude women (Fal-Dutra Santos et al., 2019; UN, 2019).

Thirdly, gender inequality is one of the factors that undermine lasting peace, and a predictor of violent conflict. There is strong empirical evidence

for a robust correlation between gender inequality and conflict (Bjarnegård & Melander, 2011; Gizelis 2009; Hudson et al., 2012). Empirical studies have sought to explain this correlation by examining how ideas of masculinity can contribute to both gender inequality and to higher risk of violent conflict (Cockburn, 2010; El-Bushra & Sahl, 2005; Enloe, 2014; Wright, 2014) They argue that providing counter-narratives and challenging toxic interpretations of masculinity can be effectively used to prevent violence (Wright, 2014), thus strengthening the link between work combating gender inequality and conflict prevention.

The links between gender equality and peace are thus strong and many. This has been underscored by women activists themselves, who have long advocated for an inclusive, sustainable peace as a critical element of their strife for women's rights and a more equitable future. The vision of sustaining peace as "ensuring that the needs of all segments of the population are taken into account (…) addressing root causes, assisting parties to conflict to end hostilities, ensuring national reconciliation, and moving towards recovery, reconstruction and development" (UNSC, 2016), put forth by UNSCR 2282 and resolution 70/262, is certainly ground-breaking in many ways. However, to women-led civil society it represents the way they have worked to prevent conflict, build and sustain peace, and foster equality and inclusion in their countries and communities for decades. Women peacebuilders around the world advocate for women and civil society's inclusion in official peace negotiations; raise awareness about peace processes and peace agreements in local communities; lead campaigns against violence and militarization; mediate community and tribal conflicts; establish early warning systems and situation rooms to prevent violence outbreaks during elections; deliver aid and relief; and establish micro-economic initiatives to support themselves, send children to schools, and provide livelihood opportunities to veterans and victims of conflict (Fal-Dutra Santos et al., 2019, pp. 46–48). They cut across the silos of human rights, development, humanitarian aid and peacebuilding. They are the pioneers of sustaining peace. Therefore, any discussion of women's rights and empowerment is incomplete without an intentional and meaningful consideration of peace, and women's roles in building it.

WHY WOMEN AND PEACE AND SECURITY? A HISTORICAL PERSPECTIVE ON THE INTERLINKAGES BETWEEN THE WOMEN'S CONFERENCES AND THE FEMINIST PEACE MOVEMENT

Women's leadership in conflict prevention, resolution and peacebuilding was recognized by UNSCR 1325, the first of the resolutions on WPS. The resolution emphasized the need for women's "equal participation and full involvement in all efforts for the maintenance and promotion of peace and security, and the need to increase their role in decision-making with regard to conflict prevention and resolution" (UNSC, 2000). Over the years, UNSCR 1325 was followed by nine subsequent resolutions on WPS. Together, they constitute a normative framework for the protection of women in the context of conflict; their meaningful participation in conflict prevention, resolution, peacebuilding and all decision-making about peace and security; and integration of a gender perspective in all peacekeeping, peace-making and recovery efforts.

The resolution was a historical achievement, and a result of an unyielding advocacy of women from around the world – including in particular conflict-affected and post-conflict countries. Its adoption was welcomed by feminist scholars and activists, and hailed as a significant success, and a landmark, "watershed" achievement (Otto, 2015, p. 4). While the UNSC and the underlying political dynamics have undoubtedly shaped the negotiations around UNSCR 1325 to some extent (Shepherd, 2008), the central role of the civil society, and the women's movement in particular, in the conceptualization, development and adoption of UNSCR 1325 is undeniable. From discussions during the 42nd session of the CSW, to the Arria Formula[1] meeting during which women from Guatemala, Sierra Leone, Somalia and Tanzania briefed the members of the UNSC, to the intensive advocacy and inputs – hand-delivered to the members of the UNSC – throughout the process of drafting and

1 An Arria Formula meeting is a during which Security Council members are able to exchange views and engage in direct dialogue with non-members, including government representatives and international organizations, as well as non-State parties. Arria Formula meetings follow a more flexible procedural framework than other Security Council meetings. The format was initiated in 1992 by Ambassador Diego Arria of Venezuela.

negotiations of the resolution, women-led civil society was front and centre of the processes that led to the adoption of the first, historical, resolution on women and peace and security (Hill, Aboitiz & Poehlman-Doumbouya, 2003).

The BPFA is a foundational document of UNSCR 1325. It is one of the two non-UNSC documents mentioned in the resolution's preamble (UNSC, 2000). The 42nd CSW in March 1998 – the moment when, according to Hill et al., "discussions on women and peace and security took a centre stage" (Hill et al., 2003, p. 1256), focused on discussing obstacles to the implementation of the BPFA's Section E: "Women and Armed Conflict". In many ways, the 4th World Conference on Women: Action for Equality, Development and Peace (dubbed the "Beijing Conference") and its outcomes, were a spark that "re-energized the women's peace movement" (Naraghi-Anderlini, 2001), and led to the adoption of UNSCR 1325. Conversely, some have characterized the adoption of UNSCR 1325 as a step towards implementing Beijing Platform for Action (Naraghi-Anderlini, 2001; Porter, 2003).

Indeed, the question of peace was an important one during the Beijing Conference. As Anderlini observes:

> at the gathering in Beijing, the war in Bosnia and the genocide in Rwanda were fresh in the minds and experiences of many participants. Although information about the strategic targeting of women was still limited and relatively new, the trends were alarming. It was of sufficient concern for all involved to accept that a new chapter should be added to the document that focused specifically on women's experiences in armed conflict. (Naraghi-Anderlini, 2001, p. 11)

The recommendations that emerged from these discussions, and were included in Section E include: increasing the participation of women in peace processes and decision-making at all levels; protecting women and girls in situations of conflict (Strategic Objective E.1.); reducing military expenditure, increasing control of arms, and promoting non-violent forms of conflict resolution (Strategic Objectives E.2. and E.3.); promoting women's contribution to fostering a culture of peace (Strategic Objective E.4.); and providing necessary, gender-sensitive assistance and training to refugee and displaced women, and women living in colonies and non-self-governing territories (Strategic Objectives E.5. and E.6.). There is a

clear continuity between these Strategic Objectives, and the four pillars of the women and peace and security agenda: Participation, Protection, Prevention and Relief and Recovery (Cf. Coomaraswamy, 2015; George & Shepherd, 2016; O'Reilly, 2019).

Indeed, textual analysis of the two documents points to some marked similarities: both documents note that women constitute a vast majority of refugees and those adversely affected by conflicts (Beijing Declaration, 1995, p. 136; UNSC, 2000, p. 4); they recognize that women's equal and meaningful participation in conflict prevention and resolution is necessary for durable peace (Beijing Declaration, 1995, p. 134; UNSC, 2000, p. 5); and call for mainstreaming of a gender perspectives in peacekeeping operations and other policies and programmes (Beijing Declaration, 1995, p. 141; UNSC, 2000, pp. 7–9).

There is no question that historically, there is an inextricable link between BPFA and the UNSCR 1325, materialized in the texts of the two ground-breaking documents. While there is a distinct legal and policy framework for the implementation of WPS, the spirit of the agenda remains inseparable from the wider women's movement, and BPFA as its expression. In the remainder of this article, I turn to the question: "Why is this relationship important today?", looking first at the progress made and gaps remaining in the implementation of BPFA and WPS; second, at the opportunities for strengthen implementation of both frameworks – including new avenues for strengthening the focus on conflict prevention, and the inclusion of young women; and finally, at the extent to which WPS has been effectively included in the preparations for the 25th anniversary of BPFA thus far, and the possible ways forward. The final section builds on the author's own experience in working towards the implementation of WPS agenda, both in grassroots communities and at the global level, and her advocacy for the strengthening the inclusion of WPS perspectives in the Beijing +25 process.

WHY TODAY? IMPORTANCE OF WOMEN AND YOUTH PEACEBUILDERS' PERSPECTIVES IN THE GENERATION EQUALITY FORUM AND THE COMMEMORATION OF THE 25TH ANNIVERSARY OF THE BEIJING DECLARATION AND PLATFORM FOR ACTION.

Taking stock 25 years after Beijing and 20 years after UNSCR 1325: some progress, but a long way to go

25 years since the adoption of the BPFA, there has been some notable progress. There has been a steady increase in women's representation in parliaments (George, 2019) – although men still dominate decision-making. 37 additional State Parties acceded to the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW) since 1995 (George, 2019). The number of out-of-school children has reduced significantly, although the downward trend has plateaued in recent years; and the gender gap in terms of primary school enrolment has reduced (UNESCO, 2018). Maternal mortality rates have dropped and female life expectancy increased (Leon-Himmelstine, 2019).

At the same time, serious challenges persist. Women's participation in decision-making does not necessarily translate into women's influence over policies, nor into their economic empowerment (Domingo & O'Neil 2016). Women continue to be less likely to be employed than men in most parts of the world, and are more likely to be in low-skilled, low-paying jobs (International Labour Organization (ILO), 2016). Early, child and forced marriage remains prevalent (UNICEF, n.d.). All of these challenges are exacerbated in the context of armed conflict and organized violence. For example, while school enrolment in conflict and crisis situations is lower for both genders, evidence shows that this negative effect is more pronounced for young women and girls (Roy & Singh, 2016; UNESCO, 2015). Conflict affects women's access to economic opportunities, rendering them more vulnerable to SGBV, recruitment into sexual slavery and trafficking, limited mobility, and early and forced marriage (Cabrera-Balleza, Iyer et al., 2020).

With regards to women in armed conflict, the adoption of WPS resolutions was a significant achievement in terms of institutionalizing the

centrality of the role of women in peace processes and decision-making on peace and security. The WPS agenda has shifted the narrative on women in conflict from one that perceived them mostly as victims, to one that recognized their "important role (...) in the prevention and resolution of conflicts and in peace-building" (UNSC, 2000). Over the 20 years since the adoption of UNSCR 1325, 83 countries have adopted National Action Plans (Women's International League for Peace and Freedom, n.d.) – State-level policy instruments designed to translate the WPS resolutions into concrete and context-specific actions, and ensure accountability for implementation. The CEDAW Committee adopted a historic General Recommendation 30 affirming the linkages with WPS, and providing a concrete framework for the protection of women's rights before, during and after conflict (O'Rourke & Swaine, 2015). Regional and transnational organizations, including the North-Atlantic Treaty Organization (NATO), the African Union (AU), European Union (EU), Pacific Regional Working Group on Women, Peace and Security, the League of Arab States, Economic Community of West African States (ECOWAS) have adopted regional and sub-regional plans and policies for the implementation of WPS.

Yet, despite this impressive normative framework, the progress in the implementation of WPS remains uneven and "continues to be measured in 'firsts,' rather than as standard practice" (Coomaraswamy, 2015, p. 14). A study of 31 major peace processes has shown that between 1992 and 2011, women constituted only 2 per cent of chief mediators, 4 per cent of witnesses and signatories, and 9 per cent of negotiators (Coomaraswamy, 2015, p. 45). Even in contexts, where women's meaningful participation in the peace process has led to strong gender provisions – such as the case of the negotiation between the Colombian government and the Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (Colombia's Revolutionary Armed Forces; FARC) – women often find themselves excluded from the post-conflict reconstruction and the implementation of the peace agreement, which leads to a lagging or non-implementation of the gender-specific provisions (Fal-Dutra Santos et al., 2019). The civil society space available to women advocates and peacebuilders has been shrinking, and political violence targeting women has reached record levels (UN, 2019). Women's peacebuilding and the implementation of WPS also remain grossly underfunded, with only 0.2% of bilateral aid to fragile and conflict-affected countries going

directly to women's organizations (OECD, 2019). Adopted in 2013, UNSCR 2122 – 7th out of 10 resolutions on WPS – recognized that "without a significant implementation shift, women and women's perspectives will continue to be underrepresented in conflict prevention, resolution, protection and peacebuilding for the foreseeable future" (UNSC, 2013, p. 15).

ARMED CONFLICT: A PERSISTENT BARRIER TO IMPLEMENTATION

Importantly, armed conflict persists as a major barrier to the realization of gender equality and women's empowerment. Global military spending continues to grow, and has reached USD $1.9 trillion in 2019 – an increase of 3.6% from the previous year (Tian et al., 2020). In 2019, nearly 132 million people were in need of humanitarian aid and protection, including an estimated 35 million women, young women and girls (UN, 2019). Conflict prevention was one of the foundational goals of the WPS agenda, which has "roots in anti-war women's movements" (True & Davis, 2018). However, some feminist scholars and practitioners have expressed a concern that implementation has been skewed towards the protection pillar, with less progress made in the areas of participation and conflict prevention. They noted that – as a result – the agenda has become too focused on making war "safe" rather than ending it, some going as far as asserting that the feminist ideals of positive peace and opposition to war have become "captive to the militarized security frame of the [Security] Council's operation" (Otto, 2015) and that the concept of "security" that underlies the WPS resolutions has become too reductive and focused on state security (Santos, Roque & Moura, 2013).

While it is true that the conceptualization and implementation of the WPS agenda can at times be a balancing act of reconciling the "tensions and ambiguities that underlie [it]" (True & Davis, 2018), such critiques apply mostly to the UNSC and global decision-making processes. At the grassroots level, civil society organizations have used the WPS agenda to frame and advance their work aimed at conflict prevention and women's meaningful participation in peace processes and decision-making. Women activists and civil society around the world remain keenly aware of the foundational aims of the agenda, and committed to work towards its holistic implementation.

This is perhaps best visible when considering the impacts of the Localization of UNSCR 1325 program, implemented by the Global Network of Women Peacebuilders (GNWP) in 16 conflict-affected countries. The Localization program convenes local authorities, religious and traditional leaders, security sector representatives and local women, youth and other historically marginalized groups to "analyze WPS issues and the sociopolitical and cultural context that impact them [and] identify the concrete actions needed to implement the WPS resolutions in their local communities" (Cabrera-Balleza & Fal-Dutra Santos, 2018, p. 40). It is therefore a "key tool for translating [WPS] policy into practice" (UN, 2016b, p. 70), since it allows local stakeholders – including local women – to analyze and decide what effective WPS implementation would mean in their community, town or municipality. Tellingly, the actions identified and implemented as a result of Localization include in equal measure those aimed at protection and prevention of sexual and gender-based violence – such as passing a by-law prohibiting early, child and forced marriage in Sierra Leone or establishing gender desks and liaison officers in police stations in Uganda – those aimed at increasing women's participation – for example, including women in a traditional conflict resolution council in the Philippines or initiating advocacy for women's participation in peace negotiations in Colombia – and addressing root causes of conflict – for example, by establishing a public bus to allow rural women access to economic opportunities in neighboring towns in Georgia (Cabrera-Balleza & Fal-Dutra Santos, 2018).

This illustrates the fact that at the local level, the four pillars of the WPS constitute a single, interconnected whole. Conscious of that, women's groups and civil society have been calling for holistic implementation of the agenda, including recognition of a "continuum of violence" faced by women in times of war and peace as a result of patriarchal cultures and practices (Coomaraswamy, 2015, p. 198; Kostovicova et al., 2020), meaningful participation of women in conflict prevention, including in early warning mechanisms (Coomaraswamy, 2015), and a focus on addressing root causes of both conflict and sexual violence – including economic exclusion and militarization (Coomaraswamy, 2015; Fal-Dutra Santos et al., 2019; Kostovicova et al., 2020).

20 years after the adoption of UNSCR 1325, this call for a holistic approach to WPS implementation, with conflict prevention at its core, has taken on

new urgency. The NGO Working Group (NGOWG) on WPS, a coalition of 19 international non-governmental organizations (NGOs) working to advance the WPS, issued an open letter calling on governments and UNSC members to "take decisive action to prevent conflict, avert crisis and end war" and emphasizing that "nothing is more central to the function of the United Nations than the prevention of conflict and the protection of those most affected by it" (NGOWG WPS, 2019). The letter was signed by 438 civil society organizations from 94 countries. This highlights the importance of conflict prevention to women's organizations around the world, and the need to strengthen the focus on this foundational objective of WPS in the international discourse and action.

STRONGER TOGETHER: NEW POLICY FRAMEWORKS AND NEW OPPORTUNITIES FOR ADVANCEMENT OF WPS AND BEIJING PLATFORM FOR ACTION

While persistent challenges to WPS implementation remain, the past 20 years has also brought new opportunities for stronger, more comprehensive implementation.

The women activists' push for a greater focus on conflict prevention, coincides with a system-wide UN prioritization of conflict prevention (Leone, 2017), as evidenced by the adoption of the Peacebuilding and Sustaining Peace resolutions in 2016 (UNSC, 2016), and the various reforms and actions taken to operationalize them since (GNWP et al., 2018). In this context, reinforcing the synergies between the WPS agenda and BPFA is of critical importance. BPFA includes strong language calling for conflict prevention, peace education to foster a culture of peace (Beijing Declaration, 1995), demilitarization, reducing military expenditures and curbing international arms trade (Beijing Declaration, 1995).

The adoption of UNSCR 2250 (2015) and UNSCR 2419 (2018) on YPS provided another framework for stronger, more comprehensive implementation of WPS and BPFA. The central role played by young women in peacebuilding and in the advancement of the feminist agenda is not new. Neither is the double-marginalization they face. Historically, young women and girls have been the last to eat, to speak, to be listened to.

The 1995 Beijing Conference was "the first of the United Nations World Conferences on Women to incorporate an explicit focus on the girl child, with Governments recognizing that girls face particular forms of discrimination not only on the basis of their sex, but also their age" (UNICEF, n.d.). However, the importance of youth – and in particular young women's – participation in decision-making and peace processes was only mentioned cursorily in BPFA, and has been missing from most policy frameworks and targets that followed it, including the SDG (Jones, 2019). The adoption of the YPS resolutions addressed this gap, emphasizing the importance of "meaningful participation of youth in peace processes and dispute-resolution" (UNSC, 2015, p. 1). Additionally, UNSCR 2419 urges decision-makers to pay "particular attention to the inclusion of young women" (UNSC, 2018, p. 16) in decision-making at all levels. Both YPS resolutions recognize that "marginalisation [of youth] is detrimental to building sustainable peace in all societies" (UNSC, 2015, p. 2; 2018, p. 2) thus establishing a strong link between youth – including young women's – participation and conflict prevention.

As such, the YPS agenda contributes to the strengthening of the key tenets of both BPFA and WPS. The three frameworks should be perceived as mutually reinforcing, and their implementation carried out in a coherent and synergetic way. Recognition of the mutual links and interdependencies between the policy frameworks during the commemorations of 25 years of BPFA, 20 years of WPS and 5 years of YPS, is a first step towards achieving this goal.

WOMEN AND YOUTH PEACEBUILDERS IN THE GENERATION EQUALITY FORUM

As the world prepares for the Generation Equality Forum (GEF; the Forum) – the incarnation of the 5th World's Women Conference scheduled to take place in early 2021[2] – it finds itself at an important juncture in the implementation of BPFA. On the one hand, 2020 is a year of reflection: despite progress, many of the challenges that women faced in 1995 persist, and

2 The Generation Equality Forum was initially planned for May and July 2020 (in Mexico City and Paris respectively). However, it was rescheduled due to the outbreak of the novel coronavirus (COVID-19).

armed conflict contributes to aggravating all of them. On the other hand, it is also a year of opportunity: of recognizing the progress, and finding ways of making best use of the robust legal and policy frameworks that have emerged in the past quarter of the century, including WPS and YPS agendas, and Peacebuilding and Sustaining Peace resolutions.

The conceptual and historical interlinkages between BPFA and WPS, outlined in the first two sections of this paper, as well as the fact that violent conflict remains a persistent barrier to the realization of BPFA goals, point to a need for stronger synergies between the two policy frameworks, as well as YPS. This requires meaningful inclusion of women and youth peacebuilders in the processes leading up to the GEF, and the Forum itself, and a strong and intentional inclusion of WPS and YPS in all of its outcomes.

To date, this has not been the case. Women and youth peacebuilders have been excluded from the decision-making structure of the GEF, and their voices have not been heard in the regional and national review processes, which took place throughout 2019 (Cabrera-Balleza, 2020). This exclusion was due to a number of factors – including "lack of information, awareness, funding, capacity, access to internet, and language restrictions" (GNWP, 2020).

Regardless of the cause, however, the impact of the exclusion was the same: marginalization of WPS and YPS agendas in the outcomes of the GEF process – including Action Coalitions, the "global, innovative partnerships with governments, civil society, international organizations, and the private sector, to catalyse collective action, drive increased public and private investment, and deliver game-changing results for women and girls everywhere" (UN Women, 2020) As "catalytic" partnerships, the Action Coalitions are the main outcome of the GEF, expected to "make accelerated and irreversible progress to advance gender equality" (UN Women, 2020). They were announced by UN Women in January 2020 and cover six thematic areas: gender-based violence, economic justice and rights, bodily autonomy and sexual and reproductive health and rights (SRHR), feminist action for climate justice, technology and innovation for gender equality, and feminist movements and leadership (UN Women, 2020).

WPS was not included as one of the Action Coalitions, and armed conflict – despite being one of the 12 critical areas of the BPFA and a cross-cutting barrier to the achievement of nearly all of its goals – only mentioned

perfunctorily as an issue that "could be incorporated within the theme on Gender-Based Violence" (UN Women, 2020). Such framing fails to recognize the breadth of the WPS agenda and its foundational principles, contributes to the conceptual "narrowing" of the agenda, and reneges on the promise of the BPFA, which had conflict prevention and women's meaningful participation in peace processes – and not solely protection of women from conflict-related SGBV – at its core.

The announcement was met with a strong opposition from the civil society – and in particular that civil society-led Beijing +25 WPS-YPS Action Coalition. Launched in December 2019, the civil society-led coalition aimed to increase grassroots' organizations awareness of the Beijing +25 processes; strengthen coordination among civil society working on WPS and YPS; facilitate discussions on the intersections of WPS, YPS and the priority themes of the GEF; and develop and disseminate key advocacy messages on WPS and YPS ensure that they are reflected in all discussions and outcomes related to the 25th anniversary of BPFA (GNWP, 2019). Participating organizations of the coalition have monitored the national and regional review processes and outcome documents, participated in the "design sprint" in Paris, in February 2020, during which the modalities and format of the proposed Action Coalitions were discussed, and consistently called for the establishment of a stand-alone Action Coalition on WPS and YPS, taking a strong stand against simply mainstreaming WPS and YPS into existing Action Coalitions (Cabrera-Balleza, Fal-Dutra Santos et al., 2020).

As a result of the civil society and grassroots women's persistent advocacy, the core group of the GEF, composed of UN Women, governments of France and Mexico and two civil society organizations: International Women's Health Coalition and the Foundation for Studies and Research on Women, established a task force to assess the options for meaningful and intentional integration of WPS and YPS in the GEF process. The task force came up with four potential modalities and conducted consultations with different civil society groups, from which a stand-alone Action Coalition and a "hybrid" solution or "WPS compact" emerged as the most viable options (Cabrera-Balleza, Fal-Dutra Santos et al., 2020). Currently, the details of what these solutions could look like are still being discussed. However, the above analysis clearly points to a single conclusion: for the GEF to effectively address the persistent obstacles to BPFA

implementation, and stay true to its spirit, any solution will have to be based on meaningful consultations with women and youth peacebuilders, including those living in conflict-affected countries. This is of course complicated by the current outbreak of the novel coronavirus (COVID-19), which has disproportionately affected women, and made it more difficult for women and youth peacebuilders from remote communities to participate in global discussions and policy-making processes. However, this must not serve as an excuse.

CONCLUSION

In 1995, the UN Fourth World Conference on Women "galvanized (...) a vibrant women's peace movement", which eventually led to the adoption of UNSCR 1325 and 9 subsequent WPS resolutions. As the above analysis clearly shows, 25 years later, strengthening the link between WPS and BPFA can serve to once again revitalize the momentum behind both policy frameworks – with conflict prevention and meaningful participation of women and youth at their core.

Furthermore, as discussed above, 25 years after the adoption of the Beijing Declaration and Platform for Action and 20 years after the adoption of UNSCR 1325, armed conflict continues to undermine women's security, limit their access to basic services, education, economic opportunities and political participation. In 2019, "for the first time in four years, the number and complexity of violent conflicts rose, taking a heavy toll on civilians (UN, 2020). The number of displaced continues to grow, and humanitarian needs increase steadily every year, as more crises become protracted (Silva & Ros, 2019). Gender inequality remains one of the key drivers of conflict, and the reason for women's exclusion from peace negotiations and peacebuilding.

Therefore, today is not the time to forget about peace and security, or to sever it from the action for gender equality. It is the time to take stock and re-double commitment to a peaceful world and a prosperous future for all. A future that will only be possible if women and youth civil society and peacebuilders are at the front and centre of forging it.

REFERENCE LIST

Advisory Group of Experts (AGE). (2015). *The challenge of sustaining peace: Report of the advisory group of experts for the 2015 review of the United Nations peacebuilding architecture*. Retrieved from https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/150630%20Report%20of%20the%20AGE%20on%20the%202015%20Peacebuilding%20Review%20FINAL.pdf

Arostegui, J. (2013). Gender, conflict, and peace-building: How conflict can catalyse positive change for women. *Gender & Development*, *21*(3), 533–549. https://doi.org/10.1080/13552074.2013.846624

Barnes, T., & O'Brien, D. (2018). Defending the realm: The appointment of female defense ministers worldwide. *American Journal of Political Science*, *62*, 355-368. https://doi.org/10.1111/ajps.12337

Beijing Declaration. (1995). *Beijing Declaration and Platform for Action Fourth World Conference on Women*.

Bjarnegård, E., & Melander, E. (2011). Disentangling gender, peace and democratization: The importance of militarized masculinity. *Journal of Gender Studies*,*20*, 139-154. https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09589236.2011.565194?scroll=top&needAccess=true

Cabrera-Balleza, M. (2020, March 13). *A woman peacebuilder's reflections on Beijing+25 & the generation equality forum inter press service*. https://www.ipsnews.net/2020/03/woman-peacebuilders-reflections-beijing25-generation-equality-forum/

Cabrera-Balleza, M., & Fal-Dutra Santos, A. (2018). *From best practice to standard Practice: A toolkit on the localization of the UN Security Council resolution 1325 on women and peace and security*. Global Network of Women Peacebuilders (GNWP).

Cabrera-Balleza, M., Fal-Dutra Santos, A., Leclerc, K., & Irani, J. (2020, March 18). *No empowerment without peace! Civil society-led coalition launches advocacy paper, urges intentional integration of the women and peace and security and youth and peace and security agendas in the generation equality forum* | Global Network of Women Peacebuilders. https://gnwp.org/no-empowerment-without-peace/

Cabrera-Balleza, M., Iyer, M., Fal-Dutra Santos, A., Lakehal, D., Yoon, H., Leclerc, K., & Veillet-Chowdhury, E. (2020). *Connecting women and peace and security (wps) and youth and peace and security (yps) to beijing+25 and the generation equality forum*. Global Network of Women Peacebuilders (GNWP). https://gnwp.org/wp-content/uploads/B25-WPS-YPSAdvocacy-Paper-Exec-Summary-final-web.pdf

Caparini, M., Milante, G., Günther, E., & Jung, Y. (2017). Sustaining peace and sustainable development in dangerous places, *SIPRI Yearbook*, 211–252.

Charlesworth, H. (2004). Feminist methods in international law. *Studies in Transnational Legal Policy ,36*,159.

Cockburn, C. (2004). The continuum of violence: A gender perspective on war and peace. In W. Giles and J. Hyndman (Eds.), *Sites of violence: Gender and conflict zones* (pp. 24-44). Los Angeles, California: University of California Press.

Cockburn, C. (2010). Gender relations as causal in militarization and war: A feminist standpoint. *International Feminist Journal of Politics*, 12 (2), 139–157. https://doi.org/10.1080/14616741003665169

Coomaraswamy, R. (2015). *Preventing conflict, transforming justice, securing the peace: A global study on the implementation of United Nations Security Council resolution 1325*. UN Women. https://wps.unwomen.org/pdf/en/GlobalStudy_EN_Web.pdf

Domingo, P., & O'Neil, T. (2016). *Women and power overcoming barriers to leadership and influence*. Overseas Development Institute. https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/10443.pdf

El-Bushra, J., & Sahl, I. M. (2005). *Cycles of violence: Gender relations and armed conflict*. Acord Nairobi, Kenya. http://resilientlivelihoods.christianaid.org.uk/wp-content/uploads/2016/05/Cycles-of-Violence-Judy-el-Bushra-and-Ibrahim-Sahl-ACORD.pdf

Enloe, C. (2014). *Bananas, beaches and bases: Making feminist sense of international politics*. Berkeley, California: University of California Press.

Fal-Dutra Santos, A., Lakehal, D., Iyer, M., Khanal, P., & Cabrera-Balleza, M. (2019). *Building and sustaining peace from the ground up*: A *global study of civil society and local women's perception of sustaining peace*. Global Network of Women Peacebuilders (GNWP). https://gnwp.org/wp-content/uploads/GNWPReport_24october_4web-1.pdf

George, N., & Shepherd, L. J. (2016). *Women, peace and security: Exploring the implementation and integration of UNSCR 1325*. International Political Science Review, 37(3), 297–306.

George, R. (2019, November 18). *Many gains, but many miles to go: Women in power since 1995*. ODI. https://www.odi.org/blogs/many-gains-many-miles-go-women-power-1995

Gizelis, T.-I. (2009). Gender empowerment and United Nations peacebuilding. J*ournal of Peace Research*, *46*(4), 505–523. https://doi.org/10.1177/0022343309334576

Global Network of Women Peacebuilders (GNWP), Dag Hammarskjöld Foundation (DHF), International Peace Institute (IPI), & Global Partnership for Prevention of Armed Conflict (GPPAC). (2018, December 1). *Operationalizing sustaining peace: a series of roundtable discussions*. https://gnwp.org/publications/operationalizing-sustaining-peace/

Global Network of Women Peacebuilders (GNWP). (2019, December 12). *55+ Women and youth organizations and networks laun ch the beijing+25 women, peace, and security – youth, peace, and security action coalition* | Global Network of Women Peacebuilders. https://gnwp.org/b25-wps-yps-global-coalition-launch/

Global Network of Women Peacebuilders (GNWP). (2020, January 27). *Open letter: Beijing+25: An uphill battle for the women and peace and security and youth and peace and security agendas.* https://gnwp.org/open-letter-beijing25-an-uphill-battle-for--the-women-and-peace-and-security-and-youth-and-peace-and-security-agendas/

Hill, F., Aboitiz, M., & Poehlman-Doumbouya, S. (2003). *Nongovernmental organizations role in the buildup and implementation of Security Council resolution 1325.* Signs, 28(4), 1255–1269. JSTOR. https://doi.org/10.1086/368321

Hudson, V. M., Ballif-Spanvill, B., Caprioli, M., & Emmett, C. F. (2012). *Sex and world peace.* Columbia University Press; JSTOR. https://doi.org/10.7312/huds13182

International Labour Organization (ILO). (2016, March 8). *The gender labour gap around the world [Interactive Map].* http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-and-charts/enhanced/WCMS_458201/lang--en/index.htm

Jones, N. (2019, October 10). *Getting girls' voices heard on the global stage: Progress since the 1995 Beijing Platform for Action.* ODI. https://www.odi.org/blogs/10794--getting-girls-voices-heard-global-stage-progress-1995-beijing-platform-action

Kostovicova, D., Bojicic-Dzelilovic, V., & Henry, M. (2020). Drawing on the continuum: A war and post-war political economy of gender-based violence in Bosnia and Herzegovina. *International Feminist Journal of Politics*, 0(0), 1–23. https://doi.org/10.1080/14616742.2019.1692686

Leone, F. (2017, January 12). *Conflict prevention is "The Priority," Says UN Secretary--General.* SDG Knowledge Hub. http://sdg.iisd.org/news/conflict-prevention-is--the-priority-says-un-secretary-general/

Leon-Himmelstine, C. (2019, October 15). *We won't get women out of poverty until we leave behind 'one-size-fits-all' interventions.* ODI. https://www.odi.org/blogs/10798-we--won-t-get-women-out-poverty-until-we-leave-behind-one-size-fits-all-interventions

Myrttinen, H., Popovic, N., & Khattab, L. (2016). 'Measuring gender' in peacebuilding: Evaluating peacebuilding efforts from a gender-relational perspective. *International Alert.* https://www.international-alert.org/sites/default/files/Gender_MeasuringGenderPeacebuilding_EN_2016.pdf

Naraghi-Anderlini, S. B. (2001). Women, peace and security: A policy audit. from the beijing platform for action to UN Security Council resolution 1325 and beyond. *International Alert*, 1255–69.

NGOWG WPS. (2019, October 24). 2019 Open letter to permanent representatives to the UN: Recommendations on the Security Council open debate on women, peace and security (WPS). *NGO Working Group on Women, Peace and Security*. https://www.womenpeacesecurity.org/resource/open-letter-unsc-wps-anniversary-october-2019/

Ní Aoláin, F. (2013). What does postconflict security mean for women? in A. M., Tripp, M. M. Ferree, & C. Ewig, (Eds.), *Gender, violence, and human security: Critical feminist perspectives* (pp. 33-49). New York: New York University Press.

OECD. (2017). *Gender equality and women's empowerment in fragile and conflictaffected situations: A review of donor support*. https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/b75a1229en.pdf?expires=1584803765&id=id&accname=guest&checksum=2EC8A248E096E007F8D31978AA52E7B3

OECD. (2018). *States of fragility 2018: Higlights*. https://www.oecd.org/dac/conflict-fragility-resilience/docs/OECD%20Highlights%20documents_web.pdf

OECD. (2019). *DAC gender equality policy marker*. http://www.oecd.org/dac/gender-development/dac-gender-equality-marker.htm

O'Reilly, M. (2019). *Where the wps pillars intersect: The Oxford handbook of women, peace, and security*. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190638276.013.17

O'Rourke, C., & Swaine, A. (2015). *Guidebook on CEDAW general recommendation No. 30 and the UN Security Council resolutions on women, peace and security (UN Women, 2015)*. UN Women.

Otto, D. (2015). Women, peace and security: A critical analysis of the security council's vision (SSRN Scholarly Paper ID 2631325). *Social Science Research Network*. https://papers.ssrn.com/abstract=2631325

Peterson, V. S. (2016). Gendering insecurities, informalization and 'war economies.' In W. Harcourt (Ed.), *The palgrave handbook of gender and development: Critical engagements in feminist theory and practice* (pp. 441–62). London, UK: Palgrave Macmillan.

Porter, E. (2003). Women, political decision-making, and peace-building. *Global Change, Peace & Security*, 15(3), 245–262. https://doi.org/10.1080/0951274032000124965

Robinson, F. (2011). *The ethics of care: A feminist approach to human security*. Temple, USA: Temple University Press.

Roy, S., & Singh, P. (2016). *Gender bias in education during conflict: Evidence from Assam*. IZA Discussion Paper, 10092.

Santos, R., Roque, S. & Moura, T. (2013). Missed connections: Representations of gender, (armed) violence and security in Resolution 1325." *RCCS Annual Review. A Selection from the Portuguese Journal Revista Crítica de Ciências Sociais* (5), 3-31.

Shepherd, L. J. (2008). Power and authority in the production of United Nations Security Council resolution 1325. *International Studies Quarterly*, 52, 383–404.

Silva, J. M. da, & Ros, E. (2019, April 25). Prevention calls for strengthening development, humanitarian, peace "triple nexus." *IPI Global Observatory*. https://theglobalobservatory.org/2019/04/prevention-calls-strengthening-development-humanitarian-peace-triple-nexus/

Swaine, A. (2015). Beyond strategic rape and between the public and private: violence against women in armed conflict. *Human Rights Quarterly*, 37(3), 755–786. https://doi.org/10.1353/hrq.2015.0043

Tian, N., Fleurant, A., Kuimova, A., Wezeman, P., & Wezeman, S. (2019). Trends in world military expenditure, 2018 (SIPRI Fact Sheet). *SIPRI*. https://www.sipri.org/sites/default/files/2019-04/fs_1904_milex_2018.pdf

True, J., & Davis, S. (2018, November 26). From Pillars to Progress in Women, Peace and Security. *LSE Women, Peace and Security Blog*. https://blogs.lse.ac.uk/wps/2018/11/26/from-pillars-to-progress-in-women-peace-and-security/

UN. (1945). *Charter of the United Nations*. https://www.un.org/en/sections/un-charter/un-charter-full-text/

UN. (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development (A/RES/70/1)*. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf

UN. (2016a, February 2). *One humanity: Secretary-General's report for world humanitarian summit 2016*. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Secretary-General%27s%20Report%20for%20WHS%202016%20%28Advance%20Unedited%20Draft%29.pdf

UN. (2016b). *Report of the Secretary-General on women and peace and security (S/2016/822)*. https://undocs.org/pdf?symbol=en/S/2016/822

UN. (2019). *Report of the Secretary-General on women and peace and security (S/2019/800)*. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Report%20of%20the%20Secretary-General%20on%20women%20and%20peace%20and%20security%20%28S-2019-800%29.pdf

UN. (2020, February 10). *Report of the Secretary-General on the Peacebuilding Fund* (A/74/688). https://www.un.org/peacebuilding/sites/www.un.org.peacebuilding/files/documents/sg_report_2019.pdf

UN ECOSOC. (2018). *Resolution adopted by the Economic and Social Council on 12 June 2018* (E/Res/2018/8). https://undocs.org/pdf?symbol=en/E/RES/2018/8

UN High-Level Advisory Group for the 2015 Global Study on UNSCR 1325. (2020). *Call for an action coalition on women, peace and security and youth, peace and security in the beijing+25/generation equality forum*. https://gnwp.org/wp-content/uploads/

HLAG-members-letter-to-UN-SG-and-others-on-WPS-and-YPS-agenda-25-February-2020-as-sent.pdf

UN Women. (2020). *Announcement of action coalition themes.* https://www.unwomen.org/news/stories/2020/1/announcer-generation-equality-forum-action-coalition--themes-announced

UNESCO. (2015). *Humanitarian aid for education: Why it matters and why more is needed.*

UNESCO. (2018). *One in five children, adolescents and youth is out of school.* http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/fs48-one-five-children-adolescents--youth-out-school-2018-en.pdf

UNICEF. (n.d.-a). *Child marriage around the world.* Retrieved March 25, 2020, from https://www.unicef.org/stories/child-marriage-around-world

UNICEF. (n.d.-b). *Voices of youth.* Retrieved March 29, 2020, from https://www.unicef.org/explore_4521.html

UNSC. (2000). *United Nations Security Council Resolution 1325 on Women and Peace and Security* (S/Res/1325). https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SC_ResolutionWomenPeaceSecurity_SRES1325%282000%29%28english_0.pdf

UNSC. (2013). *United Nations Security Council Resolution 2122* (S/Res/2122). https://undocs.org/pdf?symbol=en/S/RES/2122(2013)

UNSC. (2015, December 5). *United Nations Security Council Resolution 2250* (S/Res/2250). https://undocs.org/pdf?symbol=en/S/RES/2250(2015)

UNSC. (2016). *United Nations Security Council Resolution 2282 on Peacebuilding and Sustaining Peace (S/RES/2282).* https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2282.pdf

UNSC. (2018). *United Nations Security Council Resolution 2419 (S/Res/2419).*

Webster, K., Chen, C., & Beardsley, K. (2019). Conflict, Peace, and the Evolution of Women's Empowerment. International Organization, 73(2), 255–289.

Women's International League for Peace and Freedom. (n.d.). *Member states. Peace women.* Retrieved March 25, 2020, from https://www.peacewomen.org/member-states

Wood, E. J. (2018). Rape as a practice of war: Toward a typology of political violence." *Politics & Society, 46*(4), 513–37.

Wright, H. (2014). *Masculinities, conflict and peacebuilding: Perspectives on men through a gender lens.* Saferworld.

Recepção: 01/04/2020
Aceite para publicação: 24/05/2020

* Mestre em Gestão de Recursos Humanos
ORCID ID: 0000-0002-7637-9390
Universidade de Lisboa, ISEG – School of Economics & Management
1200-781 Lisboa, Portugal
tscatarina912@gmail.com

** Professora Associada com Agregação
ORCID ID: 0000-0002-7944-5007
Universidade de Lisboa, ISEG – School of Economics & Management,
SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações/CSG
Departamento de Ciências Sociais
1200-781 Lisboa, Portugal
sarafc@iseg.ulisboa.pt

Assimetrias de género na(s) engenharia(s) em Portugal
Dinâmicas e desafios

CATARINA TEIXEIRA* | SARA FALCÃO CASACA**

Resumo. Este artigo centra-se na representação de homens e mulheres nas engenharias em Portugal, tanto ao nível da educação como do exercício da profissão de engenheiro/a. Evidencia-se que a engenharia permanece essencialmente representada por homens, sendo a designação no plural (*engenharias*) aquela que mais se adequa ao panorama nacional. Há áreas da engenharia onde a proporção do sexo feminino supera a do sexo masculino, e outras onde prevalece um padrão de hegemonia masculina. Os processos de socialização *genderizados* continuam a moldar as opções educativas de rapazes e raparigas, condicionando as suas aspirações e oportunidades profissionais e contribuindo para a reprodução da segregação sexual das profissões.

Palavras-chave: Engenharia(s), género, assimetria, segregação sexual, igualdade.

Gender imbalances in engineering in Portugal: Dynamics and challenges. *This article focuses on the representation of men and women in engineering in Portugal, both at the tertiary level of education and professional practice. A key*

DOI https://doi.org/10.34619/eafb-md78

conclusion is that despite the gender imbalances and the overrepresentation of men, the adoption of the plural form (engineering fields) is the most adequate one to describe the current national context. There are domains where women outnumber men, whereas other still prevail as male-dominated areas. Gendered socialisation processes are still shaping the educational options of boys and girls, therefore constraining their career aspirations and opportunities, as well as reproducing gender-based occupational segregation.

Keywords: *Engineering, gender, imbalance, gender-based segregation, equality.*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo centra-se na representação de homens e mulheres nas engenharias em Portugal, tanto ao nível da educação/formação como do exercício da profissão de engenheiro/a. Prevalecem assimetrias de género nas opções educativas ao nível do Ensino Superior (ES), estando as mulheres ainda sub-representadas nos cursos de Engenharia. Essa assimetria acentua-se no plano profissional: os homens estão, em média, duas vezes mais representados na profissão de engenheiros do que as mulheres (OECD, 2017). A literatura, que sinteticamente revisitamos no segundo capítulo, tem-se debruçado sobre as razões subjacentes à sub-representação de mulheres nas áreas educativas/formativas e profissionais ligadas à engenharia.

Tal como apresentado no terceiro capítulo, o estudo seguiu uma metodologia mista, cruzando a recolha e análise de dados estatísticos provenientes de fontes de informação oficiais, respeitantes a diplomados/as do Ensino Superior (ES) e membros da Ordem dos Engenheiros (OE), com a recolha e análise de informação de natureza qualitativa. Neste âmbito, com o apoio da OE, foram realizadas entrevistas em profundidade a membros que integram os diversos colégios de especialidade, com o intuito de apreender as suas perceções acerca das dinâmicas no domínio da representação de homens e mulheres nas engenharias e as suas experiências individuais como engenheiros/as.

Concluímos que as dinâmicas de superação das assimetrias marcadas pelo género na formação superior em Engenharia têm sido relativamente tímidas. Evidenciamos neste artigo que esta é ainda uma área essencialmente representada por homens, sendo a designação no plural (*engenharias*) aquela que mais se adequa ao panorama atual. Uma das principais mudanças a registar decorre da crescente diversidade de áreas associadas à engenharia: há áreas onde a proporção do sexo feminino supera a do sexo masculino e outras onde prevalece um padrão de hegemonia masculina. As representações sociais cristalizadas em torno das características e atributos das mulheres e dos homens continuam, portanto, a sustentar estereotipias e uma socialização diferenciada em função do género. Esta socialização *genderizada* molda as opções educativas e formativas de rapazes e raparigas, condicionando as suas aspirações e futuras oportunidades profissionais e contribuindo para a reprodução da segregação sexual das profissões.

2. ASSIMETRIAS DE GÉNERO E ENGENHARIA: REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Que fatores explicam a sub-representação de mulheres? Vários estudos têm sublinhado que, não obstante a crescente integração das mulheres em cursos superiores tradicionalmente tipificados como masculinos, ainda se constatam consideráveis assimetrias de género. As mulheres permanecem sub-representadas em várias áreas de formação e profissionais, como é o caso da engenharia (Diekman et al., 2017; Saavedra et al., 2011). Os fatores culturais são apontados como aqueles que mais contribuem para esta evidência, destacando-se as conceções estereotipadas em função do género. Tal pressupõe que as representações sociais profundamente cristalizadas sobre o que significa ser mulher ou ser homem, os papéis sociais que devem ocupar, as características que lhe estão associadas e os ideais dominantes de feminilidade e masculinidade têm sustentado padrões de socialização marcados pelo género (*genderizados*) (Casaca & Lortie, 2017). Estes padrões moldam os processos identitários – i.e., as representações subjetivas que homens e mulheres elaboram sobre si próprios/as (Amâncio, 1994).

Saavedra (2010) esclarece que, até aos 12-13 anos de idade, o número de raparigas e rapazes interessadas/os pelas Ciências, Engenharias e

Tecnologias (CET) é similar. Após essa idade, regista-se um decréscimo no número de raparigas que elegem esses domínios de estudo. Este facto reflete a influência da socialização nas opções educativas/formativas e nas consequentes oportunidades profissionais de homens e mulheres (Dasgupta & Stout, 2014; Ferreira, 1993; Saavedra et al., 2011; Sarkar, Russell & Stuart, 2014; Schuster & Martiny, 2017). Ainda neste âmbito, importa sublinhar a associação simbólica entre masculinidade e competências técnicas, a que acresce o facto de as imagens e as representações culturais das tecnologias convergirem com as imagens da masculinidade (Faulkner, 2001).

As expectativas são distintas em função do género: os homens são perspetivados como mais competentes para determinadas áreas profissionais, como é o caso da engenharia, e as mulheres naturalmente mais vocacionadas para as humanidades e as ciências sociais (Saavedra et al., 2013). Subjacentes a tais expectativas estão as associações estereotipadas relativamente a homens e a mulheres – no caso deles, enfatizando características como a capacidade de raciocínio lógico e abstrato, a imparcialidade, a objetividade, a inclinação natural para o manuseamento de equipamentos técnicos, para inovar e criar engenhos; no caso delas, para educar, cuidar, gerir emoções e interagir com seres humanos (Amâncio, 1994; Casaca & Lortie, 2017). Relativamente às mulheres, emerge, assim, frequentemente, uma desconfiança sobre as suas aptidões e capacidades para se adaptarem às características dos contextos organizacionais e das profissões socialmente tipificadas como masculinas (Von Hippel, 2011; Santos & Amâncio, 2014). Um dos efeitos é o défice de confiança das mulheres quanto às áreas formativas e profissionais tecnológicas ligadas à engenharia (Sarkar, Russell & Stuart, 2014).

Os estudos têm também sublinhado o facto de as mulheres em Portugal terem melhores resultados que os homens nos exames de matemática, física e química, bem como de biologia e geologia – áreas fundamentais para o ingresso em cursos superiores de engenharia (OECD, 2017). Todavia, são ainda escassos os estudos sobre esta temática no país (veja-se, e.g., Rodrigues, 2004; Saavedra, 2010; Saavedra et al., 2011; Saavedra et al., 2013; Saavedra et al., 2014; Saavedra & Araújo, 2015).

A investigação já produzida tem salientado que a entrada das mulheres na engenharia foi favorecida pelas transformações registadas no sistema de ensino e de organização do trabalho nesta área. Se a atividade de engenharia havia nascido associada à atividade militar e ao serviço do Estado, acabaria por evoluir

como atividade moderna, no domínio civil, e crescentemente diversificada. Por conseguinte, passou a constituir uma área de formação e profissionalização com crescentes oportunidades para as mulheres (Rodrigues, 2004). Além disso, como recordado por Coelho e Ferreira (2018), reconfirmando dados anteriores (Ferreira, 1993), Portugal apresenta a singularidade de reunir uma elevada feminização das profissões técnico-científicas em geral, refletindo o investimento das raparigas das classes sociais mais favorecidas em educação/formação superior, incluindo em áreas tipificadas como tradicionalmente masculinas (sobretudo nos casos em que as mães são detentoras de um diploma de nível superior).

Ainda no contexto nacional e em linha com as conclusões de outros estudos realizados noutros contextos, Saavedra e Araújo (2015) referem que as mulheres tendem a interrogar a sua autoeficácia em relação à engenharia, manifestando algumas inseguranças e dificuldades em ingressar em profissões socialmente tipificadas como masculinas, a que se associam processos discriminatórios, ou pelo menos pouco inclusivos, nos respetivos locais de trabalho. Este padrão tem contribuído para que muitas mulheres se afastem de domínios de atividade relacionados com a engenharia e revelem uma maior preferência por cursos superiores ligados às áreas sociais, mais alinhadas com o ideal dominante de feminilidade e com funções referentes ao "cuidar" e ao educar, onde as capacidades de relacionamento interpessoal estão particularmente presentes (Saavedra et al., 2011; Casaca, 2012).

2.2. A Engenharia como um domínio tipificado como masculino: razões explicativas. Importa notar que o ingresso num curso superior de engenharia nem sempre assegura que, mais tarde, as mulheres exerçam efetivamente a profissão de engenheiras. A literatura aponta como razões explicativas os enviesamentos em função do género nos processos de recrutamento e seleção, assim como a existência de práticas de discriminação nos contextos organizacionais onde essas profissões são particularmente requeridas (Saavedra et al., 2011; Diekman et al., 2017). Por conseguinte, mesmo quando detêm as credenciais académicas adequadas, muitas mulheres acabam por abandonar ou por atenuar as aspirações de uma carreira profissional como engenheiras. Trata-se de decisões que decorrem da perceção dos constrangimentos organizacionais, das pressões internas, dos mecanismos discriminatórios (diretos ou indiretos), tanto nos contextos de educação como nos locais de trabalho (Silva, 2010).

A metáfora *leaky pipeline* tem permitido ilustrar a sucessão de bloqueios à plena integração e realização profissional das mulheres no mundo das engenharias, fomentando a sua progressiva sub-representação ou mesmo desaparecimento (Blickenstaff, 2005). Tal sucede porque as organizações são contextos *genderizados* (Acker, 1990). Quanto menor a representação de mulheres numa determinada organização ou profissão, mais a marca da masculinidade está impregnada nas políticas, processos e práticas de gestão e de trabalho, criando um contexto que muitas mulheres experienciam como hostil (Kanter, 1977; Powell, Bagilhole & Dainty, 2009; Santos & Amâncio, 2014).

Dada a associação entre masculinidade e engenharia, muitas mulheres engenheiras encontram-se em "posições socialmente contraditórias" (Nogueira, 2009) – i.e., exercem uma profissão que desafia as normas e as expectativas sociais dominantes, ocupando portanto um lugar reservado a um *homem*. Nestas circunstâncias, são frequentemente confrontadas com a necessidade de negociação identitária; ou seja, ao serem primeiramente vistas como mulheres, sentem-se pressionadas a afirmar a sua credibilidade enquanto engenheiras (Hatmaker, 2013). Em contextos organizacionais marcadamente masculinos, muitas mulheres tendem a atenuar a sua visibilidade, ajustando-se à cultura organizacional e à norma masculina dominante (Powell, Bagilhole & Dainty, 2009), ou, em alternativa, optam por exercer uma outra profissão (Blickenstaff, 2005). As dinâmicas organizacionais prevalecentes condicionam por vezes as suas oportunidades de desenvolvimento e de progressão profissional, as recompensas e os salários auferidos (Saavedra *et al.*, 2014; Saavedra & Araújo, 2015). O isolamento é outro ponto crítico nos contextos de hegemonia masculina, pois as mulheres relatam frequentemente a exclusão de eventos e de redes formais e informais que são, no fundo, determinantes para a aquisição de capital social (Hill et al., 2010).

A literatura tem igualmente sublinhado as consequências negativas dos mecanismos de discriminação (direta ou indireta) para as respetivas organizações. Sempre que o *oleoduto pinga*[1] e afasta as mulheres do exercício da profissão ou da progressão profissional, ocorre uma "fuga de cérebros silenciosa" que implica uma perda assinalável de saber e conhecimento (Hewlett & Luce, 2005). Segundo esta perspetiva a, perda de capital humano penaliza o próprio desenvolvimento e desempenho das organizações (Diekman et al., 2017).

---

1 Tradução de *leaky pipeline,* fenómeno anteriormente referido.

3. TRABALHO EMPÍRICO: METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Nota metodológica. O estudo combinou os métodos quantitativos e qualitativos, procurando evidenciar as dinâmicas mais recentes em termos de representação de homens e mulheres nos diversos ramos da Engenharia. Foram coligidos e analisados dados de âmbito nacional referentes ao Ensino Superior (ES), tendo como fonte de informação as estatísticas disponibilizadas pela Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC). Procedeu-se depois ao filtro de todos os cursos de Engenharia, de modo a efetuar a análise do número de diplomados/as nos diversos ramos e ciclos de estudo. Este filtro foi aplicado aos anos letivos de 2012-2013 e de 2016-2017. A opção pelo ano letivo de 2012-2013 como marco de início da pesquisa decorre do facto de as nomenclaturas relativas aos graus de ensino se encontrarem, a partir dessa data, harmonizadas, permitindo uma comparação mais fiável do número de detentores/as de diplomas de Licenciatura (1.º ciclo), de Licenciatura de Mestrado Integrado, de Mestrado (2.º Ciclo) e de Doutoramento (3.º Ciclo). À data de realização da pesquisa, os dados oficiais mais atualizados reportavam ao ano letivo de 2016-2017.

Complementarmente, foi realizado um diagnóstico do perfil de membros da Ordem dos Engenheiros (OE), tendo em conta os respetivos colégios de especialidade[(2)]. A informação foi disponibilizada pela Direção da OE em maio de 2018, após a assinatura de um acordo de cooperação relativamente à realização do estudo. Embora os dados estejam longe de permitir um retrato do exercício da profissão de engenharia por sexo, dado que apenas dizem respeito a membros inscritos, permitiram a obtenção do retrato desta associação profissional de referência no domínio da Engenharia.

A partir da colaboração da OE, foi ainda possível agendar entrevistas com homens e mulheres engenheiros/as. Procurou-se, assim, incorporar também uma abordagem mais qualitativa, através da técnica de entrevista individual semiestruturada e da respetiva análise de conteúdo. Foram realizadas oito entrevistas entre maio e setembro de 2018, abordando essencialmente as perceções acerca da representação de homens e mulheres nas engenharias e as experiências individuais como engenheiros/as. As pessoas

2 Colégios: Agronomia, Ambiente, Civil, Eletrotécnica, Florestal, Geográfica, Geológica e Minas, Informática, Materiais, Mecânica, Naval, Química e Biológica.

entrevistadas (cinco homens e três mulheres) foram selecionadas tendo em conta a representação dos vários ramos de Engenharia. O convite à participação no estudo foi formalizado via *e-mail*, através da articulação com os serviços da OE. As entrevistas foram realizadas presencialmente na sede da OE com recurso a um guião de entrevista, após a assinatura da declaração de consentimento, e gravadas em formato áudio. Posteriormente, os contributos foram organizados por categorias temáticas, tendo-se procedido à respetiva análise de conteúdo.

3.2. Mulheres e homens no ensino superior: os ramos da engenharia em Portugal. De acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (DGEEC), ilustrados na Figura 1, é evidente que há mais mulheres do que homens no total de diplomadas/os do ensino superior. A curva referente à taxa de feminização[3] demonstra um decréscimo desde 2000-2001, que se acentua após 2004-2005, verificando-se depois uma relativa estabilização dos valores a partir de 2007-2008.

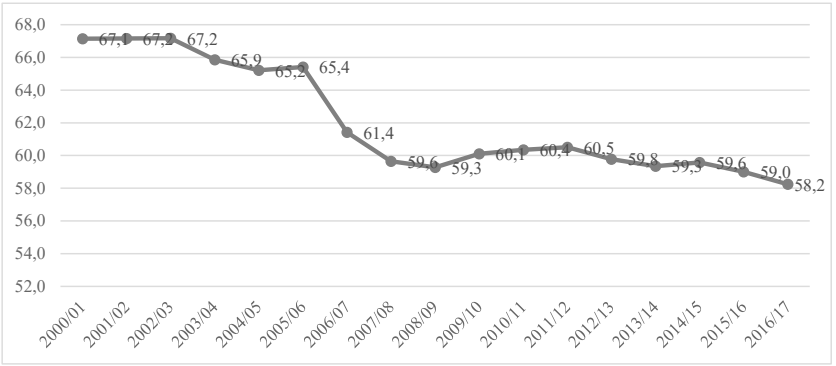

Figura 1 – Taxa de feminização dos/as diplomados/as do Ensino Superior em Portugal, por ano letivo (Evolução)
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DGEEC. https://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/

3 A taxa de feminização é calculada a partir do rácio entre o número de mulheres que obtiveram um diploma de ensino superior e o total de alunos/as nas mesmas circunstâncias, em cada ano em análise.

É assim interessante notar que, à semelhança dos dados trabalhados por outras/os investigadoras/es, a percentagem de mulheres na engenharia não tem evoluído de forma assinalável. Em 1980-1981, elas totalizavam um quarto dos diplomados/as em engenharia (Martinho, 2006). A nossa investigação vem confirmar que as dinâmicas de superação das assimetrias marcadas pelo género na formação superior em Engenharia têm sido relativamente tímidas. A análise do número de diplomados/as nos diversos ramos das engenharias nos anos letivos de 2012-2013 e de 2016-2017[4] permite constatar um decréscimo na representação de mulheres licenciadas (1.º Ciclo): a proporção passou de cerca de 27% para 24%. No entanto, nos demais ciclos de estudos há a notar um ligeiro aumento; assim, as mulheres diplomadas em cursos de licenciatura de mestrado integrado e em cursos de mestrado (2.º Ciclo) perfazem cerca de um terço do total de diplomados/as.

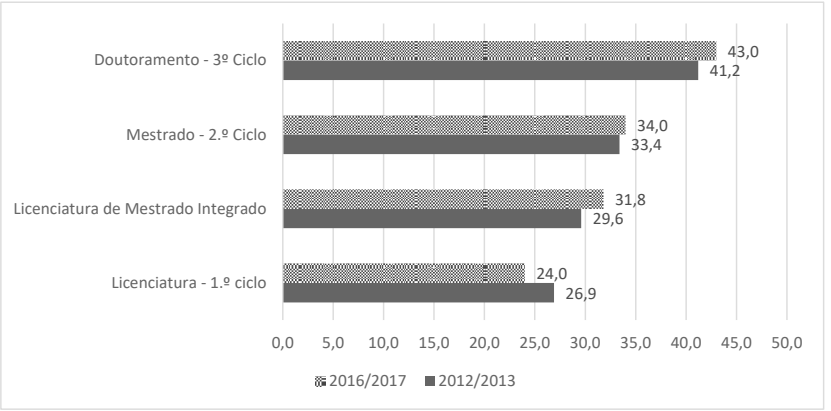

Figura2 – Taxa de feminização[5] dos/as diplomados/as em engenharia em Portugal, por ciclo e ano letivo
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DGEEC. https://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/

4 Como referido na nota metodológica, a opção por iniciar a pesquisa com o ano letivo de 2012-2013 decorre do facto de as nomenclaturas relativas aos graus de ensino se encontrarem, a partir dessa data, harmonizadas, permitindo uma comparação mais fiável do número de alunos/as inscritos/as em cursos de Licenciatura (1.º Ciclo), Licenciatura de Mestrado Integrado, Mestrado (2.º Ciclo) e Doutoramento (3.º Ciclo).

5 A taxa de feminização é calculada a partir do rácio entre o número de mulheres que obtiveram um diploma em cada ciclo de estudos do ensino superior e o total de alunos/as nas mesmas circunstâncias, em cada ano em análise.

É, contudo, ao nível do 3.º ciclo (doutoramento) que a proporção de mulheres mais se faz notar: quatro em cada dez diplomados/as eram, em ambos os anos, do sexo feminino. Este indicador deve, porém, ser interpretado com prudência e moderar análises mais otimistas. Como nos é recordado por Coelho e Ferreira (2018), a fraca dinâmica do mercado de trabalho ao nível das qualificações mais elevadas fomenta, em muitos casos, o prolongamento do ciclo de estudos; logo, os dados relativos ao grau de doutoramento podem apenas indiciar a escassez de alternativas profissionais fora do ensino e da investigação (veja-se também Casaca & Chagas Lopes, 2009).

Uma análise mais fina dos dados disponíveis permite-nos verificar que, se as mulheres permanecem sub-representadas ao nível da engenharia em geral, há *nuances* a assinalar no panorama das *engenharias*. De facto, uma das principais mudanças a registar decorre da crescente diversidade de áreas e de opções educativas/formativas e profissionais neste domínio (Rodrigues, 2004). Há, assim, áreas da engenharia onde a proporção do sexo feminino supera a do sexo masculino (Quadro 1). Referenciando os cursos com maior número de diplomados/as em Licenciaturas (1.º Ciclo) e Licenciaturas de Mestrado Integrado, há a destacar alguns ramos "feminizados", onde a representação de mulheres é superior a 60%. Assim sucede com as áreas de Engenharia Biológica (onde cerca de 75% do total de diplomados/as são do sexo feminino), Engenharia Alimentar (onde esse valor se aproxima igualmente de 75%) e Engenharia de Química e de Processos (ramo que inclui Engenharia Bioquímica, Engenharia Biomédica, Bioengenharia e Biotecnologia), onde as diplomadas perfazem 67% do total.

Por outro lado, a hegemonia masculina ainda prevalece em cursos associados a várias áreas, como sejam: Eletrónica e Automação (que inclui engenharia informática, de *software* e de telecomunicações), onde os homens representam cerca de 88% do total de diplomados/as; Metalurgia e Metalomecânica, onde esse valor ronda os 87%; e Engenharia Civil, onde o sexo masculino soma aproximadamente 70% do total de diplomados/as.

Outras áreas refletem uma composição mista (ou quase): são os casos de Engenharia e Gestão Industrial, Engenharia do Ambiente e Engenharia de Produção Agrícola e Animal (ramo que inclui as Engenharias Zootécnica e Agronómica), onde cerca de 55%, 45% e 42%, respetivamente, das pessoas diplomadas são mulheres.

Quadro 1 –. Número de diplomados/as em Licenciatura (1.º ciclo) e Licenciatura de Mestrado Integrado, por área detalhada de Engenharia, por sexo, em 2016-2017

	Homens N.º	Mulheres N.º	Total	Proporção de mulheres %	Proporção de homens %
Proteção de pessoas e bens (Proteção Civil)	13	1	14	7,1	92,9
Segurança Militar e Defesa	47	5	52	9,6	90,4
Eletrónica e Automação (inclui Engenharia Informática, de Software e Telecomunicações)	3530	498	4028	12,4	87,6
Metalurgia e Metalomecânica	1552	226	1778	12,7	87,3
Silvicultura	12	2	14	14,3	85,7
Veículos a motor, navios e aviões (inclui Engenharia Aeroespacial)	319	61	380	16,1	83,9
Eletricidade e Energia	313	75	388	19,3	80,7
Design e administração de bases de dados e de redes informáticas	33	11	44	25,0	75,0
Física	149	51	200	25,5	74,5
Desenvolvimento e análise de software e aplicações informáticas	92	36	128	28,1	71,9
Ciências da Terra (Engenharias Geológica e Geográfica)	21	9	30	30,0	70,0
Construção Civil e Engenharia Civil	938	411	1349	30,5	69,5
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) sem definição precisa	14	7	21	33,3	66,7

	Homens N.º	Mulheres N.º	Total	Proporção de mulheres %	Proporção de homens %
Arquitetura e Urbanismo (Engenharias Geoespacial e Topográfica)	4	2	6	33,3	66,7
Materiais	120	68	188	36,2	63,8
Produção Agrícola e Animal (inclui Engenharias Zootécnica e Agronómica)	142	104	246	42,3	57,7
Engenharia e Gestão Industrial	339	268	607	44,2	55,8
Extrativas	28	24	52	46,2	53,8
Têxteis (vestuário, calçado e couro)	4	4	8	50,0	50,0
Saúde e Segurança no Trabalho	25	26	51	51,0	49,0
Ambiente (Tecnologia – Proteção do)	177	214	391	54,7	45,3
Química e Processos (inclui Bioquímica, Biomédica, Bioengenharia, Biotecnologia)	508	1039	1547	67,2	32,8
Alimentar	15	44	59	74,6	25,4
Biológica	57	173	230	75,2	24,8
Total	**8452**	**3359**	**11 811**	**28,4**	**71,6**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela DGEEC. https://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/

Notas: a) Os dados não incluem diplomados/as com o grau de Mestrado (2.º Ciclo), mas apenas as Licenciaturas (1.º Ciclo) e Licenciaturas de Mestrado Integrado.

b) Foram excluídos alguns ramos de engenharia com área indefinida, envolvendo um número residual de diplomados/as (aproximadamente 30).

c) As áreas de ensino superior de engenharia detalhadas na primeira coluna encontram-se assim designadas pela DGEEC.

d) As áreas a cinzento-escuro são as mais "feminizadas" (a proporção de mulheres diplomadas é igual ou superior a 60%); as áreas realçadas a cinzento-claro são as áreas

de composição mais mista (a proporção de homens e mulheres diplomados/as oscila entre 40% e 59%); e as áreas a branco são as áreas "masculinizadas" (a proporção de mulheres diplomadas é igual ou inferior a 39%).

Assim, refletindo as assimetrias simbólicas inscritas na ordem de género (Connell, 1987) nas opções educativas/formativas, as mulheres parecem preferir áreas de formação e de profissionalização associadas à provisão de bens e serviços relativos aos seres vivos e à vida em geral, enquanto os homens elegem áreas formativas que os capacitam para profissões relacionadas com infraestruturas físicas, artefactos tecnológicos, máquinas e ferramentas (Wang & Degol, 2013).

De modo a apreender qual a representação de mulheres e homens a exercer engenharia, analisámos o perfil de associados/as da Ordem dos Engenheiros (OE), tendo também em conta os respetivos colégios da especialidade. Importa destacar que são dados que estão longe de permitir um retrato do exercício da profissão de engenharia, por sexo, dado que apenas dizem respeito a membros inscritos. Ainda assim, é possível traçar a situação atual da OE, ajustando-se aos propósitos da investigação (v. nota metodológica). Neste caso cabe notar que a marca do género é ainda mais vincada entre os vários colégios de especialidade: a área de Ambiente é feminizada (65,8% de mulheres no total), a Química e Biológica é quase mista (46%), a que se seguem as áreas Geográfica (41,4%) e Florestal (39,9%). Outras áreas revelam-se ainda domínios esmagadoramente masculinos: assim sucede com Mecânica (93,8% de homens), Eletrotécnica (91,9%), Naval (91,2%), Informática (86,8%), Civil (78,1%) e Materiais (74,9%). Atualmente, como se pode constatar no Quadro 2, a OE reúne 47 382 membros, distribuídos por 37 516 homens (79%) e 9866 mulheres (21%).

Quadro 2 – Representação de associados/as, por sexo e colégio, na OE, em 2018

Especialidade	MULHERES		HOMENS		TOTAL	%
	N.º	%	N.º	%		
Agronómica	858	37,1%	1456	62,9%	2314	4,9%
Ambiente	938	65,8%	488	34,2%	1426	3,0%
Civil	5042	21,9%	18 008	78,1%	23 050	48,6%
Eletrotécnica	720	8,1%	8199	91,9%	8919	18,8%
Florestal	175	39,9%	264	60,1%	439	0,9%
Geográfica	161	41,4%	228	58,6%	389	0,8%
Geológica e de Minas	283	30,3%	652	69,7%	935	2,0%
Informática	68	13,2%	446	86,8%	514	1,1%
Materiais	90	25,1%	269	74,9%	359	0,8%
Mecânica	404	6,2%	6093	93,8%	6497	13,7%
Naval	10	8,8%	103	91,2%	113	0,2%
Química e Biológica	1117	46,0%	1310	54,0%	2427	5,1%
Total	**9866**	**20,8%**	**37 516**	**79,2%**	**47 382**	**100,0%**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela OE (maio, 2018).

3.3. Ser engenheiro/a, exercer engenharia: narrativas sobre as persistências e as dinâmicas no exercício da profissão. Procurou-se enriquecer o estudo com uma abordagem qualitativa. Sem qualquer pretensão de representatividade, os testemunhos recolhidos serviram para ilustrar, ainda que a título exploratório, as perceções acerca das (as)simetrias de género e das respetivas experiências profissionais. Foram realizadas oito entrevistas, especificamente a três mulheres (EM1, EM4 e EM5) e a cinco homens (EH2, EH3, EH6, EH7 e EH8), com idades compreendidas entre os 43 e os 67 anos, maioritariamente com filhos/as (75%). Integram oito dos doze colégios (especialidades) – Agronomia, Ambiente, Civil, Geográfica, Informática, Materiais, Mecânica e Química e Biológica – e são todos/as pertencentes à região Sul.

Em linha com o exposto pela literatura, os depoimentos das pessoas entrevistadas sugerem a exposição, desde a infância, a conceções estereotipadas acerca das aptidões e vocações profissionais mais adequadas a homens e mulheres. Matemática, por exemplo, tende a ser socialmente vista como um domínio para o qual os homens têm mais vocação que as

mulheres, assim como a aptidão natural para lidar com objetos e manipular engenhos. Humanidades, por outro lado, permanece percecionada como uma área mais ajustada às vocações "naturais" das mulheres, tal como todos os ramos de formação que tenham a ver com o relacionamento e a interação com pessoas. A este respeito um entrevistado indica:

> "Tive alguns professores no [ensino superior], da velha escola, que achavam e diziam, (...) 'ai, raparigas é para tachos e panelas' – coisas que sempre me fizeram um pouco de confusão." (EH2)

Verifica-se uma clara perceção de que existem barreiras sociais e psicológicas que têm impacto na escolha da área de educação e formação. Em contrapartida, quase todos/as os/as entrevistados/as, independentemente do sexo, reconhecem a influência de familiares na opção pela engenharia. A título de exemplo:

> "A primeira vez que disse que queria ser Engenheira tinha sete anos e tinha de facto a influência de um primo que era engenheiro químico. Foi ele de facto que foi o meu orientador (...). Em relação à área alimentar – eu nasci, digamos, na área alimentar porque o meu pai tinha uma empresa alimentar; portanto era quase obrigatório assistir e dar assistência." (EM5)

Tal como evidenciado em muitos outros estudos, quando as mulheres crescem num ambiente que promove o interesse pelas engenharias, são mais propensas a identificar-se com esse domínio formativo e profissional (Sarkar, Russell & Stuart, 2014).

Os/as entrevistados/as detêm, maioritariamente, experiência profissional tanto no setor público como no privado, estando conscientes da existência de segregação sexual nas profissões e nas hierarquias das empresas/organizações. A seu ver, a segregação reflete-se no acesso ao emprego, nas condições de trabalho (salários, por exemplo) e nas oportunidades de progressão na carreira.

Foram relatadas pelas engenheiras algumas vivências de discriminação, assim como de competição entre colegas. Estes testemunhos estão em linha com as conclusões de outros estudos que têm evidenciado as experiências negativas vividas pelas mulheres em contextos organizacionais de hegemonia

masculina (Santos & Amâncio, 2014; Silva, 2010). Alguns dos aspetos estruturais referidos estão relacionados com a dificuldade de acesso a eventos (in)formais e de integração. Os excertos seguintes clarificam este fenómeno:

> "Fui a primeira engenheira a entrar para [o meu local de trabalho], (...) aquilo não foi absolutamente nada fácil. Em termos pessoais, era fácil darmo-nos bem; em termos de trabalho, (...) era complicado ser-se mulher naquele meio, [pois] havia tarefas que não me eram facultadas. Achavam que era para homens andarem no rio porque as mulheres não andavam lá pura e simplesmente. Depois também foi difícil chegar à chefia (...)." (EM4)

> "Acho que há bastantes mulheres, mas, à medida que nós vamos caminhando para o topo das organizações, a proporção de mulheres vai diminuindo." (EH7)

Segundo os/as entrevistados/as, há resistências ao recrutamento de mulheres, sobretudo devido à possibilidade de estas engravidarem e às questões inerentes à conciliação trabalho-família que elas tendem a assegurar. As entrevistadas têm, porém, uma trajetória que evidencia a centralidade da atividade profissional na construção das suas identidades e da sua realização profissional. Aquelas que tinham crianças a cargo admitiram que o suporte da família foi fundamental para atingirem o nível de produtividade e de desempenho exigido pelas organizações. Sobre esta realidade, uma entrevistada manifesta:

> "Em termos técnicos e profissionais, não [existem diferenças de género]; em termos de tempo, sim, porque é muito mais fácil a um homem ter tempo do que a uma mulher. Uma mulher tem que ir ao mercado, tem que fazer os pequenos-almoços para os garotos e pôr os almoços nas lancheiras, tem que levantar-se às seis da manhã para fazer isso tudo (...). (EM5)

Apesar de os/as entrevistados/as relatarem que os homens assumem mais as responsabilidades familiares, as mulheres continuam ainda a assegurar a maior parte das mesmas. Estes testemunhos não suscitam surpresa, se atendermos aos resultados do último estudo sobre os usos do tempo de mulheres e homens em Portugal e à evidência de que as mulheres, em geral, continuam a dedicar mais tempo às atividades domésticas e relativas

ao cuidar que os homens (Perista et al., 2016). Este desequilíbrio acentua as dificuldades de progressão na carreira profissional (Silva, 2010), conforme expõe esta entrevistada:

> "Muitas vezes a própria gestão familiar o que diz é: há um que vai para a frente e outro que vai para trás [em termos profissionais]. O meu caso foi [fiquei atrás] (...)." (EM5)

Ainda assim, as mulheres entrevistadas procuraram, nos respetivos contextos profissionais, ter um desempenho que em nada ficasse aquém do dos seus pares do sexo masculino, integrando um discurso assente na igualdade. Este depoimento assim o ilustra:

> "Cheguei a coordenar cerca de 44 pessoas, fundamentalmente mulheres, nunca tive problemas, digamos, de género. Lá está, se calhar por vir de um curso de mulheres sempre achei que trabalhavam bem. (...) Parte dos trabalhos [em que tinha experiência] eram trabalhos duros de inspeção industrial. Costumo dizer, e é verdade, que passei três anos da minha vida a subir chaminés; e, pronto, as minhas equipas que faziam esse trabalho tinham inclusivamente mulheres (...) nenhuma tinha problemas: calçavam as botas, vestiam o fato-macaco e subiam como os outros. Nunca achei que houvesse tarefas para homens e para mulheres. As pessoas estão um bocado formatadas [porque acham que] determinadas funções são para homens e outras para mulheres. Quanto a mim, não me faz muito sentido, à partida qualquer um pode fazer." (EH2).

4. CONCLUSÕES FINAIS

Evidenciámos neste artigo que a engenharia em Portugal permanece essencialmente representada por homens, embora a designação no plural (*engenharias*) seja a que hoje mais se adequa ao panorama nacional. Uma das principais mudanças a registar decorre da crescente diversidade de áreas e de opções educativas/formativas e profissionais no domínio da Engenharia (Rodrigues, 2004). Há, assim, ramos onde a proporção do sexo feminino supera a do sexo masculino. São os casos, por exemplo, da Engenharia Biológica e do ramo da Química e de Processos (onde se incluem a Engenharia Bioquímica, a

Engenharia Biomédica, a Biotecnologia e a Bioengenharia). A hegemonia masculina ainda prevalece em vários domínios, destacando-se a Eletrónica e Automação, a Metalúrgica e Metalomecânica, e a Engenharia Civil. À semelhança de outros estudos já realizados, é assim evidente a persistência de uma linha de género nas opções educativas/formativas; as mulheres tendem a optar por áreas de formação e de profissionalização em engenharia mais associadas à provisão de bens e serviços relativos aos seres vivos e à vida em geral, enquanto os homens continuam a eleger áreas formativas que capacitam para profissões relacionadas com infraestruturas físicas, máquinas e artefactos tecnológicos (Wang & Degol, 2013).

As representações sociais cristalizadas em torno das características e atributos das mulheres e dos homens continuam, portanto, a sustentar estereotipias e uma socialização diferenciada em função do género. Esta socialização *genderizada* molda as opções educativas e formativas de rapazes e raparigas, condicionando as suas aspirações e oportunidades profissionais e contribuindo para a reprodução da segregação sexual das profissões. As entrevistas realizadas dão conta de que a socialização é determinante, sendo que tanto as mulheres como os homens engenheiras/os entrevistadas/os foram precocemente estimuladas/os, no respetivo contexto familiar, para a engenharia ou disciplinas que lhe são nucleares. Segundo os seus depoimentos, a segregação reflete-se no acesso ao emprego, nas condições de trabalho (salários, por exemplo) e nas oportunidades de progressão na carreira. Foram relatadas pelas engenheiras algumas vivências de discriminação e dificuldades de integração nas empresas/organizações. Assim, as mulheres entrevistadas procuraram, nos respetivos contextos profissionais, ter um desempenho que em nada ficasse aquém dos seus pares do sexo masculino, integrando um discurso assente na igualdade. As resistências ao recrutamento de mulheres são fundamentalmente atribuídas à possibilidade de estas engravidarem e às questões inerentes à conciliação trabalho-família que tendem a assegurar. As entrevistadas têm, porém, uma trajetória que evidencia a centralidade da atividade profissional na construção das suas identidades e da sua realização profissional.

O estudo por nós desenvolvido não teve a pretensão da exaustividade, mas tão-só o objetivo de contribuir para o debate científico, em particular no plano nacional, considerando que são ainda escassos os estudos sobre este tema. Assume-se, assim, como uma investigação que merece uma maior extensão e aprofundamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acker, J. (1990). Hierarchies, jobs, bodies: A theory of gendered organizations. *Gender and Society, 4(2)*, 139-158.

Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: Construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.

Blickenstaff, J. C. (2005). Women and science careers: Leaky pipeline or gender filter?. *Gender and Education, 4*, 369-386.

Casaca, S. F. (2006). La segregación sexual en el sector de las tecnologías de información y comunicación (TIC): Observando el caso de Portugal. *Sociología del Trabajo, 57*, 95-130.

Casaca, S. F. (2012). *Trabalho emocional e trabalho estético na economia dos serviços*. Coimbra: Almedina/Fundação Económicas.

Casaca, S. F., & Chagas Lopes, M. (2009). Gender matters in scientific and technological fields: Time as a biased resource. *Working Paper SOCIUS, 6/2009*, ISEG-UTL.

Casaca, S. F., & Lortie J. (2017). *Handbook on gender and organizational change*. Turin: International Training Centre/International Labour Organization.

Coelho, L., & Ferreira, V. (2018). Segregação sexual do emprego em Portugal no último quarto de século: Agravamento ou abrandamento?. *e-cadernos CES, 29*, 77-98.

Connell, R. W. (1987). *Gender and power*. California, USA: Stanford University Press.

Dasgupta, N., & Stout, J. G. (2014). Girls and women in science, technology, engineering, and mathematics: STEMing the tide and broadening participation in stem careers. *Policy Insights from the Behavioral and Brain Sciences, 1(1),* 21-29.

Diekman, A. B., Steinberg, M., Elizabeth, R. B., Aimee, L., & Clark, E. K. (2017). A goal congruity model of role entry, engagement, and exit: Understanding communal goal processes in stem gender gaps. *Personality and Social Psychology Review, 9 (1)*, 52-88.

Direção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência (2018).(DGEEC). *Estatísticas – Ensino Superior – Diplomados* – https://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/

Faulkner, W. (2001). The technology question in feminism: A view from technology studies. *Women's Studies International Forum, 24(1),* 79-95.

Ferreira, V. (1993). Padrões de segregação das mulheres no emprego: Uma análise do caso português. In B. S. Santos (Org.), *Portugal: Um retrato singular* (pp. 232-257). Porto: Edições Afrontamento.

Hatmaker, D. M. (2013). Engineering identity: gender and professional identity negotiation among women engineers. *Gender, Work & Organization, 20(4),* 382-396.

Hewlett, S. A., & Luce, C. B. (2005). Off ramps and on ramps – Keeping talented women on the road to success. *Harvard Business Review*, march, 43-54.

Hill, C., Corbett, C., & St. Rose, A. (2010). *Why so few? Women in science, technology, engineering and mathematics*. Washington, USA: American Association of University Women.

Kanter, R. M. (1977). Some effects of proportions on group life: Skewed sex ratios and responses to token women. *American Journal of Sociology*, *82(5)*, 965-990.

Martinho, A. P. (2006). As mulheres na engenharia. *Ingenium* (Revista da Ordem dos Engenheiros), *96* (nov.-dez.), 6-7.

Nogueira, M. C. (2009). Women in positions of power in Portugal: Contradictory positions and discourses. *Journal of Women, Politics & Policy, 30,* 70-88.

OECD (2017), *The pursuit of gender equality: An uphill battle*. Paris: OECD Publishing.

Perista, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes, M., Perista, P., & Quintal, E. (2016). *Os Usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*. Lisboa: CESIS/CITE.

Powell, A., Bagilhole, B., & Dainty, A. (2009). How women engineers do and undo gender: Consequences for gender equality. *Gender, Work & Organization, 16(4),* 411-428.

Rodrigues, M. L. (2004). As mulheres engenheiras em Portugal. In A. C. Matos & A. F. Silva (Orgs.), *Engenheiros e engenharia em Portugal. Séculos XIX e XX*. Évora: CIDEHUS/Colibri.

Saavedra, L. (2010). Assimetrias de género nas escolhas vocacionais. In T. Pinto, C. Nogueira, C. Vieira, I. Silva, L. Saavedra, M. J. Silva, P. Silva, T. C. Tavares & V. Prazeres (Coord), *Guião de educação, género e cidadania: 3.º* ciclo do ensino básico (pp. 261-269). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Saavedra, L., Taveira, M., & Silva, A. (2010). A sub-representatividade das mulheres em áreas tipicamente masculinas: Factores explicativos e pistas para a intervenção. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 11 (1)*, 49-59.

Saavedra, L., Vieira, C. M., Araújo, A., Faria, L., Silva, A. D., Loureiro, T., Taveira, M. d. C., & Ferreira, S. (2011). (A)simetrias de género no acesso às engenharias e ciências no ensino superior público. *ex aequo*, *23,* 163-177.

Saavedra, L., Araújo, A. M., Taveira, M. C., & Vieira, C. C. (2013). Dilemmas of girls and women in engineering: A study in Portugal. *Educational Review, 1,* 1-15.

Saavedra, L., Araújo, A. M., Oliveira, J. M., & Stephens, C. (2014). Looking through glass walls: Women engineers in Portugal. *Women's Studies International Forum*, *45*, 27-33.

Saavedra, L., & Araújo, A. M. (2015). Em discurso direto: A discriminação contra as mulheres engenheiras. *Psicologia, Educação e Cultura, XIX 2,* 170-187.

Santos, M. H., & Amâncio, L. (2014). Sobreminorias em profissões marcadas pelo género: Consequências e reações. *Análise Social, XLIX* (212), 700-726.

Sarkar, M., Russell, T., & Stuart, P. (2014). Participation of women in engineering: Challenges and productive intervention. Sydney, N.S.W.: Origin Foundation.

Schuster, C., & Martiny, S. E. (2017). Not feeling good in STEM: Effects of stereotype activation and anticipated effect on women's career aspirations. *Sex Roles 76*, 40-55.

Silva, S. M. (2010). Mulheres e feminilidade em culturas ocupacionais de hegemonia masculina. In V. Ferreira (Org.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal: Políticas e circunstâncias* (pp. 293-332). Lisboa: CITE.

Von Hippel, C., Issa, M., Ma, R., & Stokes, A. (2011). Stereotype threat: Antecedents and consequences for working women. *European Journal of Social Psychology, 41(2)*, 151-161.

Wang, M., & Degol, J. (2013). Motivational pathways to STEM career choices: Using expectancy-value perspective to understand individual and gender differences in STEM fields. *Developmental Review, 33*, 304-340.

Receção: 08/04/2020
Aceite para publicação: 27/05/2020

.....

* Agradeço a Regina Tavares da Silva todo o apoio que recebi na elaboração do presente artigo.

** ORCID ID: 0000-0001-7706-6794
enogueira@graal.org.pt

A Plataforma de Ação de Pequim e o processo de revisão Pequim +25*

ELSA QUINTEIRO DE NOGUEIRA**

Resumo. A adoção da Plataforma de Ação de Pequim (PAP) em 1995, na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, constituiu um momento de viragem na agenda global para concretizar a igualdade entre mulheres e homens. Neste ano de 2020, a PAP comemora o 25.º aniversário, estando neste momento a decorrer a avaliação global da sua implementação. Este artigo pretende demonstrar a relevância da PAP, analisar o caminho percorrido até à sua adoção e as revisões posteriores. Procura ainda esclarecer o que está a acontecer durante o atual processo de revisão, Pequim +25, e analisar o contexto português e europeu.

Palavras-chave: Plataforma de Ação de Pequim, Pequim +25, Nações Unidas, Comissão sobre o Estatuto da Mulher, Fórum Geração Igualdade.

The Beijing Platform for Action and the Beijing +25 review process. *The adoption of the Beijing Platform for Action (PFA) in 1995, at the Fourth United Nations World Conference on Women, was a turning point in the global agenda to achieve equality between women and men. In this year of 2020, the PFA celebrates*

DOI https://doi.org/10.34619/y8aj-9e53

its twenty-fifth anniversary, and the global evaluation of its implementation is currently taking place. This article intends to present the importance of PAP, to analyze the path taken until its adoption and the subsequent revisions. It also seeks to clarify what is happening during the current review process, Beijing +25, and to analyze the Portuguese and European context.

Keywords: *Beijing Platform for Action, Beijing +25, United Nations, Comission on the Status of Women, Generation Equality Forum.*

1. INTRODUÇÃO

Em setembro de 1995, em Pequim, acontecia a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, da Organização das Nações Unidas, que constituiu um momento de viragem na agenda global para concretizar a igualdade entre homens e mulheres. Neste evento, foi adotada por unanimidade uma Declaração que expressa os princípios fundamentais da ação política e criada a Plataforma de Ação de Pequim[1] (PAP), que propõe estratégias a adotar para atingir a igualdade entre mulheres e homens. É, hoje, um dos principais instrumentos na criação de políticas públicas e uma referência para a promoção da igualdade de género.

Na Declaração de Pequim, os governos participantes, determinados a fazer avançar os objetivos da igualdade, desenvolvimento e paz, reconhecem "que o estatuto das mulheres avançou em alguns aspetos importantes na última década mas que esse progresso não tem sido uniforme, que perduram desigualdades entre mulheres e homens e permanecem obstáculos de relevo" (United Nations, 1995, p. 9).

Infelizmente, hoje a realidade assemelha-se. Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres, afirmou, durante a última sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, em março, que "25 anos depois de

1 Em inglês, *Beijing Declaration and Platform for Action*, disponível em: http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/universais/Beijing_Declaration_and_Platform_for_Action.pdf (versão em inglês).

Pequim, todas/os reconhecemos que o progresso nos direitos das mulheres não foi suficientemente longe nem rápido. Estamos em 2020, mas nenhum país alcançou a igualdade de género" (CIG, 2020). Apesar dos inúmeros esforços e avanços legislativos, a Plataforma de Ação de Pequim continua extremamente atual e muitos dos objetivos que ambicionava atingir continuam por se concretizar. As preocupações que existiam há 25 anos e que levaram à sua implementação ainda existem, de uma forma ou de outra, na sociedade atual e por todo o mundo.

Desde a sua adoção, a cada cinco anos a implementação da PAP tem sido revista e avaliada. Neste ano de 2020, a Plataforma de Ação de Pequim comemora o 25.º aniversário e vai, por isso, ser alvo de mais uma revisão – Pequim +25. A comunidade global está a preparar-se para fazer de 2020 mais um ano de mudança na história da conquista da igualdade.

Nesse sentido, o presente artigo procura explicitar o que é a PAP e qual o seu propósito, dando a conhecer o trajeto percorrido para que a sua adoção fosse possível e as revisões subsequentes. Pretende ainda apresentar o que vai acontecer ao longo do ano de 2020, o processo Pequim +25 (que inclui a revisão da implementação da PAP a nível nacional, regional e global) e o Fórum Geração Igualdade. Faz-se ainda particular referência ao contexto português.

2. ANTES DA PAP: CONFERÊNCIAS SOBRE AS MULHERES

A conferência onde a PAP foi adotada foi o maior evento da história das Nações Unidas até então e nele participaram 17 mil pessoas (Governo da República Portuguesa, 2020). Não foi, contudo, um evento isolado. Como já referido, foi a quarta conferência de uma sequência organizada pelas Nações Unidas, sobre as mulheres. A criação da Plataforma de Ação vem no seguimento dessas outras conferências, que foram possíveis graças à ação das organizações de mulheres nas décadas anteriores que, desde o início da Organização das Nações Unidas, se mostraram particularmente dinâmicas e ativas (Pietilä, 2007).

A primeira dessas quatro conferências teve lugar na Cidade do México, em 1975, o Ano Internacional da Mulher. Estiveram presentes 133 Estados-Membros (UNWOMEN, 2019a), e, pela primeira vez, estabeleceu-se uma

relação direta entre a opressão das mulheres e a desigualdade (Reichert, 1998). Os líderes das nações presentes reconheceram que era necessário percorrer um longo caminho para melhorar o estatuto da mulher. Foi neste evento que as Nações Unidas proclamaram os 10 anos seguintes como a Década da Mulher. Foi organizado um fórum paralelo de organizações não governamentais (ONG) onde participaram seis mil pessoas (UNWOMEN, 2019a), que abriu espaço para que mais vozes de mulheres fizessem parte do processo de tomada de decisão. Hoje, esta é uma prática recorrente na maioria dos eventos promovidos pelas Nações Unidas. Este encontro marcou o início de uma nova era de esforços para alcançar a igualdade de género e impulsionou a criação de uma forte ligação entre mulheres, que perceberam que a ação coletiva era a chave para atingir os objetivos (Wetzel, 1996).

A segunda conferência aconteceu cinco anos depois, em 1980, em Copenhaga, e contou com 145 Estados-Membros. Nela foi reconhecida e reforçada a importância da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a CEDAW[2], aprovada em 1979 e que é, ainda hoje, o principal instrumento jurídico internacional para salvaguardar e promover os direitos das mulheres. Nesta conferência, os governos reconheceram que a discriminação contra as mulheres constituía um problema social urgente e comprometeram-se a reportar o progresso da sua atuação para o eliminar (Wetzel, 1996). Foi também ocasião para refletir sobre os obstáculos que criam a discrepância entre os direitos consagrados na lei e o seu exercício efetivo (PpDM, 2019).

Em 1985, em Nairobi, aconteceu a terceira conferência, intitulada Conferência Mundial para o Exame e Avaliação dos Resultados da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, onde estiveram presentes 157 Estados-Membros. No fórum das ONG participaram 12 mil pessoas, um envolvimento nunca registado (UNWOMEN, 2019a). Apesar dos progressos alcançados, verificou-se que era necessária uma mudança mais estrutural e profunda, que implicasse toda a sociedade (Tavares da Silva, 2013). O objetivo deste evento foi avaliar a situação e estabelecer medidas concretas para ultrapassar os obstáculos e atingir as metas da década. Nesse sentido, o programa adotado – Estratégias para o

2 Em inglês, *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women*, disponível em: https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm

Futuro para o Progresso das Mulheres[3] – identificou linhas orientadoras para combater as áreas de preocupação, que incluíam violência, pobreza, saúde e educação, comportando uma visão a mais longo prazo.

Ao longo da década de 1990, outros foram os eventos de considerável importância para a condição da mulher, nomeadamente as Conferências Mundiais sobre os grandes problemas do mundo, que abordaram várias temáticas como o desenvolvimento, a população, o ambiente e os direitos humanos. Foram elas a Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena, 1993), a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social (Copenhaga, 1995) e a Conferência Habitat II (Istambul, 1996). Foi durante estes anos que as questões da igualdade entre mulheres e homens foram verdadeiramente integradas numa perspetiva global.

Apesar dos progressos que se fizeram sentir, a desigualdade entre homens e mulheres mantinha-se estrutural e as decisões sobre o assunto continuavam a ser tomadas por homens (PpDM, 2018). Assim, as Nações Unidas convocaram a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, onde se refletiu sob uma outra perspetiva. Admitiu-se que era preciso uma mudança estrutural para que homens e mulheres tivessem igualdade plena, reconhecendo-se que todas as pessoas beneficiariam quando isso fosse uma realidade.

3. A PLATAFORMA DE AÇÃO DE PEQUIM

"A Plataforma de Ação é um programa destinado ao empoderamento das mulheres" (United Nations, 1995, p. 19) é a primeira frase do documento adotado em 1995. Este documento, aprovado por consenso pelos Estados-Membros das Nações Unidas, é um programa global que pretende enquadrar as políticas no sentido de atingir a igualdade de género, atuando a nível nacional, regional e internacional. Tem por objetivo "melhorar, sem exceção, a situação de todas as mulheres, as quais enfrentam muitas vezes obstáculos

3 Em inglês, *The Nairobi Forward-Looking Strategies for the Advancement of Women*, disponível em: http://www.un-documents.net/nflsaw.htm

semelhantes, embora deva ser prestada atenção especial aos grupos mais desfavorecidos" (United Nations, 1995, p. 37).

A adoção da Plataforma de Ação de Pequim foi um ponto de viragem no que à condição das mulheres diz respeito: 189 nações reconheceram que os direitos das mulheres são direitos humanos, e vice-versa. A PAP reafirma que os direitos humanos das mulheres e das raparigas são parte inalienável e indivisível dos direitos humanos e reconhece que o empoderamento económico, social e político das mulheres é um fator determinante para o século XXI, na altura, prestes a começar. Avança ainda que o progresso das mulheres e a realização da igualdade não devem ser objetivos considerados isoladamente como uma questão das mulheres. Na realidade, "são a única forma de se construir uma sociedade sustentável, justa e desenvolvida" (United Nations, 1995, p. 35).

O documento que emergiu desta conferência foi o *statement* internacional mais forte e imperativo sobre o direito das mulheres (Reichert, 1998). Constitui um quadro programático a nível mundial que é válido ainda hoje (Tavares da Silva, 2015b), comprovando a sua pertinência e atualidade. É um programa ambicioso que conta com o empenho de diferentes *stakeholders* e é extremamente útil, na medida em que contempla um conjunto de medidas destinadas a eliminar os obstáculos à igualdade de oportunidades e direitos entre homens e mulheres. A abrangência e, simultaneamente, a especificidade da Plataforma de Ação fazem dela o forte instrumento que é ainda hoje.

3.1. Áreas críticas de intervenção prioritária. A PAP, enquanto quadro programático para a ação política, elege 12 áreas críticas de intervenção prioritária, que suscitam especial preocupação e são de particular urgência. Cada uma delas é submetida ao diagnóstico do problema, estabelecendo-se objetivos estratégicos e medidas concretas tomadas por diversos intervenientes para os alcançar. Estas áreas críticas são necessariamente interrelacionadas, interdependentes e de primeira prioridade.

São elas (United Nations, 1995):

A. As Mulheres e a Pobreza
B. Educação e Formação das Mulheres
C. As Mulheres e a Saúde

D. A Violência contra as Mulheres
E. As Mulheres e os Conflitos Armados
F. As Mulheres e a Economia
G. As Mulheres no Poder e na Tomada de Decisão
H. Mecanismos Institucionais para o Progresso das Mulheres
I. Os Direitos Humanos das Mulheres
J. As Mulheres e os Meios de Comunicação Social
K. As Mulheres e o Meio Ambiente
L. A Rapariga

No documento, reconhece-se que os obstáculos à igualdade com que as mulheres se deparam são fortalecidos por variadíssimos fatores, tais como a raça, a idade, a língua, a origem étnica, a cultura, a religião, a deficiência, a pertença a populações indígenas ou a posição social. Muitas são as que enfrentam obstáculos ainda mais específicos derivados da sua situação familiar e socioeconómica. As barreiras aumentam nos casos das mulheres refugiadas, deslocadas e migrantes e das que se encontram em situações de catástrofe ambiental, doenças graves e infeciosas e violência.

Ao longo do documento, são centenas as medidas associadas aos objetivos estratégicos de cada uma das áreas prioritárias. A especificidade que a PAP atinge inclui ainda as entidades que devem adotar as medidas propostas, atribuindo a responsabilidade de atuação a governos, organizações internacionais, organizações não governamentais, instituições financeiras e de desenvolvimento multilateral, instituições de desenvolvimento nacionais e regionais, bancos comerciais, setor privado, instituições académicas, educativas e de investigação, organizações intergovernamentais, sindicatos, meios de comunicação, o sistema das Nações Unidas, as comunidades, entre outros. Muitas são as medidas que apelam à cooperação bilateral e multilateral.

Algumas das áreas são mais "tradicionais", na medida em que são abordadas e trabalhadas há já muito tempo, como a educação, a saúde e a economia. Outras, por sua vez, são áreas mais recentes, sobre as quais em 1995 não se refletia tanto assim, tais como a relação das mulheres com o meio ambiente ou a sua situação em conflitos armados (Tavares da Silva, 2015a).

Nem todas estas áreas se traduzem da mesma forma em todas as partes do globo. Algumas são mais específicas dos países em desenvolvimento,

outras são as que dizem mais respeito a países desenvolvidos. Todas são relevantes e todas imprescindíveis quando o objetivo é a melhoria da condição das mulheres até à igualdade plena em toda a parte.

4. DEPOIS DA PAP: REVISÕES SUBSEQUENTES

Desde a adoção da PAP, as circunstâncias foram-se alterando e o mundo mudou consideravelmente. Algumas questões emergem, outras tornam-se menos prioritárias. O nível de compromisso que os Estados-Membros assumiram varia consideravelmente e a forma como se apropriaram do documento também. Assim, desde 1995, a cada cinco anos, é feita uma avaliação global da implementação da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim. O objetivo destas revisões é o reforço do compromisso assumido pelos governos e a adoção de recomendações para uma melhor e mais completa aplicação da PAP, mantendo-a atualizada e atuante (PpDM, 2019).

A primeira revisão, Pequim+5, aconteceu em 2000 e culminou na realização da 23.ª sessão especial da Assembleia-Geral "Mulheres 2000: Igualdade de Género, Desenvolvimento e Paz para o Século XXI" (UNWOMEN, 2019a). O momento, em Nova Iorque, permitiu a partilha e a comparação de experiências. Reforçou ainda a legitimidade institucional e política das decisões tomadas em 1995, acrescentando-lhes outras iniciativas decorrentes da evolução registada a nível mundial, através da adoção de um documento intitulado "Futuras ações e iniciativas para implementar a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim"[4].

As revisões de 2005 e 2010, Pequim+10 e Pequim+15, foram integradas nas sessões 49.ª e 54.ª da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW), em Nova Iorque. Estas avaliações focaram-se em sublinhar a importância e atualidade da PAP. Em 2010, os Estados-Membros comprometeram-se a agir no sentido de acelerar a total implementação da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim.

---

4 Em inglês, *Further actions and initiatives to implement the Beijing Declaration and Platform for Action (Outcome Document)*, disponível aqui: https://www.un.org/womenwatch/daw/followup/ress233e.pdf.

O ano 2015 marcou os 20 anos da PAP. Também a revisão Pequim+20 se realizou no âmbito da CSW. No seguimento da resolução[5] adotada pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas, foi feita uma análise da implementação da PAP a nível nacional e regional (UNWOMEN, 2019a). Assim, adotou-se uma declaração política[6] com o objetivo de fornecer uma base sólida para implementar de forma efetiva e acelerada os compromissos que os Estados assumiram em Pequim (PpDM, 2019).

Neste período, o objetivo de atingir a igualdade entre mulheres e homens foi reforçado com a entrada em vigor da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável[7], um plano de ação adotado na 70.ª Assembleia-Geral da ONU em 2015, que se define a si mesmo na primeira frase do documento como "um plano para as pessoas, o planeta e a prosperidade" (UN General Assembly, 2015). Este compromisso político incorpora uma visão global dos problemas mundiais e define 17 objetivos a atingir até 2030, intitulados "Objetivos do desenvolvimento sustentável" (ODS), e 169 metas. Os objetivos refletem a situação das raparigas e das mulheres numa perspetiva transversal, sendo o quinto objetivo (ODS5) especificamente a igualdade de género.

De uma forma geral, as revisões da implementação da PAP revelam que, apesar do progresso significativo em algumas áreas dos direitos das mulheres, a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres ainda está longe de ser alcançada. Persistem legislações discriminatórias, tradições e costumes prejudiciais, bem como estereótipos negativos (United Nations, 2014). Mesmo nos países onde ocorreram reformas legislativas, a sua implementação continua ineficaz. Até hoje, a plena igualdade entre homens e mulheres ainda não existe verdadeiramente em nenhum país.

Concretamente em Portugal, durante as décadas que se seguiram à Conferência de Pequim e à sua Plataforma de Ação, o movimento feminista e as organizações de mulheres não desempenharam um papel secundário nem estático. Pelo contrário, foram imbuídas de dinâmicas próprias, alterando-se

5 Resolução E/RES/2013/18, disponível em: https://undocs.org/en/E/RES/2013/18

6 A declaração intitula-*se Political Declaration on the occasion of the Twentieth Anniversary of the Fourth World Conference On Women* e está disponível em: https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/59/declaration-en.pdf?la=en&vs=4833

7 Resolução A/RES/70/1 de 2015. Nome original: *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf

e adaptando-se ao longo do percurso, particularmente na sua relação com o Estado. Estas organizações fizeram parte do processo de adoção da PAP e são vitais na sua concretização, sendo destacada a sua importância na estratégia de *mainstreaming* de género ao longo da Plataforma (Monteiro, 2011). Na PAP, é recomendado o reforço do apoio às organizações, e também por isso a década de 1990 marcou o início de uma mudança no feminismo de Estado (Monteiro & Ferreira, 2016). A proximidade do Estado às organizações de mulheres veio a provar-se frágil e vários foram os desafios com que se depararam (e deparam). Apesar de o balanço desta relação poder ser considerado contraditório, a análise do progresso que se verifica desde a Conferência de Pequim até à atualidade não deve excluir o contributo da sociedade civil e do movimento feminista em Portugal, que se manteve militante.

5. PEQUIM +25

O ano de 2020 assinala vários acontecimentos relevantes para a agenda da igualdade de género e dos direitos das mulheres no contexto internacional: a ONU Mulheres celebra 10 anos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável comemoram cinco anos e, como já referido, acontece o 25.º aniversário da Plataforma de Ação de Pequim. Este último é particularmente significativo: a comunidade global está comprometida em rever a implementação da PAP a diferentes níveis e a planear o futuro.

5.1. A nível nacional. Nacionalmente, os Estados-Membros realizaram uma análise ampla, avaliando os progressos alcançados e os desafios encontrados na implementação da PAP (UNWOMEN, 2019b), efetuada em 2019. Aos governos foi proposta a execução de uma revisão em colaboração com os *stakeholders* relevantes, incluindo as organizações não governamentais.

O Relatório Nacional[8] do Estado Português (2019) foi elaborado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e aprovado pelo governo em junho de 2019. No documento, são identificadas as cinco áreas prioritárias de atuação nos últimos cinco anos: (1) eliminação da violência

8 Disponível em: https://www.unece.org/fileadmin/DAM/Gender/Beijing_20/Portugal.pdf.

contra mulheres e raparigas, (2) direito a trabalhar e direitos no trabalho, (3) conciliação trabalho/família e trabalho não pago e doméstico, (4) alteração das normas sociais negativas e dos estereótipos de género e (5) *mainstreaming* de género. Para cada área, foram enumeradas as medidas tomadas pelo governo no sentido de as concretizar. Delas, destaca-se a adoção da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, "Portugal + Igual", que permitiu avanços legislativos.

São várias as leis enumeradas no relatório da revisão, nomeadamente a Lei 62/2017, que define limites mínimos de representação de mulheres e homens nos quadros das empresas públicas (33%); a Lei 1/2019, que define esses limites mínimos nas listas eleitorais para o parlamento nacional, europeu e municípios (40%); e a Lei 60/2018, que cria mecanismos para promover a igualdade salarial entre homens e mulheres, com pagamentos iguais em trabalhos iguais e de igual valor.

No relatório, admite-se que, apesar dos esforços, as desigualdades continuam a existir. O equilíbrio entre homens e mulheres nos processos de tomada de decisão não foi atingido, nem a nível político nem económico, assim como no mercado de trabalho e na partilha de responsabilidades profissionais, pessoais e familiares. É ainda referida a violência contra as mulheres e raparigas, caracterizada como um "flagelo" na sociedade portuguesa, que necessita do fortalecimento das políticas públicas (CIG, 2019).

5.2. A nível regional. Também as comissões regionais das Nações Unidas realizaram revisões a nível regional para contribuir para a revisão global de 2020. Portugal está inserido na região da Europa e Ásia Central, coordenada pela UNECE (Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa), tendo a respetiva sessão de avaliação acontecido a 29 e 30 de outubro de 2019, em Genebra.

Ana Sofia Fernandes, que esteve presente, aponta três questões identificadas como prioridades durante o período em análise: (1) o combate à violência, efeito da Convenção de Istambul, (2) o combate à dependência económica das mulheres, que se demonstrou uma prioridade num contexto de austeridade, (3) a participação política, através de esforços para atingir a paridade a nível nacional, como as quotas. Foram ainda identificadas questões emergentes e que devem ser tratadas como prioridade, como a

participação das mulheres e raparigas na ciência, tecnologia, engenharia e matemática (Fernandes, 2019). Esta ausência, diz, está diretamente relacionada com a fraca participação nas áreas da proteção ambiental e alterações climáticas, assim como com a sub-representação em cargos de administração no setor privado.

O Lobby Europeu das Mulheres[9] (LEM), plataforma da qual fazem parte duas mil organizações de mulheres de toda a Europa, emitiu uma declaração[10] para a 64.ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher[11] (doravante designada CSW). Nesta declaração, são várias as chamadas feitas no sentido de concretizar a igualdade entre mulheres e homens na Europa. Apela-se aos governos que reafirmem o seu compromisso para com as ações positivas e o *mainstreaming* de género, reforçando que a integração sistemática e transversal da igualdade nas políticas continua a ser a estratégia mais poderosa e transformadora para assegurar uma perspetiva de género. Apela-se à existência de uma estratégia política europeia robusta para a igualdade que inclua objetivos ambiciosos, metas e indicadores, mecanismos de cooperação e recursos para ser implementada. Sugere-se que se concretize um modelo feminista económico, reforçando que as severas medidas de austeridade têm tido particular impacto nas mulheres. Faz-se o apelo a todos os Estados-Membros da União Europeia para que reiterem o seu compromisso em eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas e às Nações Unidas e governos para que reafirmem o seu compromisso com a linguagem acordada, condenando a banalização da prostituição como "trabalho" (LEM, 2019).

A Declaração do LEM faz ainda referência às questões que emergiram nos últimos 25 anos, como conflitos crescentes, o deslocamento de mulheres e raparigas e as violações dos seus direitos humanos, a aceleração das

---

9 O Lobby Europeu das Mulheres (em inglês, *European Women's Lobby*) é a maior plataforma de organizações de mulheres na Europa. Em Portugal, a coordenação nacional é da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.

10 Disponível em: https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2019/10/PpDM-LEM-CSW2020-Pequim_25-Declaracao.pdf.

11 Em inglês, *Comission on the Status of Women*. A CSW é o principal órgão intergovernamental global e dedica-se exclusivamente à promoção da igualdade entre mulheres e homens. É uma comissão do ECOSOC (Conselho Económico e Social das Nações Unidas) e, desde 1946, acontece anualmente na sede da ONU em Nova Iorque. Junta representantes de Estado e organizações da sociedade civil, entre outras entidades.

mudanças climáticas, o crescente populismo antifeminista, a redução do espaço de intervenção da sociedade civil e a redução do financiamento para as organizações de mulheres.

5.3. A nível global. O processo de avaliação a nível global estava previsto culminar na 64.ª sessão da CSW, como em anos anteriores. No entanto, face aos atuais acontecimentos relacionados com a pandemia da Covid-19, a sessão foi cancelada. Este cancelamento traduz-se na drástica redução da participação das organizações da sociedade civil no processo de revisão, num momento que se esperava inclusivo e interseccional. Não obstante, realizou-se uma reunião processual com representantes das Missões dos Estados-Membros no dia 9 de março de 2020, onde se adotou a Declaração Política[12].

Nesta declaração, as/os líderes comprometem-se a agir para concretizar a implementação plena, efetiva e acelerada da PAP e admitem que, apesar de tudo "o progresso não tem sido rápido ou profundo o suficiente (...), que enormes desigualdades persistem e que obstáculos, incluindo barreiras estruturais, práticas discriminatórias e a feminização da pobreza permanecem" (United Nations Economic and Social Council, 2020, p. 3). Reconhecem que as mulheres e as raparigas desempenham papéis vitais no desenvolvimento sustentável, algo que nunca será possível atingir se a metade da humanidade continuarem a ser negados direitos humanos e oportunidades. São ainda identificados novos desafios, que necessitam da intensificação de esforços; entre eles, as consequências desproporcionais das alterações climáticas na vida das mulheres e raparigas, a violência e as práticas tradicionais prejudiciais contra as mulheres e raparigas e a partilha desigual do trabalho doméstico e não pago.

Ainda no contexto da reunião processual, foi apresentado o relatório baseado nas avaliações da implementação da PAP a nível nacional e regional. O documento[13], intitulado *Review and appraisal of the implementation of the Beijing Declaration and Platform for Action and the outcomes of the twenty-third special session of the General Assembly*, é o resultado de um

12 Disponível em: https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/news%20and%20events/stories/2020/csw64-politicaldeclaration.pdf?la=en&vs=1220

13 E/CN.6/2020/3. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.6/2020/3

"extenso e participativo exercício de avaliação dos direitos das mulheres" (UNWOMEN, 2020), através dos relatórios produzidos por 171 governos e das contribuições das organizações da sociedade civil de mulheres nas análises nacionais e regionais.

Com base no documento, a ONU Mulheres publicou o relatório *Women's rights in Review 25 Years After Beijing Report*[14], que, numa abordagem integrada, reporta o progresso, as falhas e os desafios dos últimos 25 anos e cruza as áreas críticas de intervenção prioritária com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em seis temas: (1) desenvolvimento inclusivo, prosperidade partilhada e trabalho decente, (2) erradicação da pobreza, proteção social e serviços públicos, (3) libertação da violência, do estigma e dos estereótipos, (4) participação, responsabilidade e instituições sensíveis ao género, (5) sociedades inclusivas e pacíficas, (6) conservação ambiental, ação climática e resiliência. O relatório sugere ainda formas de catalisar a mudança, como o apoio aos movimentos de mulheres e à liderança, o recurso à tecnologia para a igualdade de género, a garantia de que ninguém é deixado para trás e o ajuste entre os compromissos e os recursos.

As Nações Unidas, os Estados-Membros e a sociedade civil estão ainda em articulação na organização de um outro momento significativo das comemorações dos 25 anos da PAP, intitulado *Generation Equality Forum* (em português, Fórum da Geração Igualdade). Este encontro global pela igualdade de género é coorganizado pela ONU Mulheres, pelo governo de França e pelo governo do México, em cooperação com a sociedade civil (UNWOMEN, 2019a). A primeira parte deste fórum acontece na Cidade do México, e está prevista para os dias 7 e 8 de maio de 2020, e a segunda parte em Paris, entre 7 e 10 de julho de 2020[15]. Este Fórum vai delinear uma agenda de ações concretas para atingir a igualdade entre homens e mulheres até 2030, inserida na campanha *Generation Equality: Realizing women's rights for an equal future* (UNWOMEN, 2019a).

Para estabelecer ações transformativas concretas e calendarizadas, estão neste momento a ser organizadas *Action Coalitions*. Estas coligações são parcerias inovadoras, que ligam Estados-Membros, a sociedade civil e

14 Disponível em: https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/gender-equality-womens-rights-in-review-en.pdf?la=en&vs=934

15 À data da redação deste artigo, tendo em conta as circunstâncias causadas pela pandemia da Covid-19, as datas para a realização do Fórum estavam sob análise.

o setor privado, assim como outros *stakeholders* que partilhem as mesmas preocupações (UNWOMEN, 2019a). Cada uma destas coligações tem uma área temática e deve planear um conjunto de ações concretas, ambiciosas e transformadoras. Só será possível participar e fazer parte deste Fórum se se estiver inserido numa destas coligações, o que obriga a uma aproximação e diálogo entre todas as entidades. Espera-se, assim, que seja um processo interseccional.

Segundo o *site* oficial da ONU Mulheres (2019), o fórum, realizado em dois momentos, será uma conversa pública e global para definir ações urgentes, responsabilizar entidades e calendarizá-las no tempo. Celebrará o poder do ativismo, a solidariedade feminista e a liderança da juventude. Espera-se que sejam momentos intergeracionais, que possam reunir as próximas gerações de ativistas dos direitos das mulheres e feministas mais experientes que estiveram na elaboração da PAP há 25 anos (UNWOMEN Brasil, 2019).

A revisão Pequim +25 está planeada para ser a mais inclusiva e abrangente até ao momento. Além das coligações, estrutura inovadora que implica que haja um verdadeiro diálogo entre *stakeholders*, os eventos serão transmitidos em tempo real por todo o globo, através de sessões interativas via satélite, no sentido de maximizar a participação (UNWOMEN, 2019a).

6. CONCLUSÃO

A adoção da Plataforma de Ação de Pequim foi um momento histórico no trajeto da conquista da igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens. É um marco no trajeto até à igualdade entre mulheres e homens: é um programa de trabalho ambicioso, rigoroso e concreto, que atribui legitimação política às questões da situação das mulheres, responsabiliza governos, sociedade civil e outras entidades a atuar, e com o qual se comprometeram 189 Estados-Membros, tendo a consciência de que as desigualdades persistem e são prejudiciais para todas as pessoas.

Apesar de este instrumento ter potencial para fazer a diferença, e apesar do compromisso assumido por tantos Estados-Membros, não há ainda um único país no mundo em que homens e mulheres vivam em situação de plena igualdade. Ainda não está tudo feito: pelo contrário, seria

de esperar que, nesta altura, mais conquistas tivessem sido alcançadas. Nas últimas revisões, os resultados da implementação da Plataforma de Ação de Pequim mostraram-se dececionantes, lentos e inadequados. Mesmo nos Estados em que houve consideráveis avanços legislativos, na prática, a desigualdade continua estrutural e acentuada.

A condição das mulheres não é a mesma que era há 25 anos, mas, apesar dos avanços que se fazem sentir nalguns países, continua a não ser favorável. Vários novos assuntos e prioridades estão a surgir. É preciso reforçar o compromisso tomado há 25 anos e definir metas e prazos concretos para que a mudança aconteça. Nesse sentido, a comunidade global está articulada para fazer de 2020 o ano de alteração de paradigma, através de Pequim +25. Esta revisão planeia-se ambiciosa e está a ser organizada de uma forma inovadora. O objetivo é que seja intergeracional – reunindo as jovens feministas de agora e aquelas que estiveram presentes na elaboração da PAP – e interseccional – concretizando o desejado e necessário debate entre diferentes entidades: governos, setor privado, sociedade civil e outros *stakeholders* relevantes.

O processo já começou. As revisões nacionais, regionais e a nível global já foram efetuadas e as diferentes partes interessadas estão agora a organizar-se para formar coligações para a ação, com o objetivo de propor e assumir a responsabilidade de desenvolver medidas concretas capazes de combater as desigualdades estruturais num prazo previamente determinado.

Esperamos que daqui a umas décadas, quando olharmos para o trajeto da conquista da igualdade entre mulheres e homens, 2020 tenha sido um ano de mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2019). *Twenty-fifth anniversary of the fourth world conference on women and adoption of the Beijing declaration and platform for action (1995): National-lever reviews – Portugal*. Obtido em: https://www.unece.org/fileadmin/DAM/Gender/Beijing_20/Portugal.pdf

Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2020). Site oficial da comissão para a cidadania e igualdade de género. Consultado [a 15 de março de 2020] em: https://

www.cig.gov.pt/2020/03/estados-membros-concordam-implementar-integralmente-declaracao-pequim-igualdade-genero/

Fernandes, A. S. (2019, novembro 18). *Opinião: Ana Sofia Fernandes – presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres* [Web post]. Obtido em: http://www.coolabora.pt/pt/evento/248

Governo da República Portuguesa (2020). *Plataforma de ação de Pequim: Portugal, 25 anos depois*. Disponível em: https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=0b1ee7ea-9bc9-43bd-8c35-58878ae6b3e7

https://www.ohchr.org/Documents/Events/WHRD/WomenRightsAreHR.pdf

Lobby Europeu das Mulheres (2019, outubro 17). *O nosso futuro – está na hora de o assegurar! O que falta fazer: transformar a visão em ação concreta*. Obtido em: https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2019/10/PpDM-LEM-CSW2020-Pequim_25-Declaracao.pdf

Monteiro, R. (2011). *Feminismo de Estado em Portugal: Mecanismos, estratégias, políticas e metamorfoses* (tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra). Obtido em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/16758/3/Tese.pdf

Monteiro, R., & Ferreira, V. (2016). Women's movements and the State in Portugal: a State feminism approach. *Revista Sociedade e Estado, 31*, 459-486. Obtido em: https://www.scielo.br/pdf/se/v31n2/0102-6992-se-31-02-00459.pdf

Pietilä, H. (2007). *The unfinished story of women and the United Nations*. New York and Geneva, UN: Non-Governmental Liaison Service.

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2018). *Um programa para o empoderamento das mulheres: Plataforma de ação de Pequim*. Obtido em: http://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2018/01/Plataforma-acao-Pequim.pdf

Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (2019). Site oficial da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. Consultado [a 28 de dezembro de 2019] em: https://plataformamulheres.org.pt/projectos/platacaopequim/

Reichert, E. (1998). Women's rights are human rights: Platform for action. *International Social Work, 41*, 371-384. Obtido em: https://ehs.siu.edu/socialwork/_common/documents/articles/reichert-articles/article4.pdf

Tavares da Silva, R. (2013). Pensar a igualdade numa perspetiva de género: Nota breve sobre um percurso longo no discurso político da comunidade internacional. *Faces de Eva: Estudos sobre a Mulher, 30*, 55-75.

Tavares da Silva, R. (2015a, julho 25). *A plataforma de acção de Pequim: Uma síntese.* [Web post]. Obtido em: http://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2015/07/ReginaTavaresSilva_comunicacao.pdf

Tavares da Silva, R. (2015b, novembro 26). *A violência contra as mulheres e os direitos humanos* [Web post]. Obtido em: http://www.umarfeminismos.org/index.php/component/content/article/33-temporario/903-16-dias-de-ativismo

UN. Commission on the Status of Women. Chair (2015). *Political declaration on the occasion of the 20th anniversary of the fourth world conference on women.* (5 March 2015, E/CN.6/2015/1), UN, New York.

UN. General Assembly (2015). *Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development.* (21 October 2015, A/RES/70/1), UN, New York.

UN. Preparatory committee for the special session of the General Assembly entitled "Women 2000: Gender equality, development and peace for the twenty-first century". Chairperson (2000). *Further actions and initiatives to implement the Beijing declaration and platform for action (outcome document).* (Resolution adopted by the General Assembly, 24 January 2000, A/S-3/10/Rev.1). UN, New York.

United Nations Economic and Social Council (2020). *Political declaration on the occasion of the twenty-fifth anniversary of the fourth world conference on women.* (2 March 2020, E/CN.6/2020/L.1). UN, New York.

United Nations Human Rights Office of the High Commissioner (2014). *Women's rights are human rights* (HR/PUB/14/2) New York and Geneva. United Nations Publication. Obtido em: https://www.ohchr.org/Documents/Events/WHRD/WomenRightsAreHR.pdf

United Nations (1995). *The Beijing declaration and the platform for action: Fourth world conference on women, Beijing, China, 4-15 September 1995.* New York: Dept. of Public Information, United Nations.

UNWOMEN Brasil (2019). Site oficial da ONU Mulheres no Brasil. Consultado [a 3 de janeiro de 2020] em: http://www.onumulheres.org.br/

UNWOMEN (2019a). Site oficial da ONU mulheres. Consultado [a 1 de janeiro de 2020] em: https://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women e https://www.unwomen.org/en/get-involved/beijing-plus-25/generation-equality-forum

UNWOMEN (2019b). *Concept note: Beijing +25: Accelerating the realization of gender equality and the empowerment of all women and girls.* Obtido em: https://unioncsw.world-psi.org/news/beijing-25-accelerating-the-realization-of-gender-equality-and-the-empowerment-of-all-women-and-girls?lang=en

UNWOMEN (2020). Site oficial da ONU mulheres. Consultado [a 23 de março de 2020] em: https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/3/press-release-csw64--adopts-political-declaration

Wetzel, J. (1996). On the road to Beijing: The evolution of the international women's movement. *Affilia: Journal of Women and Social Work, 11* (2), 221-232. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/088610999601100207

Recepção: 05/04/2020
Aceite para publicação:14/05/2020

* ORCID ID: 0000-0001-5085-0685
sonia.dias@ensp.unl.pt

** ORCID ID: 0000-0002-8686-5114
mf.nunes@ensp.unl.pt

*** ORCID ID: 0000-0001-6958-6159
ana.gama@ensp.unl.pt

Universidade NOVA de Lisboa, Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/NOVA), Centro de Investigação em Saúde Pública (CISP/NOVA), Comprehensive Health Research Center (CHRC). 1600-560 Lisboa, Portugal.

Uma reflexão sobre desigualdade de género e saúde no contexto da migração

Que desafios e respostas para a promoção da saúde das mulheres migrantes?

SÓNIA DIAS* | MARIA NUNES** | ANA GAMA***

Resumo. O género é fator de desigualdades sociais entre mulheres e homens, incluindo na área da saúde. Diferenças nos papéis sociais de género e disparidades nas condições laborais e socioeconómicas tornam as mulheres mais suscetíveis a piores resultados em saúde e condicionam a sua acessibilidade e utilização dos serviços de saúde. Esta vulnerabilidade é agravada no contexto da migração. Este artigo apresenta uma reflexão teórica sobre a saúde das mulheres migrantes e seus determinantes, revelando-se evidência sobre as desigualdades e oportunidades de ação para a promoção da saúde destas populações.

Palavras-chave: Género, Saúde, Migrantes, Vulnerabilidade, Promoção da Saúde.

DOI https://doi.org/10.34619/92yr-rh52

A reflection on gender inequality and health in the context of migration: What challenges and responses for health promotion of migrant women? *Gender is a factor of social inequalities between women and men, including in health. Differences in gender roles and disparities in working and socioeconomic conditions make women more susceptible to worse health outcomes and influence their accessibility and use of health services. This vulnerability is aggravated in the context of migration. This article presents a theoretical reflection about the health of migrant women and its determinants, revealing evidence on health inequalities and opportunities for action to promote the health of these populations.*

Keywords: *Gender, Health, Migrants, Vulnerability, Health Promotion.*

1. GÉNERO E SAÚDE: QUE RELAÇÃO?

Tem sido realçada a importância da igualdade de género para o desenvolvimento das sociedades, estando contemplada como um objetivo a alcançar na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 (Manandhar, Hawkes, Buse, Nosrati & Magar, 2018). O género, entendido como construção social e cultural do que carateriza os homens e as mulheres, e estando interrelacionado com o sexo (caraterísticas biológicas que distinguem homens e mulheres), é reconhecidamente um determinante das desigualdades sociais entre sexos, e na área da saúde essas desigualdades não são exceção (Prazeres, Laranjeira, Marques & Soares, 2008; Day, Mason, Lagosky & Rochon, 2016). Na verdade, a investigação em saúde tem-se focado nas desigualdades de género, e para vários indicadores de saúde têm sido descritas diferenças entre mulheres e homens.

A nível global verifica-se que as mulheres têm uma esperança média de vida maior do que os homens nas mesmas condições socioeconómicas (World Health Organization, 1998; 2019). Adicionalmente, a mortalidade tende a ser menor nas mulheres em todas as faixas etárias (Matud, 2017). No entanto, em diversas problemáticas, as mulheres apresentam pior estado de saúde do que os homens. A prevalência de

doenças crónicas, como as doenças autoimunes e reumatológicas, e de multimorbilidade é superior nas mulheres (Matud, 2017). As mulheres são também mais vulneráveis a infeções sexualmente transmissíveis, como a infeção pelo VIH (Vírus da Imunodeficiência Humana), HPV (Vírus do Papiloma Humano), clamídia ou gonorreia, e suas complicações a longo prazo (Higgins, Hoffman & Dworkin, 2010; Wong, Singh, Mann, Hansen & McMahon, 2004). No que concerne a patologias do foro mental, a depressão major ou a ansiedade tendem a ser mais prevalentes entre as mulheres, enquanto o transtorno de personalidade antissocial é mais frequente entre os homens (Bulhões, Ramos, Severo, Dias & Barros, 2019; Matud, 2017).

Para compreender as diferenças de género em saúde, é importante considerar que as disparidades entre homens e mulheres decorrem não só das diferenças biológicas (por exemplo, ao nível do metabolismo, crescimento, ciclos reprodutivos e hormonas sexuais), mas também dos diferentes papéis sociais, normas e relações de género ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Neste sentido, o género tem influência no acesso à educação e ao mercado de trabalho, bem como nas condições socioeconómicas, laborais e de vida, o que leva a desigualdades sociais, discriminação e exclusão social com forte impacto na saúde (Vlassoff, 2007). Disparidades de rendimento, ocupação e maior carga de tarefas domésticas não remuneradas tornam as mulheres mais suscetíveis a piores resultados em saúde (World Health Organization, 2016). Adicionalmente, o género determina, para homens e mulheres, diferentes comportamentos protetores e de risco, diferentes vulnerabilidades a doenças, mas também diferentes experiências nos serviços de saúde em termos de acessibilidade, utilização dos serviços e interação com os profissionais de saúde (Manandhar et al., 2018; Matud, 2017; Vlassoff, 2007). Ainda que as mulheres tendam a procurar cuidados de saúde mais frequentemente do que os homens, as suas condições socioeconómicas podem comprometer a capacidade de acesso a estes cuidados (Manandhar et al., 2018). Esta vulnerabilidade em saúde pode ser particularmente acentuada no contexto da migração, em que muitas mulheres migrantes experienciam uma dupla vulnerabilidade: à exposição a desigualdades sociais de género, soma-se a exposição a situações de discriminação, exclusão social e violência no processo migratório (World Health Organization, 2016).

2. GÉNERO E SAÚDE NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO

2.1. Migração no feminino. Nas últimas décadas, os movimentos migratórios têm-se acentuado e complexificado, com muitas pessoas a migrarem motivadas por oportunidades de emprego/formação ou reagrupamento familiar, enquanto outras são forçadas a migrar devido a conflitos ou catástrofes naturais (World Health Organization, 2018). Atualmente, as mulheres representam cerca de 48% de todos os migrantes a nível mundial (International Organization for Migration, 2019). Já no contexto europeu, as mulheres representam mais de metade da população migrante na região (52%) (World Health Organization, 2016). Em Portugal tem-se verificado nos últimos anos uma feminização da imigração, com as mulheres a representarem, em 2018, 50,6% dos imigrantes residentes no país. A expressão de mulheres atualmente é maior na população imigrante de nacionalidade brasileira (59,4% de mulheres), angolana (54,9%) e ucraniana (54,0%) (Oliveira & Gomes, 2019). Adicionalmente, as mulheres estrangeiras residentes em Portugal são mais jovens que os homens imigrantes (61,2% destas mulheres têm entre 20 e 49 anos, sendo esta percentagem inferior nos homens) e muito mais jovens do que as mulheres autóctones (apenas 36,5% das mulheres autóctones têm entre 20 e 49 anos) (Oliveira & Gomes, 2019).

2.2. Desigualdades de género e saúde das mulheres migrantes: o que nos diz a evidência? De forma global, o contexto migratório exacerba o efeito do género no estado de saúde, com as mulheres imigrantes a reportarem, de forma geral, pior saúde que os homens (Read & Reynolds, 2012). Esta exacerbação não decorre especificamente da condição de migrante em si, mas sim das condições que esta população vivencia durante o processo migratório e a exposição a riscos ao longo de todas as fases desse processo, desde a sua partida do país de origem até ao estabelecimento num novo país (Dias, Gama & Martins, 2013).

A influência do género no processo de migração é bastante complexa. Por um lado, o género influencia as decisões acerca de quem migra, porque migra e com que base se decide migrar. Por outro lado, a migração influencia as relações de género, acentuando as desigualdades e papéis tradicionais, ou desafiando-os e alterando-os (Dias, Rocha & Horta, 2009; Horta & Miranda,

2014). Historicamente, a migração feminina tem sido motivada principalmente por questões de reagrupamento familiar, mas nas últimas décadas tem-se assistido a uma diminuição do número de mulheres que migram por esse motivo (Fleury, 2016). Em contrapartida, nos últimos anos tem-se observado, quer em Portugal quer no contexto internacional, um aumento substancial de mulheres que migram de forma autónoma, por questões de emprego (altamente qualificado ou independente) ou por motivos de educação ou formação (Oliveira & Gomes, 2019). Várias mulheres migram também para fugir a contextos de violência de género e discriminação, sendo a migração uma oportunidade de melhorar a autonomia financeira, a autoestima e o empoderamento (Fleury, 2016). Por outro lado, os diferentes papéis sociais de género no país de origem podem determinar situações de vulnerabilidade (casamento forçado, falta de acesso a recursos e/ou informação, restrições legais à mobilidade das mulheres), que resultam muitas vezes em situações de trânsito irregular (Fleury, 2016). Estas mulheres estão mais sujeitas a situações de violência física e/ou sexual, assim como de tráfico (incluindo o sexual), estando descrito que as mulheres são alvos preferenciais para as redes de tráfico humano (Astles, n.d.).

Já no país de destino, o género influencia o tipo de trabalho, que se concentra frequentemente no trabalho doméstico remunerado, prestação de cuidados, indústria da saúde ou de entretenimento (Fleury, 2016). Adicionalmente, verificam-se diferenças na remuneração, uma maior carga de trabalho não remunerado e menor proteção social. Por exemplo, em Portugal, à semelhança de outros países, a discrepância salarial entre mulheres e homens acentua-se na população imigrante, com as mulheres estrangeiras a receberem uma remuneração 33,8% menor do que os homens imigrantes e 11,4% menor do que a das trabalhadoras de nacionalidade portuguesa (Oliveira & Gomes, 2019). Estas desigualdades socioeconómicas, aliadas à falta de oportunidades de acesso à educação, podem condicionar a capacidade de proteção da saúde destas mulheres (Vlassoff, 2007).

Na verdade, o impacto que o género e os determinantes sociais associados têm na saúde das mulheres migrantes espelha-se em vários indicadores de saúde física e mental, assim como no acesso aos cuidados de saúde.

Relativamente à saúde física, muitos dos estudos realizados na área da migração mostram que, de forma geral, as mulheres migrantes reportam um pior estado de saúde do que os homens migrantes, sendo as diferenças de nível socioeconómico um dos principais fatores explicativos desta

disparidade (Dias et al., 2013). Ainda que a integração social tenha um papel importante na saúde da generalidade dos imigrantes, verifica-se uma diferença de acordo com o género que se pode traduzir em maior vulnerabilidade em saúde nas mulheres imigrantes, já que estas têm tendem a ter menor escolaridade, a desempenhar trabalhos mais precários e menos remunerados ou a estar desempregadas (Dias et al., 2013).

No caso específico das doenças crónicas (como diabetes, obesidade, hipertensão, entre outras), as mulheres migrantes tendem a reportar mais frequentemente este tipo de doenças do que os homens migrantes (Katare & Chakrovorty, 2019). Na literatura, esta tendência tem sido associada à alteração de vários comportamentos relacionados com a saúde e estilos de vida, nomeadamente ao nível da alimentação, exercício físico e consumo de álcool e outras substâncias, que muitas vezes ocorre no processo de adaptação a um novo país (Costa, Dias & Martins, 2017; 2018). No entanto, o género parece também ter um papel importante nesta tendência. Num estudo conduzido em Portugal, as mulheres migrantes reportaram mais frequentemente ter uma doença crónica e fazer menos exercício físico regular do que os homens migrantes (Dias et al., 2013).

Também no que respeita à saúde mental, observa-se que patologias como a depressão ou a ansiedade são mais frequentes em imigrantes do sexo feminino do que nos imigrantes do sexo masculino (Teixeira & Dias, 2018). Relativamente às mulheres nativas, as mulheres imigrantes apresentam stress pós-traumático de forma mais frequente, o que muitas vezes advém de um processo migratório caraterizado por experiências traumáticas, tais como migração irregular ou forçada, situações de tráfico, episódios de violência física e/ou sexual, entre outros (Almeida, Costa-Santos, Caldas, Dias & Ayres-de-Campos, 2016). O papel do género enquanto determinante da saúde mental nestas mulheres pode ser exacerbado pelo efeito de fatores culturais, de contexto socioeconómico e relacionados com suporte e integração social. De facto, os padrões culturais podem influenciar as decisões de procura de cuidados de saúde mental, assim como o estigma associado a este tipo de patologias (Stewart, 2007). Por outro lado, as mulheres migrantes têm muitas vezes um contexto de maior instabilidade social e económica, com menor autonomia financeira, maior isolamento e falta de redes de apoio, que se traduzem num maior risco para o desenvolvimento destas doenças (Almeida et al., 2016; Stewart, 2007; Teixeira & Dias, 2018).

Uma componente especialmente importante da saúde das mulheres é a saúde sexual e reprodutiva, que está estritamente ligada aos direitos destas. Nesta área verifica-se que, de forma geral, as mulheres migrantes apresentam piores indicadores relacionados com a gravidez do que as mulheres autóctones: maior percentagem de cesarianas, de complicações durante o parto, de mortalidade materna e de abortos induzidos (Almeida, Caldas, Ayres-De-Campos, Salcedo-Barrientos & Dias, 2013; World Health Organization, 2018). No contexto português, alguns autores identificaram um maior risco de parto prematuro, de hemorragia pós-parto e de depressão pós-parto em mulheres migrantes, quando comparadas com mulheres portuguesas (Almeida, Santos, Caldas, Ayres-De-Campos & Dias, 2014; Almeida et al., 2016).

Alguns estudos apontam também para que a prevalência de infeções sexualmente transmissíveis, como clamídia ou sífilis, possa ser maior entre as mulheres migrantes do que entre as mulheres nacionais (European Centre for Disease Prevention and Control, 2014; Wang et al., 2010; World Health Organization, 2018). Igualmente, no que respeita à infeção pelo VIH, as mulheres migrantes tendem a ser desproporcionalmente afetadas. Num estudo realizado em França observou-se que cerca de um terço das mulheres migrantes participantes foi infetado pelo VIH após estabelecimento num novo país (Desgrees-du-lou et al., 2016). O mesmo estudo conclui que a vulnerabilidade das mulheres imigrantes em relação à infeção pelo VIH prende-se não só com as condições pré-migratórias (como a prevalência da doença nos países de origem), mas também com as condições no país de destino, como a instabilidade social e económica, a perda de suporte social e as dinâmicas relacionais com os parceiros, entre outras, que podem limitar a adoção de comportamentos preventivos e aumentar o risco de infeção (Desgrees-du-lou et al., 2016). Várias mulheres imigrantes de origem africana e brasileira a residir em Portugal participantes num estudo qualitativo de grupos focais apontaram a dificuldade na negociação da utilização do preservativo com o parceiro, acabando por não o utilizar (Dias et al., 2009). No mesmo sentido, um outro estudo realizado em Portugal mostrou que as mulheres imigrantes usam significativamente menos o preservativo quando comparadas com os homens imigrantes, tanto com parceiros regulares como ocasionais (Dias, Marques, Gama & Martins, 2014). De facto, tem sido amplamente documentado que o risco de infeção pelo VIH nestas mulheres está

muitas vezes associado aos comportamentos de risco do seu parceiro (Dias et al., 2009; Dias et al., 2019; Rocha, Dias & Gama, 2010). Um outro fator que coloca as mulheres migrantes em maior risco de infeção pelo VIH e outras infeções sexualmente transmissíveis é o desconhecimento e desinformação relativamente aos modos de transmissão, métodos preventivos e sua eficácia, expressado por algumas mulheres migrantes (Dias, Gama & Rocha, 2010a).

A violência é outra componente preponderante da saúde das mulheres. Sobre esta problemática verifica-se que as mulheres imigrantes têm uma vulnerabilidade acrescida relativamente a vários tipos de violência interpessoal, que podem ocorrer tanto na esfera pessoal como na profissional ou comunitária (Dias, Fraga & Barros, 2012). Um estudo sobre a violência interpessoal em imigrantes em Portugal demonstrou que estas mulheres são desproporcionalmente afetadas por experiências de violência dentro de uma relação, com 7,1% das mulheres (*versus* 0,9% dos homens) a apontarem ter sido vítimas deste tipo de violência (Dias, Fraga et al., 2012). A exposição a situações de violência de género é particularmente acentuada em contextos de migração irregular e forçada, afetando particularmente as mulheres e jovens refugiadas e requerentes de asilo (Keygnaert et al., 2014; Oliveira, Keygnaert, Oliveira Martins & Dias, 2018; Oliveira, Oliveira Martins, Dias & Keygnaert, 2019).

As desigualdades sociais a que as mulheres migrantes estão sujeitas refletem-se também em disparidades no acesso e utilização dos serviços de saúde. Na generalidade, a subutilização de cuidados de saúde, nomeadamente ao nível dos cuidados primários (por exemplo, consultas com um médico de medicina geral e familiar, participação em rastreios oncológicos, rastreios de infeções sexualmente transmissíveis ou vacinação), por parte da população migrante, e em especial as mulheres, em comparação com a população autóctone tem sido largamente descrita (Dias et al., 2019; Dias et al., 2018; Rosano et al., 2017). As diferenças linguísticas e culturais, as crenças e valores relacionados com questões religiosas, o desconhecimento sobre o funcionamento dos sistemas de saúde e as condições económicas desfavoráveis têm sido apontados como fatores que contribuem para este padrão (Almeida, Casanova, Caldas, Ayres-De-Campos & Dias, 2014; Dias, Gama & Rocha, 2010b; Dias, Gama, Silva, Cargaleiro & Martins, 2011; Gama, Fraga & Dias, 2010). Têm também sido documentadas dificuldades de interação com os serviços e os profissionais de saúde, na perspetiva

tanto das populações imigrantes como dos próprios profissionais (Dias, Gama & Horta, 2010; Dias, Rodrigues, Silva, Horta & Cargaleiro, 2010; Madeira, Pereira, Gama & Dias, 2018). Já os profissionais de saúde perspetivam as suas competências para dar resposta às necessidades da população imigrante como sendo moderadas ou baixas, demonstrando-se, no entanto, motivados para melhorar estas respostas (Dias, Gama et al., 2012).

3. PROMOÇÃO DA SAÚDE DAS MULHERES MIGRANTES: QUE OPORTUNIDADES DE AÇÃO?

Estando bem descrito que as mulheres imigrantes apresentam uma vulnerabilidade acrescida em saúde, que é particularmente influenciada pelo seu contexto social, económico e migratório, torna-se claro que políticas de integração holísticas, que contemplem a melhoria do seu acesso à saúde, educação/formação, emprego, habitação, entre outras estratégias de integração social, podem ter um papel fundamental na obtenção de ganhos em saúde.

No entanto, apesar da evidência sobre os desafios acrescidos que as mulheres enfrentam durante todo o processo migratório, as políticas de migração na União Europeia (UE) têm dado um limitado foco a esta população. Adicionalmente, em diversos países europeus, verifica-se que muitas das iniciativas existentes para promover e proteger a saúde das mulheres migrantes dependem geralmente do esforço de organizações não governamentais ou de base comunitária que se dedicam a promover a integração destas mulheres nos países de acolhimento. De facto, tem sido reconhecido o insuficiente investimento no desenvolvimento e implementação de programas e estratégias neste âmbito (European Comission, 2019; European Union Agency for Fundamental Rights, 2017). Contudo, são crescentes os esforços para promover a qualidade de vida e saúde das mulheres migrantes, tanto a nível internacional como nacional.

O papel do contexto socioeconómico no processo de integração social faz com que as iniciativas de promoção do acesso ao mercado de trabalho tenham sido e se mantenham como uma das prioridades em termos de estratégias de integração de imigrantes (European Comission, 2019). As intervenções nesta área incluem a formação, educação e aconselhamento adequados às

necessidades das mulheres imigrantes, de forma a aumentar a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho e empregabilidade destas populações. Neste âmbito inclui-se a oferta de cursos ou formações que permitem aumentar o nível de proficiência da língua do país de acolhimento, cujos resultados se refletem também num contexto mais macro, no dia a dia e na qualidade de vida destas mulheres (European Comission, 2019). Por outro lado, tendo em conta o aumento do número de mulheres imigrantes altamente qualificadas, tem sido destacada a importância de contemplar o apoio ao reconhecimento das capacidades e qualificações desta população nas políticas de emprego no contexto de migração (The Council of Europe, 2019).

O acesso e a utilização dos cuidados de saúde, enquanto fatores fundamentais para a saúde da população imigrante, têm também merecido destaque. No sentido de reduzir a subutilização dos cuidados por parte desta população, tem sido reconhecida a importância de atuar ao nível do desconhecimento do sistema de saúde, assim como das barreiras linguísticas e culturais que dificultam, entre outros aspetos, a interação de imigrantes e profissionais de saúde (Devillé et al., 2011; Priebe et al., 2011). Uma das estratégias desenvolvidas nesta área tem sido o treino dos profissionais de saúde, para que estes possam prestar cuidados culturalmente sensíveis e adequados às mulheres migrantes, respondendo de forma efetiva às suas necessidades em saúde (The Council of Europe, 2019).

No âmbito da saúde sexual e reprodutiva e da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres migrantes, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) aponta a importância de uma abordagem abrangente que integre um conjunto de estratégias essenciais, incluindo a disponibilização de educação sexual, o aconselhamento e serviços relacionados com métodos contracetivos e saúde sexual, a prevenção e tratamento de infeções sexualmente transmissíveis e de cancros do sistema reprodutivo (como o cancro do colo do útero), a prevenção e deteção de casos de violência de género e sexual, ou a disponibilização de serviços para realização de aborto de forma segura (United Nations Population Fund, 2019).

Um aspeto importante para a promoção dos direitos de saúde sexual e reprodutiva é a necessidade de que as políticas nesta área não se circunscrevam apenas ao sistema de saúde, mas abranjam outros setores e atores com áreas de atuação distintas, como os setores social, da educação, da justiça, entre outros. Neste ponto inclui-se a necessidade de trabalhar com organizações da

sociedade civil para combater todos os tipos de discriminação e de violência de género, e/ou mitigar os seus efeitos, assim como promover a participação, empoderamento e consciencialização destas mulheres sobre os seus direitos (European Comission, 2019; The Council of Europe, 2019). Neste campo importa realçar o papel fulcral que entidades governamentais e não governamentais têm tido na promoção da igualdade de género e na proteção dos direitos das mulheres em Portugal, incluindo as mulheres migrantes, como a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Plataforma de Ação Pequim, o Alto Comissariado para as Migrações, entre muitas outras. A título de exemplo, refere-se o Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) do Alto Comissariado para as Migrações, que contempla medidas como a promoção do exercício de cidadania e da participação das mulheres migrantes no movimento associativo, ou a realização de iniciativas e ações de formação para sensibilizar a opinião pública relativamente à importância das migrações e da diversidade cultural (Alto Comissariado para as Migrações, 2015).

Por fim, a construção de políticas e estratégias de promoção da saúde das mulheres migrantes deve ser baseada em evidência atual e robusta (Ogbe et al., 2018). É por isso necessário continuar a aumentar e melhorar a evidência produzida na área da migração, nomeadamente através de estudos com populações migrantes que permitam compreender o impacto das diferenças de género e identificar as determinantes sociais que continuam a colocar as mulheres em maior vulnerabilidade em saúde e a melhor forma de intervir para reduzir as desigualdades (International Organization for Migration, 2019; The Council of Europe, 2019). Neste âmbito, a utilização de abordagens de investigação qualitativas e participativas tem-se mostrado relevante para a produção de conhecimento sobre as necessidades em saúde de populações mais vulneráveis, como as mulheres migrantes, e para responder às carências reais da população e informar estratégias de saúde adaptadas e efetivas (Dias & Gama, 2014; 2016). A abordagem participativa pode ter também um papel particularmente importante na promoção do envolvimento e capacitação das mulheres migrantes para proteger e melhorar a sua saúde, nomeadamente através do seu empoderamento para a adoção de comportamentos saudáveis e para serem elas mesmas agentes de mudança na redução das desigualdades sociais e de género e na defesa dos seus direitos (Dias, Gama, Simões & Mendão, 2018). Assim, é relevante considerar o potencial desta abordagem no estudo das questões de género e saúde em populações migrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, L. M., Caldas, J., Ayres-De-Campos, D., Salcedo-Barrientos, D., & Dias, S. (2013). Maternal healthcare in migrants: A systematic review. *Maternal and Child Health Journal*, *17*(8), 1346–1354. https://doi.org/10.1007/s10995-012-1149-x

Almeida, L. M., Casanova, C., Caldas, J., Ayres-De-Campos, D., & Dias, S. (2014). Migrant women's perceptions of healthcare during pregnancy and early motherhood: Addressing the social determinants of health. *Journal of Immigrant and Minority Health*, *16*(4), 719–723. https://doi.org/10.1007/s10903-013-9834-4

Almeida, L. M., Costa-Santos, C., Caldas, J. P., Dias, S., & Ayres-de-Campos, D. (2016). The impact of migration on women's mental health in the postpartum period. *Revista de Saúde Pública*, *50*, 1–13. https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050005617

Almeida, L. M., Santos, C. C., Caldas, J. P., Ayres-De-Campos, D., & Dias, S. (2014). Obstetric care in a migrant population with free access to health care. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, *126*(3), 244–247. https://doi.org/10.1016/j.ijgo.2014.03.023

Alto Comissariado para as Migrações. (2015). *Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020)*. Retrieved from https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/

Astles, J. (n.d.). *What makes migrants vulnerable to gender-based violence?* Retrieved March 26, 2020, from https://rosanjose.iom.int/SITE/en/blog/what-makes-migrants-vulnerable-gender-based-violence

Bulhões, C., Ramos, E., Severo, M., Dias, S., & Barros, H. (2019). Measuring depressive symptoms during adolescence: What is the role of gender? *Epidemiology and Psychiatric Sciences*, *28*(1), 66–76. https://doi.org/10.1017/S2045796017000312

Costa, L., Dias, S., & Martins, M. (2018). Fruit and vegetable consumption among immigrants in Portugal: A nationwide cross-sectional study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *15*(10), 2299. https://doi.org/10.3390/ijerph15102299

Costa, L. P., Dias, S. F., & Martins, M. D. R. O. (2017). Association between length of residence and overweight among adult immigrants in Portugal: A nationwide cross-sectional study. *BMC Public Health*, *17*(1), 316 https://doi.org/10.1186/s12889-017-4252-5

Day, S., Mason, R., Lagosky, S., & Rochon, P. A. (2016). Integrating and evaluating sex and gender in health research. *Health Research Policy and Systems*, *14*(1), 75. https://doi.org/10.1186/s12961-016-0147-7

Desgrees-du-lou, A., Pannetier, J., Ravalihasy, A., Le Guen, M., Gosselin, A., Panjo, H., … Dray-spira, R. (2016). Is hardship during migration a determinant of HIV infection ? Results from the ANRS PARCOURS study of sub-Saharan African migrants in France. *AIDS*, *30*(4), 645–656. https://doi.org/10.1097/QAD.0000000000000957

Devillé, W., Greacen, T., Bogic, M., Dauvrin, M., Dias, S., Gaddini, A., … Priebe, S. (2011). Health care for immigrants in Europe: Is there still consensus among country experts about principles of good practice? A Delphi study. *BMC Public Health*, *11*(1), 699. https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-699

Dias, S. F., Rocha, C. F., & Horta, R. (2009). *Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras: Um estudo qualitativo*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).

Dias, S., Fraga, S., & Barros, H. (2012). Interpersonal violence among immigrants in Portugal. *Journal of Immigrant and Minority Health*, *15*(1), 119–124. https://doi.org/10.1007/s10903-012-9644-0

Dias, S., Fronteira, I., Gama, A., Gróz, A. P., Mardin, D., Simões, J., Barros, P. P. (2018). Health policies, patterns and barriers to migrants' access to primary health care. In A. Rosano (Ed.), *Access to primary care and preventative health services of migrants* (pp. 99–109). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-73630-3_9

Dias, S., & Gama, A. (2014). Community-based participatory research in public health: Potentials and challenges. *Revista Panamericana de Salud Publica*, *35*(2), 150–154.

Dias, S., & Gama, A. (2016). Contributos da abordagem qualitativa e participativa para a translação do conhecimento na área da saúde sexual em populações mais vulneráveis. *Ciaiq2016*, *2*, 262–269.

Dias, S., Gama, A., Abrantes, P., Gomes, I., Fonseca, M., Reigado, V., & Martins, M. O. (2019). Patterns of sexual risk behavior, HIV infection, and use of health services among Sub-Saharan African migrants in Portugal. *Journal of Sex Research*, 1–9. https://doi.org/10.1080/00224499.2019.1601154

Dias, S., Gama, A., Cargaleiro, H., & Martins, M. O. (2012). Health workers' attitudes toward immigrant patients: A cross-sectional survey in primary health care services. *Human Resources for Health*, *10*, 1–6. https://doi.org/10.1186/1478-4491-10-14

Dias, S., Gama, A., & Horta, R. (2010). Health care assessment: The perceptions of female immigrants in Portugal. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, *10*(suppl 1), s39–s47. https://doi.org/10.1590/S1519-38292010000500004

Dias, S., Gama, A., & Martins, M. O. (2013). Health status and preventative behaviors of immigrants by gender and origin: A Portuguese cross-sectional study. *Nursing and Health Sciences*, *15*(3), 309–317. https://doi.org/10.1111/nhs.12032

Dias, S., Gama, A., & Rocha, C. (2010a). Immigrant women's perceptions and experiences of health care services: Insights from a focus group study. *Journal of Public Health*, *18*(5), 489–496. https://doi.org/10.1007/s10389-010-0326-x

Dias, S., Gama, A., & Rocha, C. (2010b). Perspectives of African and Brazilian immigrant women on sexual and reproductive health. *European Journal of Contraception and Reproductive Health Care*, *15*(4), 255–263. https://doi.org/10.3109/13625187.2010.497232

Dias, S., Gama, A., Silva, A. C., Cargaleiro, H., & Martins, M. O. (2011). Barriers in access and utilization of health services among immigrants. *Acta Medica Portuguesa*, *24*(4), 511–516. https://doi.org/10.20344/amp.492

Dias, S., Gama, A., Simões, D., & Mendão, L. (2018). Implementation process and impacts of a participatory HIV research project with key populations. *BioMed Research International*, *2018*. https://doi.org/10.1155/2018/5845218

Dias, S., Gama, A., Tavares, A. M., Reigado, V., Sim, D., Mora, C., & Ferreira, A. P. (2019). Are opportunities being missed? Burden of HIV, STI and TB, and unawareness of HIV among african migrants. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *16*(15), 2710. Retrieved from https://www.mdpi.com/1660-4601/16/15/2710

Dias, S., Marques, A., Gama, A., & Martins, M. O. (2014). HIV risky sexual behaviors and HIV infection among immigrants: A cross-sectional study in Lisbon, Portugal. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *11*(8), 8552–8566. https://doi.org/10.3390/ijerph110808552

Dias, S., Rodrigues, R., Silva, A., Horta, R., & Cargaleiro, H. (2010). Health care seeking and access to health services in immigrant communities: A study with immigrants and health professionals. *Arquivos de Medicina*, *24*, 253–259.

European Centre for Disease Prevention and Control. (2014). *Assessing the burden of key infectious diseases affecting migrant populations in the EU/EEA*. Stockholm: European Centre for Disease Prevention and Control. https://doi.org/10.2900/28792

European Comission. (2019). *Integration of migrant women: A key challenge with limited policy resources*. Retrieved from https://ec.europa.eu/migrant-integration/feature/integration-of-migrant-women

European Union Agency for Fundamental Rights. (2017). *Together in the EU – Promoting the participation of migrants and their descendants*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Fleury, A. (2016). *Understanding women and migration: A literature review. KNOMAD Working Paper Series*. Washington, D.C.: KNOMAD.

Gama, A., Fraga, S., & Dias, S. (2010). Impact of socio-demographic factors on HIV testing among african immigrants in Portugal. *Journal of Immigrant and Minority Health*, *12*(6), 841–846. https://doi.org/10.1007/s10903-010-9324-x

Higgins, J. A., Hoffman, S., & Dworkin, S. L. (2010). Rethinking gender, heterosexual men, and women's vulnerability to HIV/AIDS. *American Journal of Public Health*. American Public Health Association. https://doi.org/10.2105/AJPH.2009.159723

Horta, A. P., & Miranda, J. (orgs.). (2014). *Migrações e género: Espaços, poderes e identidades*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

International Organization for Migration. (2019). *World Migration Report 2020*. (M. McAuliffe & B. Khadria, Eds.). Geneva: International Organization for Migration.

Katare, B., & Chakrovorty, S. (2019). Association between environmental factors and BMI: Evidence from recent immigrants from developing countries. *Journal of Health, Population, and Nutrition*, *38*(1), 15. https://doi.org/10.1186/s41043-019-0174-4

Keygnaert, I., Dias, S. F., Degomme, O., Deville, W., Kenndy, P., Kováts, A., & Temmerman, M. (2014). Sexual and gender-based violence in the European asylum and reception sector: A perpetuum mobile ? *European Journal of Public Health*, *25*(1), 90–96. https://doi.org/10.1093/eurpub/cku066

Madeira, A. F., Pereira, C. R., Gama, A., & Dias, S. (2018). Justifying treatment bias: The legitimizing role of threat perception and immigrant-provider contact in healthcare. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, *24*(2), 294–301. https://doi.org/10.1037/cdp0000187

Manandhar, M., Hawkes, S., Buse, K., Nosrati, E., & Magar, V. (2018). Gender, health and the 2030 Agenda for sustainable development. *Bulletin of the World Health Organization*, *96*(9), 644–653. https://doi.org/10.2471/BLT.18.211607

Matud, M. P. (2017). Gender and health. In *Gender Differences in Different Contexts* (pp. 57–76). InTech. https://doi.org/10.5772/65410

Ogbe, E., Van Braeckel, D., Temmerman, M., Larsson, E. C., Keygnaert, I., De Los Reyes Aragón, W., & Degomme, O. (2018). Opportunities for linking research to policy: Lessons learned from implementation research in sexual and reproductive health within the ANSER network. *Health Research Policy and Systems*, *16*(1), 123. https://doi.org/10.1186/s12961-018-0397-7

Oliveira, C., Keygnaert, I., Oliveira Martins, M. do R., & Dias, S. (2018). Assessing reported cases of sexual and gender-based violence, causes and preventive strategies, in European asylum reception facilities. *Globalization and Health*, *14*(1), 48. https://doi.org/10.1186/s12992-018-0365-6

Oliveira, C., Oliveira Martins, M. D. R., Dias, S., & Keygnaert, I. (2019). Conceptualizing sexual and gender-based violence in European asylum reception centers. *Archives of Public Health*, *77*(1), 27. https://doi.org/10.1186/s13690-019-0351-3

Oliveira, C. R., & Gomes, N. (2019). *Indicadores de integração de imigrantes: Relatório estatístico anual 2019. Imigração em Números – Relatórios anuais 4* (1.ª ed.). Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

Prazeres, V. (coord.), Laranjeira, A. R., Marques, A. M., & Soares, C. (2008). *Saúde, sexo e género: Factos, representações e desafios*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.

Priebe, S., Sandhu, S., Dias, S., Gaddini, A., Greacen, T., Ioannidis, E., … Bogic, M. (2011). Good practice in health care for migrants: Views and experiences of care professionals in 16 European countries. *BMC Public Health*, *11*(1), 187. https://doi.org/10.1186/1471-2458-11-187

Read, J. G., & Reynolds, M. M. (2012). Gender differences in immigrant health: the case of mexican and middle eastern immigrants. *Journal of Health and Social Behavior*, *53*(1), 99–123. https://doi.org/10.1177/0022146511431267

Rocha, C. M., Dias, S., & Gama, A. (2010). Knowledge of contraceptive methods and STD prevention among immigrant women. *Cadernos de Saúde Pública*, *26*(5), 1003–1012. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000500022

Rosano, A., Dauvrin, M., Buttigieg, S. C., Ronda, E., Tafforeau, J., & Dias, S. (2017). Migrant's access to preventive health services in five EU countries. *BMC Health Services Research*, *17*(1), 1–11. https://doi.org/10.1186/s12913-017-2549-9

Stewart, D. E. (2007). Social determinants of women's mental health. *Journal of Psychosomatic Research*, *63*(3), 223–224. https://doi.org/10.1016/j.jpsychores.2007.07.002

Teixeira, A. F., & Dias, S. F. (2018). Labor market integration, immigration experience, and psychological distress in a multi-ethnic sample of immigrants residing in Portugal. *Ethnicity and Health*, *23*(1), 81–96. https://doi.org/10.1080/13557858.2016.1246421

The Council of Europe. (2019). *Protecting the rights of migrant, refugee and asylum-seeking women and girls*. Strasbourg: The Council of Europe.

United Nations Population Fund. (2019). *Sexual and reproductive health and rights: An essential element of universal health coverage*. United Nations Population Fund.

Vlassoff, C. (2007). Gender differences in determinants and consequences of health and illness. *Journal of Health, Population and Nutrition*, *25*(1), 47–61. https://doi.org/10.3329/jhpn.v25i1.674

Wang, W., Wei, C., Buchholz, M. E., Martin, M. C., Smith, B. D., Huang, Z. J., & Wong, F. Y. (2010). Prevalence and risks for sexually transmitted infections among a national

sample of migrants versus non-migrants in China. *International Journal of STD and AIDS*, *21*(6), 410–415. https://doi.org/10.1258/ijsa.2009.008518

Wong, T., Singh, A., Mann, J., Hansen, L., & McMahon, S. (2004). Gender differences in bacterial STIs in Canada. *BMC Women's Health*, *4*(Suppl 1), S26. https://doi.org/10.1186/1472-6874-4-s1-s26

World Health Organization. (1998). *Gender and health: Technical paper*. Geneva: World Health Organization.

World Health Organization. (2016). *Women's health and well-being in Europe: Beyond the mortality advantage*, 186.

World Health Organization. (2018). *Report on the health of refugees and migrants in the WHO european region.* Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.

World Health Organization. (2019). *World health statistics 2019: Monitoring health for the SDGs, sustainable development goals.* Geneva: World Health Organization. https://doi.org/.1037//0033-2909.I26.1.78

Recepção: 08/04/2020
Aceite para publicação: 27/05/2020

* Independent researcher
Cambridge, UK
ORCID ID: 0000-0002-3632-2592
susanbuckingham07@gmail.com
Web site: https://www.susanbuckingham.org/

On the 25th Anniversary of the Beijing Conference on Women

Assessing progress in achieving meaningful gender-balance in environmental policy making and management

SUSAN BUCKINGHAM*

Abstract. This paper reviews the contribution of the Beijing Platform to achieve gender sensitive environmental policy, based on a number of examples covering a range of scales, regions and timings of their inclusion of gender: the EU; the UN Framework Convention on Climate Change; IOC-UNESCO's Decade of Ocean Science for Sustainable Development which launches in 2021; and municipalities in Europe responsible for implementing waste reduction initiatives. The broader context of gender mainstreaming provides a critical conceptual and analytical framework.

DOI https://doi.org/10.34619/637y-sj31

It acknowledges some limited and isolated progress, but concludes that, overall, a lack of structural change leaves unequal gender relations broadly intact, while environmental conditions continue to deteriorate.

Keywords: climate change, gender mainstreaming, ocean science research, sustainable development, waste reduction.

No 25.º aniversário da Conferência de Pequim sobre as Mulheres – avaliação dos progressos alcançados no que se refere ao equilíbrio de género na adopção e gestão das políticas ambientais. *O artigo faz uma avaliação da contribuição da Plataforma de Pequim para uma política ambiental sensível às questões de género, com base numa série de exemplos abrangendo patamares, regiões e momentos de inclusão desta perspectiva: a UE, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, a Década das Ciências dos Oceanos para o Desenvolvimento Sustentável da COI-UNESCO, que será lançada em 2021, e os municípios europeus responsáveis pela implementação de iniciativas para a redução de resíduos. O contexto alargado de integração da perspectiva de género constitui o quadro de referência analítico e conceptual, e através dele reconhece-se a existência de algum progresso, embora limitado e isolado; conclui-se, porém, que, em última análise, a falta de uma mudança estrutural faz com que a desigualdade nas relações de género permaneça intacta, ao mesmo tempo que as condições climáticas continuam a deteriorar-se.*

Palavras-chave: *alterações climáticas, integração da perspectiva de género, investigação sobre a ciência dos oceanos, desenvolvimento sustentável, redução de resíduos.*

WOMEN AND THE ENVIRONMENT IN THE BEIJING PLATFORM FOR ACTION

In Beijing, 1995, The Fourth Platform for Action on Women determined – amongst other things – to 'promote people-centred sustainable development, including sustained economic growth, through the provision of basic education, life-long education, literacy and training, and primary health care for women and children.' The inclusion of a section on the Environment was itself ground-breaking. Together with the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED) in 1992, it identified gender inequality and environmental problems as interlinked, and stressed the need to tackle both in an integrated way. In a dedicated section on the Environment (Area K), the Fourth Platform for Action on Women (hereinafter referred to as the Platform) noted women's essential role in the development of ecologically sound consumption and production patterns, and in natural resource management. It also noted women's particular vulnerability to 'resource depletion, the degradation of natural systems and pollution'. The recognition that poverty and environmental degradation are closely linked, requires that women, more of whom fall within categories of poverty than men, are likewise recognised as especially vulnerable.

Area K also identified the gendered health impacts of environmental degradation.

It anticipated the potential for, particularly rural, women to make a positive contribution to sustainable development through their roles as main care giver in the family and as managers of subsistence resources, citing Agenda 21's commitment to integrate environmental sustainability with gender equality and intergenerational justice (United Nations, 1992). Area K observed that women were either marginalised or 'largely absent from all levels of policy formulation and decision making in natural resource and environmental management' across a range of sectors and institutions. This is despite that at the grass roots women have knowledge and experience regarding local environmental management. By associating women's expertise with a more 'holistic, multidisciplinary and intersectional approach' needed for sustainable development, the Platform argued that '[w]omen's experiences and contributions to an ecologically sound environment must…be central to the agenda for the twenty-first century',

and that '[s]ustainable development will be an elusive goal unless women's contribution to environmental management is recognised and supported.' As a way of ensuring this, the Platform called for actively and visibly mainstreaming a gender perspective, and agreed two 'Strategic Objectives' for the environment in which:

1. Women should be actively involved in environmental decision making at all levels (K1);
2. Gender concerns and perspectives should be integrated into policies and programmes for sustainable development (K2).

These strategic objectives, and their justification, beg a number of questions twenty five years after they were established, which this paper attempts to address:

I. Are women now actively involved in environmental decision making at all levels?
II. Are gender concerns and perspectives integrated into policies and programmes for sustainable development?

and

III. If these two objectives have been achieved, is this leading to sustainable development being less elusive?

CASE STUDIES

To address these questions, I draw on material from a number of sources which are useful at various scales. To explore the integration of women in global environmental programmes I examine the inclusion of gender in the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) since it entered mainstream UNFCCC discourse in 2011. I then explore the later decision of the IOC-UNESCO to embed gender equality and women's empowerment in the UN Decade on Ocean Science for Sustainable

Development from 2021. I speculate on this from the position of an 'insider' as I have been recruited as a gender expert for an early phase of this work[1].

For the regional scale, I draw on EIGE's (European Institute for Gender Equality) assessment of how far the goals of Area K have been achieved in the European Union in 25 years[2]. To represent the local scale I draw on an EU Horizon 2020 Innovations project in waste reduction which integrated gender mainstreaming from early project design to final evaluation, and included gender mainstreaming training[3]. This project worked with municipalities in 11 cities across 8 European countries, and the awareness of gender in these municipalities is likely to be transferable across municipal functions.

Clearly, these specific areas do not approach the full range of environmental initiatives and agreements, amongst which the Millennium Development Goals since 2000, replaced by the Sustainable Development Goals running from 2015 to 2030 are important. SDG 5 on Gender Equality should inform each of the other 16 goals. SDG 12 (Responsible Consumption and Production); SDG 13 (Climate Action) and SDG 14 (Life Below Water) are particularly relevant to this discussion as they relate to waste reduction, climate change and ocean science for sustainability respectively, and a reflection on progress on these goals is included as appropriate. But it is worth noting here that the UN Secretary General announced in 2019 that 'It is abundantly clear that a much deeper, faster and more ambitious response is needed to unleash the social and economic transformation needed to achieve our 2030 goals.'

CHANGES IN GENDER EQUALITY AND CARBON EMISSIONS SINCE 1995

First it is important to explore what changes have taken place regarding 'sustainable development' and environmental problems during the past 25

1 Intergovernmental Oceanographic Commission (ICO) comes under the umbrella of UNESCO – the United Nations Education Science and Cultural Organization. The World Maritime University has been commissioned to undertake research to further gender equality and women's empowerment in the Decade, to which I have been appointed the External Gender Expert. https://www.wmu.se/empowering-women.

2 I was an External Expert reviewing Area K on the Environment for Beijing + 25 (EIGE, 2020).

3 I was the Gender Auditor for the *Urban Waste* Grant Agreement Number: WASTE-6a-2015 690452.

years. Sustainable development has always been a problematic concept as it is a contradiction in terms. For a while in the 2000s and early 2010s, the term 'resilience' gained traction, which prioritised adaptation over mitigation. However, by the later 2010s it was becoming increasingly apparent that the world was fast reaching a tipping point, as global carbon emissions had increased substantially from 23.4 billion tonnes in 1995 to 36.2 billion tonnes in 2017 (Ritchie & Roser, 2019). Linked to carbon emissions, global temperatures have been steadily warming since the 1980s (by 0.1 to 0.3º centigrade a decade), and the five years up to 2019 have been the warmest on record (WMO, 2019). Ocean acidity is 26% higher than in pre-industrial times and is projected to increase by 100% to 150% by 2100 at the current rate of CO_2 emissions (UN, 2019). In 2019 some national governments, and many local governments, were proclaiming climate and biodiversity emergencies and committing to responding to these, though few have been able to identify just how. The 2019 SDG assessment of goals relevant to this paper are that levels of carbon dioxide concentration continue to increase, the pace of poverty decline is starting to decelerate; global hunger is again on the rise after a prolonged decline; and women and girls still face barriers to achieving equality.

Just as the world was psychologically adjusting to treating global warming and its likely and actual impacts and wondering how to manage this, the pandemic Covid-19 forced countries into lock-downs which, at the time of writing, have a very uncertain outcome, but which should require us all to demand a very different way of living in which social (including gender) justice and environmental care are central. The UN is concerned that any gains which have been made towards gender equality since the Beijing Platform for Action, are potentially under threat and that the impacts of Covid-19 are exacerbating women's and girl's vulnerable situations (UN, 2020). While this UN report does not identify environment as a specific field, the areas it does focus on – gendered violence, economy, health, unpaid care, and human rights – all contribute to the relationship between gender and the environment. It is important to note that the global gender gap is still marked, and while some improvements have been made, these are precarious and volatile. The Gender Inequality Index reports that gender inequality has dropped from a world average of 0.547 in 1995 to 0.439 in 2018, but this disguises increases in gender inequality in some countries

(Chad, Papua New Guinea, Uzbekistan and Yemen) and flat lining in others (Sao Tome and Principe and South Africa) (UNDP, 2019).

Before turning to the specific areas I have chosen to assess, I examine the progress and limitations of a key outcome of the Platform: gender mainstreaming.

GENDER MAINSTREAMING

Gender mainstreaming is arguably one of the most memorable outcomes of the 4th United Nations World Conference on Women, and it has informed many environmental programmes. A number of UN and some other international programmes with environmental mandates (such as C40Cities) have adopted gender mainstreaming, but with differing degrees of enthusiasm by individual member states. The OECD notes that member states do not routinely undertake gender impact assessment, nor do they consistently collect gender disaggregated environment data (13 and 7 countries respectively, out of 36; OECD, 2020).

The nature of the institutions adopting gender mainstreaming influences their motivations with, for example, international development banks noting better financial returns when gender mainstreaming is applied (World Bank, 2019). Such adoptions appear to be highly instrumental to furthering neoliberal policies which are inherently unequal, while elsewhere the motivation to adopt gender mainstreaming may be more mixed. Here, gender mainstreaming can be seen to have a dual role which, if effectively implemented, requires that women should have equal rights to men (for example, to participate in careers and in civic engagement), and that operational benefits accrue to organisations which strive to achieve gender balance in decision making. Grosser and Moon have argued that gender mainstreaming benefits the corporate social responsibility agenda, "simultaneously good for both business and wider society" (Walby, 2005, p. 457).

Mieke Verloo was positive about the aims of gender mainstreaming to prioritize the lives and experiences of individuals; in its potential to lead to better government, to involve women as well as men; in acknowledging the diversity amongst men and women; and to make gender equality issues visible "in the mainstream of society" (1999, p. 8). However, as a

tool, gender mainstreaming is likely to reflect the values which underpin the organisation implementing it. The EU has been observed to strategically frame the concept of gender mainstreaming within a discourse of competitiveness and employment policies (Vida, 2017) and this may have contributed to criticisms of the EU's use of gender mainstreaming, including its reliance on 'soft' strategies such as training, for implementing gender sensitivity. Moreover, those expected to implement and 'police' gender mainstreaming are not always well equipped to do so (Lombardo & Mergaert, 2013; Mergaert & Lombardo, 2014). Verloo has also been sceptical that sufficient expertise existed amongst professionals to challenge prevailing discourses, and to align the necessary interests from those "at the top" with those "down under" (1999, p. 8). While Verloo's conclusion is now 20 years old, similar observations continue to be registered, despite the substantial body of expertise provided by feminists, consultants and trainers, which informs development policy and practice (Prugl, 2013). Minto and Mergaert (2018) remain unconvinced that gender mainstreaming is institutionally embedded within the EU, observing a lack of resources for comprehensive gender mainstreaming training and a lack of gender mainstreaming in evaluation at an institutional level. These technical difficulties associated with gender mainstreaming are compounded by ideological difficulties.

As global institutions have utilised 'gender mainstreaming' and employed higher numbers of women, a liberal version of feminism – individualised and femocratic – appears to have been co-opted as, in Nancy Fraser's words, capitalism's 'handmaidens' (2013). Her concept of 'misframing' illustrates how structural gender differences are diluted into differences in cultural gender identities. Penny Griffin examines 'the promotion of co-opted, governance-friendly, 'feminist knowledge'' which can be applied to international political as well as economic activity. She specifically refers to how a 'crisis governance feminism' is 'a form of feminist strategy friendly to existing neo-liberal governance and supportive of the resuscitation of neo-liberal global finance' (Griffin, 2015, p. 51). In the development context, Bernadette Resurreccion and Rebecca Elmhirst note how gender mainstreaming is 'streamed away' as it is framed 'through a neoliberal discourse with a vocabulary of effectiveness, efficiency, impact assessment and 'smart' economics [which] diminishes any power to address feminist

agendas' (Resurreccion & Elmhirst, 2020, forthcoming). They explore the tensions that gender experts face as they seek transformative social change while the technical-environmental contexts in which they work demand easy solutions and technical fixes. Nowhere is this more apparent than in the need to address climate change both at the global scale and in local and sectoral organisations, where the transformative potential of feminism offers at least the possibility to make real and lasting change.

That gender mainstreaming has not been transformative is found in the persistence of gender inequality, and the disproportionate impact on women of the global financial crisis (Griffin, 2015), and more recently the Covid-19 pandemic (EIGE, 2020; UN, 2020). Griffin quotes Otto as arguing that 'crises everywhere are a particularly dangerous time for feminism, and indeed for all progressive ways of thinking' (Griffin, 2015, p. 58).

Griffin characterises a form of influential international decision-making through groupings of individual states (G7, G20), supra-national bureaucracies (European Union), intergovernmental organisations (World Bank and IMF), and UN agencies as 'neo-liberal global governance' (Griffin, 2015, p. 53). She particularly focuses on recent global financial crises, and the international financial sector which, for centuries has been 'dominated not just by men but by dominant models of behaviour that have concentrated historical privilege in the hands of white men (Griffin, 2015, p. 55). The persistence of such 'masculine subjectivities' encouraged Virginia Held to cite Carol Gilligan's argument that women who 'advance occupationally learn to think like men' (Held, 2006, p. 27), implying the existence of a dominant masculinity in occupational structures. A similar observation has also been made by Magnusdottir & Kronsell (2015) in their research into climate change planning policy making in Swedish municipalities. They observed that numerical balance between women and men in this policy area did not appear to make a difference, and proposed that this may be because women policy makers had been trained in the same masculinised structures as their male colleagues. Beth Bee's analysis of REDD+ in Mexico illustrates how the appointment of urban senior professional women to the national programme ENAREDD+ has done little to promote the needs and interests of rural women who do not own land. She also reports that women are appointed as legal representatives in order to score the points now needed for successful forestry applications, but that

while they can participate as agents of change they can just as likely be included instrumentally, as signers of forms under the guidance of male figures of authority (Bee, 2017). Bee's work shows clearly how an emphasis on numerical parity does not, in itself, secure social equality. The EU refers to descriptive and substantive equal representation, which recognises that while equal numbers are important to achieve a critical mass to provide a decision making environment in which both women and men have the confidence to make effective interventions that are respectfully received, it is not in itself sufficient (EIGE, 2015). This is worth bearing in mind as we consider the success or otherwise of selected examples of how gender and environment have been integrated.

GENDER MAINSTREAMING THE ENVIRONMENT IN THE EUROPEAN UNION

The European Union. Comprehensive gender mainstreaming legislation was enacted in the EU in 1996. The European Institute of Gender Equality (EIGE) oversees issues pertaining to gender across the EU. This includes providing resources and training on gender mainstreaming and otherwise achieving gender equality. EIGE's assessment of progress, or otherwise, on gender and environment in its fifth review of the implementation of the Beijing Platform for Action is damning; reporting that 'gender mainstreaming is strikingly weak within the EU's environmental policies'. (EIGE, 2020a, p. 18)

In EIGE's review of the Platform it is found that

> Currently, women remain under-represented in environmental policymaking, planning and implementation' (European Parliament, 2017d). Women are also substantially under-represented in key sectors such as energy; transport; water and waste; and agriculture, forestry and fishery. The low level of gender diversity in the energy sector is considered to affect innovation and restrict efforts to address climate change (Vaughan, 2018). (EIGE, 2020b, p. 128)

Not only are women under-represented in environmental decision making, but environmental policy areas are found to lack gender sensitivity or any kind of gender perspective. (EIGE, 2020b). The EIGE report notes that

EU climate change policy remains largely gender blind, citing the environmental action programme, EU energy policy, 2015 Energy Union strategy and 2016 clean energy for all Europeans policy framework. This is also true for the EU's European Green Deal designed to 'reset the Commission's commitment to tackling climate and environmental-related challenges'. The document, which exceeds 13,500 words, does not mention gender or women once (EC, 2019). So while there is some progress noted in the use of gender impact assessments on environmental policies, and a requirement for gender awareness in Horizon 2020 research and innovations projects (although as this author knows from working on one, the expertise in evaluating this is lacking), overall the EU has a long way to go to embed gender equality across its environmental work. As the consideration of gender mainstreaming waste reduction initiatives in European municipalities will later show, there are regional variations. For example, EIGE reports that gendered perspectives in national energy and climate plans are more advanced in Finland and Spain.

These under-representations are not, however, reflected in the delegates to the UNFCCC of EU member states. As the section below documents, the UNFCCC requires signatory states to increase the proportion of women in their delegates to the Convention, and EU member states have achieved this, on average. But the gender balance of delegates does not reflect the EU proportion of women government ministers dealing with environment climate change, energy and transport, which in 2018 was only a fifth (21.6 %), compared with 30.2 % of all ministers (EIGE, 2020a).

The poor representation of women in government departments responsible for environmentally related portfolios, and in the associated industries, is likely to contribute to the 'largely fragmented' integration of a gender perspective in EU environmental policy. This fragmentation has led to EU commitments on gender equality in climate change and other environmental legislation failing to be concretised into actions (EIGE, 2020a).

This apparent dissonance between gender balanced delegations and propensity to enact gender sensitive climate change policy, or to have national gender balanced climate change decision making in signatory states, is important to bear in mind when exploring the gender actions in international climate change policy.

Gender mainstreaming in municipalities – the case of waste reduction. Waste management is a highly male-dominated and masculinist profession, as evident from Table 1. From 2016 to 2019 the *Urban Waste* Innovation project funded by the European Commission under Horizon2020 sought to gender mainstream (as part of a wider project on tourist cities) the setting up, development and evaluation of waste reduction initiatives in 11 pilot cities of various sizes and characterised by different kinds of natural contexts, in 8 countries across the EU[4].

To start with, it was virtually impossible to establish baseline gender data. As suggested by the OECD above, and despite the EU requirements of gender mainstreaming, gendered employment data at sector level is still not comprehensive (if available at all), and there is no cross-EU comparison of gendered employment in waste management. The OECD data is only available for 5 of *Urban Waste's* 8 case study countries, and it does not break down jobs by seniority, although from data elsewhere it is probably safe to assume that senior decision making and technical jobs are more likely to be held by men (see also Buckingham et al, 2005; EY, 2016), just as they are across science and research-related jobs (European Commission, 2019), and in the energy sector (Catalyst, 2018; IRENA, 2019).

Table 1 – Employment by gender in water supply, sewerage, waste management & remediation activities, 2017

COUNTRY	MALE (%)	FEMALE (%)
Denmark	96,000 (72.2%)	37,000 (27.8%)
Greece	212,000 (77.4%)	62,000 (22,6%)
Italy	2,015,000 (87.5%)	287,000 (12.5%)
Portugal	286,000 (78.4%)	79,000 (21.6%)
Spain	1,128,000 (84.2%)	244,000 (17.8%)

Source: OECD, 2017

4 The pilots comprised: Cyprus (Nicosia); Denmark (Copenhagen); Dubrovnik (Croatia); France (Nice); Italy (Florence and Siracusa); Kavala (Greece); Portugal (Lisbon and Ponta Delgada); Spain (Santander and Tenerife).

The EU's own Eco-Management and Audit Scheme (EMAS) for the environment (which includes waste management) makes no reference to gender (Dri et al., 2018), although studies and reports, including those from the sector itself, have stated the importance of a gender sensitive perspective (Charrington, 2017; EY 2016).

The 8 countries which participated in the *Urban Waste* project had different profiles of women in paid work, and experience of overall gender equality. Discussion of the project's findings on gender suggests that these experiences may have had a material impact on their enthusiasm to acknowledge and address gender inequality. It was apparent that the level of knowledge about gender amongst most project participants was low, and there were many misconceptions (including over-estimations) about the extent of gender equality in participants' own countries and organisations. In some cases there was initial indifference. Using the outcomes of the baseline data collected, we identified that cities fell into one of the following: (i) already or almost immediately gender aware, which to a large extent informed processes and outcomes; (ii) developed gender awareness which impacted positively on the process; (iii) developed a modest gender awareness but with limited or no impact on the process; (iv) insistently gender denying, with no impact on outcomes.

From the outset, gender mainstreaming was signalled as a key dimension of the project which all partners were expected to incorporate. Indeed, it was a feature of the initial proposal and commended by the European Commission representative assigned to the project, aware of a lack of gender expertise in the Innovations programme (EC, pers comm). Recognising the low level of gender awareness and gender expertise amongst most participants, training was provided early on to build gender-awareness. The Danish partner provided input into this as Copenhagen's degree of gender awareness was significantly higher than other partners. This session was followed by other training events, including three gender webinars, which focused on gender sensitive communication, budgeting and reporting.

The evidence from this project is material to the discussion here as it signals that, almost 25 years after the EU enacted gender mainstreaming legislation subsequent to the Platform, awareness of this is by no means ubiquitous. After a sustained period of 3 years of training and

collaboration, the uptake was patchy, with results which varied between enthusiasm and resistance, as categorised above. It was, however, noticeable that there was some (though not complete) correspondence between offices which enthusiastically worked towards gender equality in the project and which achieved the greatest greenhouse gas emission reductions (Buckingham, 2020).

INTERNATIONAL INSTRUMENTS

UN Framework Convention on Climate Change. It is notable that international climate change legislation was very slow to address gender equality in both impact and representation, despite the agreed Platform for Action on Women, and UNCED. Even though Agenda 21 had identified women as a major stakeholder group, it was almost the last of these to be included in UNFCCC considerations – receiving full constituency status in 2011, but only after considerable lobbying by a network of women's organisations (Morrow, 2017). The inclusion of gender had been preceded by every other major stakeholder group except farmers and agriculture NGOs, with, for example, indigenous peoples being recognised in 2001 and young people in 2009 (Morrow, 2017).

In 2014 the annual Conference of the Parties (COP) established the first Lima work programme on gender[5] (LWPG) to advance gender balance and integrate gender considerations into the work of Parties and the secretariat in implementing the Convention and the Paris Agreement. It was hoped that this would lead to a more gender responsive climate policy and action. COP 22 in 2016 decided on a three-year extension of the LWPG and this was duly reviewed in 2019[6]. The first gender action plan (GAP) was established at COP 23. It is interesting to note that these actions have been put into place at a time when the UNFCCC was led by Christiana Figueras as Executive Secretary (2010-2016) who is not only a woman, but is avowedly feminist and expressed her commitment to address continuing gender inequality in the climate change regime

5 Decision 18/CP.20.

6 Decision 21/CP.22.

(Morrow, 2017). In an interview after her term ended, Figueras reflected on her management style which embraced collective leadership, deep listening and the importance of recognising the influence of masculinities and femininities (Figueras, 2018).

At COP 25 Parties agreed a 5-year enhanced Lima work programme on gender and its gender action plan[7], with priority given to:

> a) Capacity Building, Knowledge Management and Communication;
> b) Gender balance, participation and women's leadership;
> c) Coherence;
> d) Gender response implementation and means of implementation;
> e) Monitoring and reporting.
> (UNFCCC, 2019a, p. 4)

An annual gender composition report is required and a review of the various bodies which have consistently featured in every year reveals a volatile picture in which only one body – the Adaptation Committee – has shown a steady increase in its percentage of women members and which now has a majority (56%) of women members (see Table 2). Five other bodies have increased their percentage of women members between 2013 and 2019, but not consistently over the 7 years of recording. Four have recorded a decrease in the proportion of women, but also with a degree of volatility over time. One ended up with the same proportion of women as it started with. The COP in 2018 recorded the highest increase in the proportion of women overall, but this has not been uniformly sustained. Table 2 demonstrates the need to look at the data over time as annual changes can be deceptive. Indeed, the draft decision on the Gender and Climate Change proposal in 2019 highlights 'the persistent lack of progress in and the urgent need for improving the representation of women in Party delegations and constituted bodies' (UNFCCC, 2019a, p. 2).

7 Decision 3/CP.25.

Table 2 – Gender composition of constituted bodies established under the Convention, the Kyoto Protocol and the Paris Agreement

Body	% F 2019	Change in % 2018-19	Change in % 2017-18	Change in % 2016-17	Change in % 2015-2016	Change in % 2014-2015	Change in % 2013-2014	% F 2013
Adaptation Committee	56	+6	+6	+4	+15	0	+5	20
Adaptation Fund Board	27	-6	+12	-6	-3	-3	0	31
CC Enforcement Branch	20	-2	+12	0	0	0	-10	20
CC Facilitative Branch	30	+8	-22	0	0	0	+29	11
CDM Exec Board	10	0	0	0	0	-10	0	20
Consultative Group of Experts	33	-15	+10	-14	+19	-10	-9	52
CTCN AB	38	0	+25	-12.5	+19	-7	0	13
Joint Implementation Supervisory Committee	38	-2	+10	-10	0	0	0	40
LDC Advisory Group	39	0	+24	0	0	0	0	15
Standing Committee on Finance	32	-8	+15	-7	-3	0	+10	25
Technology Executive Committee	30	+1	+5	0	+10	-10	+4	11

Sources: UNFCCC Conference of the Parties 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019b.

Table 3 shows a fairly static picture as regards the proportion of women delegates to the Conference of the Parties, as well as the proportion of women heads of delegations.

Table 3 – Conferences of the Parties Delegates

	COP24	COP23	COP22	COP21	COP20	COP19
% Women Delegates	38	37	32	32	36	36
% Women Heads of Delegation	27	24	27	20	26	nd

Sources: UNFCCC Conference of the Parties 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019b.

Kate Wilkinson Cross argues that the UNFCCC has adopted a rather superficial approach to introducing a concern with gender. It is top-down and arguably instrumental and, as Wilkinson Cross also states, it has not engaged with the 'transformative potential of the participation of women' (Wilkinson-Cross, 2018, p. 51). She contrasts this with the more inclusive and participatory approach of the UN Convention to Combat Desertification (UNCCD). The Gender Plan of Action of the UNCCD, argues Wilkinson Cross, has a more transformative approach towards 'gender recognition and gender mainstreaming' starting, as it does, from a recognition of the structural barriers facing women (Wilkinson-Cross, 2018, p. 28-29). In 2017, Karen Morrow noted the minimal progress made in increasing parity between men and women in UNFCCC constituent bodies, and wondered whether this was merely slow progress, or a false dawn (Morrow, 2017). As noted above, while 2018 seems to have been a year in which more marked progress was made towards gender balance, this has not been sustained, and in some cases, as Table 2 demonstrates, it has regressed.

While international organisations agree frameworks for gender equality, they are only effective when adopted by signatories to the agreement. Adopting measures is one necessary step, but unless these are acted upon at the national level they remain aspirational. NGOs are beginning to challenge national decisions in the courts on the basis of international instruments. With regard to gender, a group of senior women – *KlimaSeniorinnen Schweiz*

– brought a case against four government authorities in Switzerland claiming that their health, specifically as older women, was negatively impacted by the Swiss governments' failure to reduce greenhouse gas emissions and to comply with the Paris Agreement on Climate Change (Bahr et al, 2018). Although they ultimately lost their appeal against a negative judgement, there is hope that cases like this might become more successful in future, particularly since the UK Government's plan to allow the building of a third runway at London's Heathrow Airport was successfully challenged on the basis that it undermines the UK's commitment to the Paris Climate Change Agreement (Carrington, 2020).

UN Decade of Ocean Science for Sustainable Development. Sustainable Development Goal 14 on Life Below Water makes no reference to gender equality or women's empowerment, or to SDG5, and this may be one contributor to the lack of attention to gender issues across international ocean instruments. Ten years later than the UNFCCC recognised gender as a particular constituency, and gender equality as a desideratum, this is now being adopted by the UN Decade of Ocean Science for Sustainable Development due to begin in January 2021 (sponsored by IOC-UNESCO). The draft Implementation Plan of the Decade states a desire to recognise gender diversity for ocean science to be transformative and gender balance is said to be a cross-cutting theme across all sectors. At the time of writing, however, gender considerations are concentrated in the area of capacity development. UNESCO has made gender one of its two main priorities since 2008, and while the IOC (Intergovernmental Oceanographic Commission) is aligned with UNESCO, its stated commitment to gender equality and women's empowerment is not evident in a number of its programmes. A research programme, the results of which aim to contribute to gender equality and women's empowerment in ocean science and governance, is currently mapping the state of gender awareness throughout global institutions with an oceans remit and finds that sex disaggregated data are rarely available, and that a commitment to gender equality is not well embedded throughout institutions. Equally, the draft text of the new Agreement on Marine Biodiversity Beyond National Jurisdiction (BBNJ Agreement), which is being negotiated at the UN under the Law of the Sea Convention, fails to present gender equality and the empowerment of women scientists as

goals in their own right or as central to capacity building. Nevertheless, Long (2020) suggests that there may be scope for the negotiators to include additional gender equality provisions into the draft Agreement before the intergovernmental conference concludes in 2021.

A frequently cited, but unreliable, figure of women constituting 38% of ocean scientists, drawn from dubious sources, is repeatedly used within international marine organisations to justify their performance regarding gender sensitive employment. However, the Global Ocean Science report notes few women in senior professional or management professions.

Cleopatra Doumbia-Henry cites the Maritime Labour Convention (2006) as taking some early steps to eliminate harassment and bullying at sea, including providing separate sleeping quarters and sanitary provisions for women and men seafarers and promoting gender neutral terminology, but she argues that women's career opportunities need expanding, including maternity protection. It is notable that of women employed in maritime jobs, 94% are employed in the cruise industry, and those are primarily in catering and cleaning jobs (Doumbia-Henry, 2019). Barriers to female scientists working at sea have also been found by a European Union Horizon2020 funded project *Baltic Gender.*

Baltic Gender was devised to explore the barriers to women's participation in marine research, and their promotion to senior posts. As the project comes to a close, recommendations to change this culture are being put forward through the development of teaching and research guides for research and higher education institutions conducting marine research. One of the findings is the unequal and gendered division of care whereby women with prime caring responsibilities are less able to work at sea, or overseas, and that this hampers career progression (Baltic Gender, 2020). And while some positive changes have occurred in the 8 participating institutions around the Baltic Sea, this has taken four years of a dedicated gender mainstreaming programme and a network of staff paid to administer this. In reporting some of the outcomes of *Baltic Gender,* the European Commission observes a continuing gender pay gap in the sector, and few women in leadership and technical roles (EC, 2020).

CONCLUSIONS

This paper opened with three questions based on the Platform's strategic objectives. Whether women are now actively involved in environmental decision making at all levels; whether gender concerns and perspectives are integrated into policies and programmes for sustainable development; and, if these two objectives have been achieved, is this leading to sustainable development being less elusive?

Based on the examples provided here, the conclusion has to be that progress in achieving the Beijing Platform for Action is very limited, and even where this has been noted, it cannot be assumed to be secure, as concerns about the Covid-19 pandemic have drawn attention to.

Several responses to the Platform's requirement for gender mainstreaming can be noted. The first is that it is effectively ignored. This can be seen to have been the case with the International Law of the Sea and with international climate change legislation until 2011. Other institutions have adopted some aspects of gender but not all. Following Lombardo and Mergaert's analysis, in some municipalities governing waste management there can be seen to be active resistance. The second response is to accept a modicum of action towards gender equality, but without aiming for significant change. Again this was evident from work with some municipalities, some maritime organisations, and arguably this is the case with the UNFCCC's requirement for constituent bodies and delegations to be gender balanced. A third response is enthusiasm for greater gender equality as it enables organisations to achieve other goals of, for example, operational efficiency or sustainable development. This is, as Nancy Fraser, and Penny Griffin both describe, the co-option of feminism or gender mainstreaming into the broader neoliberal project. Arguably this underlies many of the international instruments as they are currently applied, and it also helps to justify gender sensitive measures at the municipal level. Finally, a transformative approach, as Resurreccion and Elmhirst suggest is possible in the development context, is furthest from being adopted. Little evidence for this has been found in the published and empirical data used for this paper. While IOC-UNESCO mentions gender equality as one of the ways in which a transformative approach can be developed towards ocean science for sustainable development, there is currently nothing further than a

single statement that shows how this can be possible. Perhaps the greatest potential for international instruments to be transformative is how, once they are agreed, they can be used to hold national governments to account.

As review data from EIGE and OECD showed for the countries most able to make a real difference in gender equality, there is a lack of data, and a lack of progress. The empirical and published data reviewed here also shows a marked lack of vertical and horizontal coherence whereby successful gender initiatives in the environmental field do not necessarily translate through different layers of governance, nor from one instrument to another. Gender mainstreaming initiatives seem to have to be continuously reinvented to overcome institutional, and individual, lacunae in knowledge and interest.

Overall, this review finds little evidence that, 25 years since the determination to achieve gender equality in environmental decision making, women are now actively involved in this at all levels, nor that gender concerns and perspectives are integrated into policies and programmes for sustainable development. However, at the local level, some evidence has been found for greater gender equality to be coexistent with greater sustainability – as others have found at the state level (Ergas and York, 2012). While this cannot be said to be definitive, it is not a reason to stop trying. It is, after all, notable that the efforts to create a transformative 'Green New Deal' to respond to the various environmental emergencies facing humanity are being championed, above all, by women from Caroline Lucas (UK, MP) Alexandria Ocasio Cortez (US Congresswoman) and Jacinda Ardern (New Zealand Prime Minister) to Greta Thunberg, not to mention the multitudes of women who form the core of many environmental movements worldwide.

REFERENCES LIST

Bahr, C.C., Brunner, U., Casper, K., & Lusting, S.H. (2018). KlimaSeniorinnen: Lessons from the Swiss senior women's case for future climate litigation. *Journal of Human Rights and the Environment, 9* (2), 194-221.

Baltic Gender. (2020). https://www.baltic-gender.eu/outcomes (Accessed 08.05.2020).

Bee, B. (2017). Safeguarding gender in REDD+: Reflecting on Mexico's institutional (in) capacities. In S. Buckingham & V. Le Masson (Eds), *Understanding climate change through gender relations* (pp. 190-204). London: Routledge.

Buckingham, S., Perello, M., & Lopez, J. (2020, forthcoming). Gender mainstreaming urban waste reduction in European cities. *Journal of Environmental Planning and Management* https://doi.org/10.1080/09640568.2020.1781601 .

Buckingham, S., Reeves, D., & Batchelor, A. (2005) Wasting women: The environmental justice of including women in municipal waste management. *Local Environment*, *10*(4), 427-444.

Carrington, D. (2020, 27 February). Heathrow third runway ruled illegal over climate change. *The Guardian* https://www.theguardian.com/environment/2020/feb/27/heathrow-third-runway-ruled-illegal-over-climate-change (Accessed 07.05.2020).

Catalyst. (2018, 5 February). *Quick take: Women in male-dominated industries and occupations*. https://www.catalyst.org/research/women-in-male-dominated--industries-and-occupations/ (Accessed 1.5.2019).

Charrington, J. (2017). Inspiring women: Improving gender equality in waste. *Chartered Institute for Waste Management – Journal on line* https://ciwm-journal.co.uk/inspiring-woman-improving-gender-equality-in-waste/ (Accessed 1.5.2019).

Doumbia-Henry, C. (2019). Foreword for JOMA december 2019 – empowering women in the maritime community: The way ahead. *WMU Journal of Maritime Affairs*, *18*, 521-524.

Dri M., Canfora P., Antonopoulos I. S., & Gaudillat P. (2018). *Best environmental management practice for the waste management sector*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. doi:10.2760/50247, JRC111059 .

EIGE (European Institute for Gender Equality). (2015). *Gender Equality in Power and Decision Making*. Luxembourg: European Union.

EIGE (European Institute for Gender Equality). (2020a). *Beijing+25: The fifth review of the implementation of the Beijing Platform for Action in the EU Member States. Area K – Women and the environment: Climate change is gendered*. Lithuania: EIGE.

EIGE (European Institute for Gender Equality). (2020b). *Beijing+25: the fifth review of the implementation of the Beijing Platform for Action in the EU Member States*. Lithuania: EIGE. https://eige.europa.eu/publications/beijing-25-fifth-review-implementation-beijing-platform-action-eu-member-states (Accessed 16.04.2020).

EIGE (European Institute for Gender Equality). (2020c). *Gender Statistics Database*. (https://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/indicator/wmidm_env_nat__wmid_env_nat_envmin/ bar and https://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/indicator/wmidm_pol_gov__wmid_natgov_minis/bar). (Accessed, 5.5.2020).

Ergas, C., & York, R. (2012). Women's status and carbon dioxide emissions: A quantitative cross-national analysis. *Social Science Research, 41*, 965-76.

European Commission. (2019). *European green deal*. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?qid=1588580774040&uri=CELEX:52019DC0640 (Accessed 01.05.2020).

European Commission. (2020). *Shattering the glass ceiling in marine science.* https://ec.europa.eu/research/infocentre/article_en.cfm?artid=52005. (Accessed 08.05.2020).

EY. (2016). *Women in power and utilities index 2016*. https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/EY-women-in-power-and-utilities-index-2015/$FILE/EY-women--in-power-and-utilities-index-2015.pdf (Accessed 28.05.2018).

Figueras, C. (2018). The power of stubborn optimism. *Why women will save the planet*: *Friends of the earth and C40 cities*, (2ed.), 5-11. London: Zed Books.

Fraser, N. (2013). *Fortunes of feminism: From state managed capitalism to neoliberal crisis*. London: Verso.

Griffin, P. (2015). Crisis, austerity and gendered governance. *Feminist Review*, *109*, 50-72.

Held, V. (2006). *The ethics of care: Personal, political and global*. Oxford: Oxford University Press.

IRENA (International Renewable Energy Agency) (2019). *Renewable energy: A gender perspective*. IRENA: Abu Dhabi.

Lombardo, E & Mergaert, L. (2013). Gender mainstreaming and resistance to gemder training: A framework for studying implementation. *NORA – Nordic Journal of Feminist and Gender Research, 21*(4), 296-311.

Long, R. (2020). Beholding the emerging biodiversity agreement through a looking glass and what capacity-building and gender equality norms should be found there. In M. Nordquist & R. Long (Eds), *Biodiversity beyond national jurisdiction: Intractable challenges & potential solutions*. Boston/Leiden: Brill/Nijhoff.

Magnusdottir, G., & Kronsell, A. (2015). The (in)visibility of gender in Scandinavian climate policy-making. *International Feminist Journal of Politics, 17* (2), 308-26.

Mergaert, L., & Lombardo, E. (2014). Resistance to implementing gender mainstreaming in EU research policy. In E. Weiner & H. MacRae (Eds), *The persistent invisibility of gender in EU policy*: *European integration online papers* (EIoP), Special issue 1, *18*, Article 5, 1-21. http://eiop.or.at/eiop/texte/2014-005a.htm .

Minto R., & Mergaert, L. (2018). Gender mainstreaming and evaluation in the EU: Comparative perspectives from feminist institutionalism. *International Feminist Journal of Politics, 20* (2), 204-220 doi.org/10.1080/14616742.2018.1440181 .

Morrow, K. (2017). Integrating gender issues into the global climate regime. In S. Buckingham & V. Le Masson (Eds), *Understanding climate change through gender relations* (pp. 31-44). London: Routledge.

OECD. (2020) *Gender and environmental statistics: Exploring available data and developing new evidence*. https://www.oecd.org/environment/brochure-gender-and--environmental-statistics.pdf (Accessed 07.05.2020).

Prügl, E. (2013). Gender expertise as feminist strategy. In C. Gülay, E. Prügl, & S. Zwingel (Eds.), *Feminist strategies in international governance* (pp. 57-73). New York: Routledge.

Resurreccion, B., & Elmhirst, R. (2020/forthcoming). Introduction: Troubling gender expertise in environment. In B. Resurreccion & R. Elmhirst (Eds.), *Troubling gender expertise in environment in development: Voices from feminist political ecology*. London: Routledge.

Ritchie, H., & Roser, M. (2019). *CO2 and greenhouse gas emissions* https://ourworldindata.org/co2-and-other-greenhouse-gas-emissions#how-have-global-co2-emissions--changed-over-time (Accessed 28.04.2020).

UNDP. (2019). *Gender inequality index*. http://hdr.undp.org/en/content/gender-inequality-index-gii (Accessed 25.04.2020).

UNESCO. (2017). *Global ocean science report*. Paris: UNESCO.

United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC. (2013). *Report on gender composition by the secretariat conference of the parties nineteenth session Warsaw*, 11–22 November. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2013/cop19/eng/04.pdf (Accessed 01.05.2020).

United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC. (2014). *Report on gender composition by the secretariat conference of the parties twentieth session Lima*, 1–12 December. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2014/cop20/eng/07.pdf (Accessed 01.05.2020).

United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC. (2015). *Report on gender composition by the secretariat conference of the parties twenty-first session Paris*, 30 November to 11 December. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2015/cop21/eng/06.pdf (Accessed 01.05.2020).

United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC. (2016). *Gender composition report by the secretariat conference of the parties twenty-second session Marrakech*, 7–18 November. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2016/cop22/eng/04.pdf (Accessed 01.05.2020).

United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC. (2017). *Gender composition report by the secretariat conference of the parties twenty-third session Bonn, 6–17 November*. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/docs/2017/cop23/eng/06.pdf (Accessed 01.05.2020).

United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC. (2018). *Gender composition report by the secretariat conference of the parties twenty-fourth session Katowice, 2–14 December*. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/03e.pdf (Accessed 01.05.2020).

United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). (2019a). *Gender and climate change draft decision -/CP.25 enhanced Lima work programme on gender and its gender action plan.* Madrid: UNFCCC https://unfccc.int/topics/gender/workstreams/the-enhanced-lima-work-programme-on-gender#eq-2 (Accessed 01.05.2020).

United Nations Framework Convention on Climate Change UNFCCC. (2019b). *Gender composition report by the secretariat conference of the parties twenty-fifth session Santiago, 2–13 December*. https://unfccc.int/sites/default/files/resource/CP2019_09E.pdf (Accessed 01.05.2020).

United Nations. (1992). *Agenda 21.*

United Nations. (2019) *Sustainable development goals report* https://www.un.org/sustainabledevelopment/progress-report/ (Accessed 01.05.2020).

United Nations. (2020) *The impact of COVID19 on women: Policy brief* https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en.pdf?la=en&vs=1406 (Accessed 01.05.2020).

Verloo, M. (1999). On the conceptual and theoretical roots of gender mainstreaming. *The Interface between public policy and gender equality, Seminar 1.* Sheffield Hallam University: Centre for Regional Economic and Social Research.

Vida, B. (2017). *Failure of gender mainstreaming: Renegotiating gender equality norms in horizon 2020* (Master's thesis). Central European University, Budapest, Hungary.

Walby, S. (2005). Introduction: Comparative gender mainstreaming in a global era. *International Feminist Journal of Politics, 7* (4), 453-70.

Wilkinson Cross, K. (2018). Comparing the transformative potentials of the FCCC and the CCD: An ecofeminist exploration. *The Denning Law Journal, 30*, 5-54.

World Bank. (2019). *World Bank highlights importance of investing in women through agriculture.* https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2019/03/08/world-bank-bond-highlights-importance-of-investing-in-women-through--agriculture (Accessed 08.05.2020).

World Meteorological Organisation. (2019). *WMO Statement on the State of the Global Climate in 2019*. https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=10211 (Accessed 08.06.2020).

Recepção: 11/05/2020
Aceite para publicação: 10/06/2020

Estado da Questão

* Doutoranda em Estudos de Género
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
anaribeirodasilva.mail@gmail.com
Logo criado por Curly design & illustrations.

Associação Mulheres Sem Fronteiras

ANA RIBEIRO *

A criação da Associação Mulheres Sem Fronteiras (AMUSEF), em 2016, nasce do encontro de vontades de duas amigas determinadas a contribuir para a construção de um mundo livre de todas as formas de discriminação e de violência, no qual meninas, raparigas e mulheres vivam em pleno os seus direitos. Para conhecer o modo como esta aspiração se vai concretizando, conversámos com as fundadoras, Alexandra Alves Luís e Christine Auer.

A decisão de criar uma nova associação foi tomada durante os trabalhos de organização da primeira conferência sobre mulheres refugiadas[1], realizada em Lisboa, em 2016. Alexandra e Christine tinham já um percurso sólido de voluntariado e colaboração com várias associações, desenvolvendo iniciativas feministas e participando em projetos. Chegado o momento em que detetaram uma lacuna na resposta das associações existentes a problemas que identificavam a falta de recetividade para acolher as suas propostas de intervenção, decidiram criar a AMUSEF. Juntaram-se-lhes outras sete mulheres, diversas em idade, lugares de origem e de pertença, fenótipo,

DOI https://doi.org/10.34619/bhoz-3f32

1 "Conferência Internacional Mulheres Refugiadas em trânsito entre discriminações múltiplas", FCSH-UNL, 14 de outubro, 2016.

formação académica, estrutura familiar. Desde então, outras associadas, pessoas amigas, estagiárias portuguesas e estrangeiras, têm desenvolvido um vasto conjunto de ações para concretizar os vários objetivos refletidos nos estatutos da associação que, por sua vez, compreendem as áreas críticas de atuação definidas na *Plataforma de Ação de Pequim* para alcançar os direitos de mulheres e raparigas.

A AMUSEF é uma associação de mulheres que se dedica à promoção e defesa da igualdade dos direitos humanos de meninas, raparigas e mulheres, com especial preocupação por aquelas que se encontram em situação de discriminação e sujeitas a diferentes formas de violência apenas por serem mulheres, que se agrava quando se sobrepõem outras características como a pobreza, a diversidade funcional, a pertença a certa classe étnico-racial ou o facto de serem migrantes, entre outras circunstâncias que resultam na sua exclusão social. A associação não tem fins lucrativos, sendo independente sob o ponto de vista partidário, administrativo e confessional. Nasceu a 12 de junho, data de nascimento de Malala Yousafzai, jovem ativista paquistanesa laureada com o prémio Nobel da Paz, atribuição que simboliza internacionalmente a defesa dos direitos das raparigas. A data é simbólica, já que a associação estabeleceu o objetivo de velar pelos interesses de meninas e raparigas, ou seja, atender à condição da mulher ao longo do ciclo de vida.

Para melhor compreender a atividade da AMUSEF e suas especificidades, importa conhecer os problemas concretos da população feminina a que as fundadoras pretenderam dar resposta.

As principais beneficiárias da ação da AMUSEF são meninas, raparigas, jovens mulheres ou mulheres, incluindo aquelas com mais de 65 anos de idade, que residem na área metropolitana de Lisboa. São, na maioria, da comunidade cigana, imigrantes africanas, afrodescendentes, têm baixo nível de alfabetização e vivem em situação de pobreza. A condição de vulnerabilidade extrema em que se encontram explica-se ainda por circunstâncias várias, como integrarem famílias monoparentais femininas, viverem situações de gravidez na adolescência ou casamentos infantis ou precoces, encontrando-se a maioria em situação de desemprego.

A AMUSEF distingue-se de outras associações de mulheres em razão das temáticas trabalhadas, abordagem e especificidade social e contextual das beneficiárias dos projetos que realizam, como se ilustra:

- realiza trabalho de proximidade com meninas, raparigas e mulheres, na comunidade e em contexto escolar;
- envolve as mulheres das comunidades locais nos projetos desenvolvidos, de forma remunerada;
- efetua um acompanhamento continuado a raparigas excisadas, seja ele feito em contexto escolar ou comunitário, e ainda trabalha este tema com a comunidade escolar de forma alargada;
- recorre às artes nas suas atividades, com a colaboração de artistas plásticas, ilustradoras, coletivos(como o Teatro das Oprimidas), e utiliza suportes diversos como fotografia, cinema, *grafitti*, ilustração;
- pensa as mulheres, a cidade, a crise climática de forma agregada, valorizando a memória histórica das mulheres na cidade, através da dinamização de rotas feministas em Lisboa; pensa as implicações da mobilidade suave na vida das mulheres, promove aulas de bicicleta gratuitamente, desenvolve experiências de economia circular, fomenta o acesso das mulheres à cidade e à cultura.

Este conjunto de especificidades, meios usados e metodologias de atuação relativamente à população-alvo convive com a adoção de processos colaborativos e participados, realizando trabalho em rede, que privilegia.

Assim, a AMUSEF é membro efetivo da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), integra a Secção das Organizações Não Governamentais (ONG) e do Grupo Técnico-Científico do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e do seu Grupo Intersectorial contra a Mutilação Genital Feminina (MGF). É igualmente membro da Rede Regional pelo Trabalho em Rede contra a MGF, do Conselho Municipal para a Igualdade da Câmara Municipal de Lisboa, do Conselho Local de Ação Social da Moita e do Grupo Comunitário e de Segurança do Bairro Alfredo Bensaúde (Olivais, Lisboa). Colabora ainda na implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Moita "Um Só Mundo" e pertence à *European Network of Migrant Women*.

Tem estabelecido diversas parcerias, destacando-se a colaboração com: fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES Portugal), grupo de investigação Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher (FE), PpDM, Escola Secundária da Baixa da Banheira, Escola Secundária Braamcamp Freire (Odivelas), Agrupamento de Escolas das Piscinas-Olivais, Junta de Freguesia de Olivais, Câmara

Municipal da Moita, Associação dos Filhos e Amigos de Farim em Portugal (AFAFC), Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Arco Ribeirinho, coletivo Madalenas Lisboa, Associação Goela e a cooperativa Bicicultura.

A AMUSEF assume o compromisso de divulgação dos resultados dos projetos desenvolvidos através da apresentação de relatórios detalhados às entidades financiadoras, mas também de ações junto das comunidades beneficiadas, entidades parceiras e sociedade civil na forma de seminários, conferências, debates, publicações[2]. Trata-se de partilhar experiências e propostas de prevenção e intervenção, bem como de promover a discussão das temáticas focadas pela AMUSEF. Exemplificam-se algumas iniciativas:

- em parceria com a FES Portugal, FE, PpDM, o *workshop* "Boas Práticas no Acolhimento de Mulheres e Meninas Refugiadas", outubro, 2016;
- juntamente com a Associação Mulheres na Arquitectura (MA) e a Casa do Brasil de Lisboa, o debate com candidatas/os à Camara Municipal de Lisboa "Mulheres, Raparigas e a Cidade: O Direito ao Espaço Público em Lisboa", setembro, 2017;
- Conferência Internacional "Meninas e raparigas entre direitos e tradições: a excisão e outras práticas nefastas", outubro, 2017;
- Em parceria com a FES Portugal, o debate internacional "Vozes Refugiadas – Quebrando Barreiras", novembro, 2017;
- campanha nacional #DizNãoàExcisão contra a prática da Mutilação Genital Feminina, junho, 2018;
- participação na Conferência "Igualdade de Género e Mobilidade: Desafios e Oportunidades na Lusofonia", março, 2019;
- participação na organização do Congresso Internacional "Maria Teresa Horta e a Literatura Contemporânea: de *Espelho Inicial* (1960) a *Estranhezas* (2018)", maio, 2019;
- em parceria com a AFAFC e o apoio da Secretária para a Cidadania e Igualdade e da CIG, o "Encontro com Jaha Mapenzi Dukureh", setembro, 2019;
- primeira exposição "Mulheres que Ilustram", setembro, 2019;

2 Cf. artigo: Mulheres refugiadas em trânsito entre discriminações múltiplas: Uma síntese das vozes. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, junho, 2017, n.º 37, pp. 127-132. ISSN 0874-6885.

- em parceria com a FES Portugal, a Conferência internacional "'O meu feminismo é da Alemanha de Leste' – passado e presente dos feminismos 30 anos após a queda do Muro", outubro, 2019.

Além do reconhecimento recebido que se manifesta através da elevada participação nestas atividades, a AMUSEF tem sido premiada pela sua atividade. Destaca-se o prémio atribuído pela CIG ao projeto "Pelo Fim da Excisão, Faço (p)arte" (2.º lugar, terceira edição do Prémio Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro, 2018). Venceu, igualmente, a votação no âmbito do Orçamento Participativo de Lisboa 2018-2019, com a proposta de criação do "Monumento aos Movimentos Feministas na Cidade de Lisboa".

Outra forma de validação externa do seu trabalho é o facto de os projetos apresentados pela AMUSEF serem regularmente aprovados e financiados por diversas entidades, entre as quais a Câmara Municipal de Lisboa através do programa BipZip – Parcerias Locais, a CIG, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG) e o Instituto da Segurança Social (ISS), o que garante a continuidade e ampliação da capacidade de ação da associação, como ilustram alguns dos projetos do plano de ação 2020:

- "ODS 5 – Os direitos das Sobreviventes" – centrado na prevenção da mutilação genital feminina e no apoio às sobreviventes, inclui atividades em escolas na Grande Lisboa, dinamização de tertúlias a partir do filme "A Tua Voz"[3], produção de folhetos sobre direitos das sobreviventes e higiene íntima;
- "Bensaúde Vai à Escola" – visa despertar o interesse das crianças pela escola, reduzir o absentismo escolar, incentivar a frequência do 2.º Ciclo, contribuir para a redução da infoexclusão, despertar a consciência ambiental, sublinhar a importância da reciclagem e redução de resíduos no espaço público, com um olhar especial para a condição das meninas, raparigas e mulheres;
- "Oriente a Circular" – pretende fomentar a economia circular, promover a mobilidade suave na zona oriental da cidade, divulgar novas rotas e oferecer aulas de bicicleta para mulheres e crianças;

3 Filme realizado por Madalena Cardoso a partir de ideia original de Alexandra Alves Luís. Ganhou Menção Honrosa na 3.ª edição (2017) do "Prémio VIDArte – A arte contra a violência doméstica", da CIG.

- "Mulheres na diverCidade – Salvar o Planeta" e "Mulheres Ciganas Vidas que Inspiram" – em formato de livro infantojuvenil e intervenção nas ruas de Lisboa, estes projetos trabalham a memória histórica das mulheres.

Entretanto, um novo capítulo se acrescenta à cronografia da associação num momento singular da história humana em que, devido à pandemia da COVID-19, se observa mundialmente o confinamento social da população, que em Portugal registou forte incidência[4]. Trata-se de uma situação que afeta de forma diversa mulheres e homens e que agrava as desigualdades existentes na população feminina, como sublinhado por instâncias internacionais como a Organização das Nações Unidas[5] ou o *European Institute for Gender Equality* (EIGE)[6].

Neste inesperado contexto, a AMUSEF teve de responder a novas exigências e, ainda que algumas atividades tenham podido transitar para as redes sociais[7], houve que interromper a maioria dos projetos em curso, visto serem atividades presenciais, como ações em contexto de sala de aula, formação de docentes, aulas de bicicleta, realização de rotas na cidade. As estagiárias estrangeiras regressaram aos seus países de origem e os estágios nacionais foram interrompidos.

Por outro lado, foi necessário dar resolução imediata a novos problemas das comunidades onde a associação já atuava em relações de proximidade, como a distribuição de alimentos e medicamentos e a entrega de material escolar às crianças que não têm meios para acompanhar o novo modelo de aulas a distância, o que implicou ações de angariação de bens que tiveram o apoio da Missão Continente e da Associação Portuguesa de Agricultura Biológica (Agrobio). Outros problemas a resolver foram o acompanhamento de utentes a centros de saúde e a laboratórios de análises clínicas, além do apoio a doentes infetados com coronavírus. Para dar uma resposta mais direcionada às exigências desta crise, a associação concorreu a um novo

4 Dados relativos a março de 2020 indicam o limite de 80% de população nacional em situação de confinamento. Consultado em https://www.pse.pt/evolucao-confinamento-mobilidade/

5 Cf. https://www.un.org/en/un-coronavirus-communications-team/gender-equality-time-covid-19

6 Cf. https://eige.europa.eu/topics/health/covid-19-and-gender-equality

7 Oficinas ambientArte #FériasEmCasa – https://www.facebook.com/events/1067360923629582/; Laboratórios Criativos e de Experimentação ambientArte: https://www.facebook.com/events/1516365915207612/?event_time_id=1516365921874278; Percursos Caseiros Desenhados : https://www.facebook.com/events/2590898221167705/

projeto "Bensaúde + Perto", financiado pela FCG e ISS, que permite melhorar, em condições de proximidade, as respostas às pessoas mais vulneráveis.

Terminamos com um agradecimento às fundadoras e a toda a equipa da Associação Mulheres Sem Fronteiras pela determinação com que diariamente intentam realizar o seu sonho de um mundo mais igual que beneficie todas as pessoas, e registamos o seu apelo: *participem nas nossas iniciativas e acompanhem as atividades de Mulheres sem Fronteiras, através das redes sociais.*

Sede da Associação e contactos:
Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações – Parque Infantil do Alvito, s/n, Monsanto, 1300-054 Lisboa
info.mulheres.sem.fronteiras@gmail.com
https://www.facebook.com/mulheressemfronteiras/
https://www.instagram.com/mulheressemfronteirasass/

Diálogos

.....

* Integrando-se na temática que norteia a presente edição, os 25 anos da Plataforma de Ação de Pequim, julgámos interessante pedir a duas entidades com responsabilidades distintas que nos dessem a sua visão sobre o assunto. Por um lado, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), organismo estatal que tem por missão garantir a execução das políticas públicas nessas áreas, e, por outro, a Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), organização da sociedade civil na área dos direitos humanos das mulheres e das raparigas.

25 anos da Plataforma de Ação de Pequim*

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO
PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) é um serviço central da administração direta do Estado dotado de autonomia administrativa, que tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. A CIG está integrada na Presidência do Conselho de Ministros, sendo tutelada pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

A Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM) é a maior organização da sociedade civil portuguesa na área dos direitos humanos das mulheres e das raparigas. Conta atualmente com 29 organizações-membros, com uma grande diversidade de vocações e proveniências, todas empenhadas numa intervenção cívica concertada com vista à salvaguarda e exercício efetivo dos direitos humanos das mulheres e à realização concreta da igualdade entre mulheres e homens, raparigas e rapazes. A PpDM é também a coordenadora nacional do Lobby Europeu das Mulheres (LEM),

DOI https://doi.org/10.34619/cc7k-x290

a maior organização de mulheres da UE, com mais de 2000 associações em todos os Estados-Membros e 18 organizações europeias.

> *A Plataforma de Ação de Pequim (PAP) é a agenda programática mais abrangente das várias esferas e condições de vida das mulheres e raparigas. É a PAP conhecida da maioria das mulheres e raparigas em Portugal? E de quem toma decisões políticas (Parlamento, Governo, Autarquias)?*

PpDM – A PAP é a agenda universal imprescindível à melhoria das condições de vida de todas as mulheres e raparigas, mas poucas a conhecem em Portugal. Não faz parte do currículo do ensino obrigatório, é desconhecida da maioria dos serviços públicos e será do conhecimento de uma minoria de quem toma decisões políticas (Parlamento, Governo e Autarquias).

A cada cinco anos a PpDM, enquanto coletivo de organizações de mulheres em Portugal, tem feito a avaliação da PAP[1] e transformado o relatório em instrumento de informação. Temos realizado várias ações (in) formativas para que as mulheres e raparigas se apropriem da PAP: brochuras[2], seminários[3] e ações de formação.

Fazemos isto porque sabemos o quão importante é a literacia em direitos humanos. Quem não conhece os seus direitos não pode exigir o seu cumprimento ao Estado. A apropriação individual e coletiva da PAP, bem como da CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres), é crucial.

CIG – Comemoram-se, a nível internacional, os 25 anos da adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, que propõe objetivos estratégicos e medidas para o progresso das mulheres em doze áreas críticas. É o

---

1 A este propósito, ver o relatório de Pequim +20: PpDM (2015), *Das palavras à acção. 1995-2015 um compromisso para o empoderamento das mulheres. Portugal em análise pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres*, disponível em https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2016/01/PpDM-beijing_pt-WEB.pdf. Em breve lançaremos a avaliação de Pequim +25.

2 PpDM (2018), *Plataforma de Ação de Pequim: Um programa para o empoderamento das mulheres.* Disponível em https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2018/01/Plataforma-acao-Pequim.pdf

3 Ver como exemplo https://plataformamulheres.org.pt/das-palavras-a-monitorizacao-20-anos-da--plataforma-de-acao-de-pequim-na-perspetiva-das-organizacoes-de-mulheres-em-portugal-25--jul-2015/

principal programa de ação a nível global e o documento enquadrador de políticas para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. As questões centrais da Plataforma são: o empoderamento das mulheres; a centralidade da política para a igualdade entre mulheres e homens na estrutura da governação; a transversalidade da igualdade entre mulheres e homens em todos os domínios da política (*mainstreaming* de género).

A CIG, enquanto serviço da administração direta do Estado, que tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, tem contribuído para o aprofundamento da integração da dimensão da igualdade entre mulheres e homens em todas as áreas da atividade política e da nossa realidade social, tanto nos vários níveis da administração pública central, regional e local, como nas práticas e rotinas das diversas instituições e empresas, o que constitui, para além da sua competência, a sua linha de ação.

Todos os setores são, por isso, chamados a intervir e a tomar decisões que promovam a verdadeira igualdade entre mulheres e homens.

A cada cinco anos a CIG elabora, em colaboração com as várias áreas governativas, um relatório nacional[4] de progresso das doze áreas críticas de Pequim. Reconhece-se, porém, que o conhecimento que seria desejável deste documento, por parte da população em geral, fica além das expectativas, o que acontece com muitos outros documentos internacionais.

> *Nos últimos 25 anos, quais têm sido os mais importantes sucessos, desafios e retrocessos na concretização dos direitos humanos das mulheres e das raparigas e da igualdade entre mulheres e homens?*

PpDM – Em 25 anos são vários os sucessos: representação mais igualitária de mulheres na tomada de decisão (política e económica); combate mais robusto à violência masculina contra as mulheres e as raparigas (reflexo também da ratificação da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica[5]); combate à desigualdade no emprego (em particular à desigualdade salarial) e melhor articulação entre o trabalho e a vida familiar;

4 https://www.unece.org/fileadmin/DAM/Gender/Beijing_20/Portugal.pdf

5 Vulgo, Convenção de Istambul (CI).

e reforço dos compromissos assumidos pelo Estado (por via da adoção de compromissos internacionais como a PAP, a RCSNU 1325[6], os ODM[7] e recentemente os ODS[8] – regionais como a CI e nacionais como a ENIND[9] – e os planos nacionais).

Mas estes são sucessos inacabados, e importa no futuro aumentar o número de mulheres feministas em posições de tomada de decisão[10], acelerar a eliminação de todas as formas de violência masculina contra as mulheres e raparigas[11], transversalizar em todos os domínios políticos a igualdade entre mulheres e homens[12], combater estereótipos de género e pôr fim ao modelo económico vigente por via da transformação feminista da economia.

Há também outros desafios a ter em atenção, como a redução do espaço político e do financiamento específico para as organizações de mulheres, o impacto da digitalização e das alterações climáticas nas mulheres e raparigas e os desafios enfrentados por mulheres e raparigas migrantes e requerentes de asilo.

CIG – Antes de mais, importa referir que a luta das mulheres pela igualdade deve-se, em primeiro lugar, às lutas feministas, que foram abrindo caminhos para as conquistas que hoje temos. A própria CIG é também ela a expressão mais institucional das pretensões de quem luta pela construção de um Portugal mais igualitário para as mulheres e também para toda a sociedade.

Em termos de políticas, nos últimos 25 anos, deverão destacar-se desde logo a aprovação do primeiro Plano Global para a Igualdade (1997-1999),

6 Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, paz e segurança.

7 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, adotados pelas Nações Unidas em 2000; em vigor entre 2000 e 2015.

8 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados pelas Nações Unidas em 2015; em vigor entre 2016 e 2030.

9 Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação, 2018-2030.

10 A definição de limiares de paridade é muito importante para aumentar a participação das mulheres na tomada de decisão, mas é igualmente importante que as mulheres que tomam decisões tenham consciência social transformadora das estruturas e inclusiva de todas as mulheres.

11 A violência masculina contra as mulheres e raparigas consubstancia-se num *continuum* de diferentes formas de violência: femicídio, violação, violência sexualizada, violência em relações de intimidade, exploração sexual, prostituição, pornografia, tráfico de mulheres e crianças, violência online, perseguição, assédio sexual na rua e no trabalho, gestação de substituição, práticas nefastas, casamento precoce e forçado, etc.

12 Vulgo *mainstreaming* da igualdade entre mulheres e homens.

que assentou numa preocupação de integração progressiva da dimensão de género nas políticas e ações das várias áreas governativas. Este Plano teve um efeito potenciador de um conhecimento mais aprofundado da situação das mulheres e alargou o leque de atores envolvidos na construção da Igualdade aos diversos níveis, com o que isso significa em termos de acréscimo de informação, sensibilização e competências nesta matéria. Desde então, têm sido aprovados vários Planos Nacionais, que foram, ao longo dos anos, alargando o seu espectro em termos de áreas de intervenção e atores envolvidos (autarquias, ONG, etc.), estando atualmente em vigor a ENIND.

Em termos gerais, há que salientar: os progressos alcançados ao nível da participação das mulheres na tomada de decisão política e económica; a promoção do salário igual para mulheres e homens e outros direitos laborais; a evolução nos direitos da parentalidade e das medidas de conciliação entre a vida profissional, familiar e privada; a luta contra todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas, incluindo a violência doméstica, a mutilação genital feminina, os casamentos forçados e o tráfico de seres humanos; a progressiva eliminação de estereótipos sexistas na e através da educação; o combate à segregação de género na educação e nas profissões; o reforço dos direitos sexuais e reprodutivos; a apropriação dos vários documentos internacionais que promovem a igualdade entre mulheres e homens. Estes são, obviamente, alguns exemplos do muito que se tem feito em Portugal nos últimos 25 anos.

Ainda neste aspeto, não poderá a CIG deixar de salientar o elevado investimento nacional, quer por força do Orçamento de Estado e de verbas dos jogos sociais, quer por alocação de verbas de fundos internacionais (União Europeia/Fundos estruturais, EEA Grants, etc.) para promover a igualdade, fortalecer e capacitar a sociedade civil, formar públicos estratégicos, reforçar os mecanismos de prevenção e combate à violência contra as mulheres, entre muitos outros.

Obviamente que estes progressos nem sempre se traduzem nos resultados desejáveis, pelo menos a curto e médio prazo.

> *O que mais tem contribuído para a concretização dos direitos humanos das mulheres e raparigas e da igualdade entre mulheres e homens? Que recursos financeiros e institucionais têm sido disponibilizados ao longo dos últimos 25 anos? Como têm sido otimizados esses recursos e com que impactos?*

PpDM – A maior contribuição tem vindo das próprias mulheres: têm mantido a sua independência económica e social, apesar de toda a sobrecarga que tal implica, patente no desigual uso do tempo que mulheres e homens afetam ao trabalho pago e não pago.

As organizações representativas das mulheres, e em particular a PpDM, têm contribuído substancialmente para a concretização dos direitos humanos das mulheres. Temos chamado a atenção para os problemas que as mulheres e raparigas enfrentam, contribuído para o desenho, implementação e avaliação das políticas, influenciado no sentido do cumprimento dos direitos humanos das mulheres e raparigas, e feito propostas transformadoras.

Tem também existido vontade política de Governos, Parlamento e partidos políticos. É importante a liderança política nestas matérias, colocando na agenda as necessidades e as competências das mulheres.

Claro que subjacentes estão sempre os compromissos assumidos pelo Estado: CEDAW, PAP, ODS, CI. Estes são instrumentos que se reforçam mutuamente. A integração sistemática, em todos os domínios e processos de política, da igualdade entre mulheres e homens, baseada nas experiências das mulheres e raparigas e em princípios feministas alicerçados nos direitos humanos, igualdade e justiça social e climática, devem ser o cerne da ação política transformadora.

Para tal, é indispensável assegurar recursos financeiros e institucionais através do Orçamento de Estado (OE) e do apoio específico às organizações de mulheres. Portugal tem desde 2018 inscrito na Lei do OE os orçamentos sensíveis ao género (*gender budgeting*); estes resultam de um processo através do qual se avalia o contributo dos orçamentos públicos para a realização da igualdade entre mulheres e homens. A PpDM desenvolveu a metodologia[13] e a formação, acompanhou as entidades, elaborou o relatório final[14]. Mas este é um processo que ainda não está devidamente implementado.

Quanto às organizações de mulheres, sabemos que, quando os financiamentos lhes são destinados, acontecem as mudanças que transformam as

---

13 PpDM (2018), *Orçamento de Estado com impacto de género – um guia metodológico para o Estado Português*. Disponível em https://recursos.plataformamulheres.org.pt/wp-content/uploads/2020/01/PpDM-Guia-Metodologico-OIG-layout.pdf

14 PpDM e CIG (2019), *Orçamento com impacto de género – Relatório geral sobre análise de género nas políticas públicas setoriais*. Disponível em https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2019/06/Relato%CC%81rio_Global_OIG.pdf

causas das desigualdades e das violências. O que as organizações feministas de mulheres precisam é de recursos que sejam significativos, transversais, de longo prazo e não dependentes de vontades políticas ou de projetos financiados.

CIG – Como referido acima, Portugal (aqui considerando os sucessivos Governos e o Parlamento) tem vindo a alocar financiamento para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. Efetivamente, os fundos comunitários, principalmente na última década e meia, têm contribuído de forma decisiva para a concretização de medidas de política nos domínios da igualdade. A título de exemplo, o estudo realizado sobre a integração da perspetiva de género no QREN[15] (2007-2013) tornou evidente que esta é uma das esferas de concretização do processo de europeização que se enunciaram, essencialmente por via das regulamentações e orientações fornecidas para a definição das bases da programação dos Programas Operacionais.

Não se trata da primeira vez que a CIG assume a natureza de estrutura técnica de coordenação de financiamentos: atualmente, Portugal 2020 (2014-2020) e Programa EEA Grants (2014-2021) – Conciliação e Igualdade de Género, o mesmo já havendo acontecido no âmbito do POEFDS (2000-2006) e do Sistema de Apoio Técnico e Financeiro às Organizações Não Governamentais (SATFONG). Foi igualmente Operadora de Programa do PT07: Integração da Igualdade de Género e promoção do Equilíbrio entre o Trabalho e a Vida Privada do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu, para os EEA Grants (2009-2014), programa que pretendia reduzir as desigualdades existentes ao nível da situação das mulheres no mercado de trabalho e também ao nível da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, designadamente esta última que tem um forte impacto social e económico na sociedade portuguesa, contribuindo, assim para a redução das desigualdades de género.

A CIG tem, assim, assegurado desde há alguns anos a coordenação de financiamentos que têm promovido uma forte intervenção na implementação de planos para a igualdade, no apoio técnico e financeiro às organizações não governamentais, no apoio a projetos de formação para públicos estratégicos, no apoio ao empreendedorismo, associativismo e criação de redes

15 http://www.qren.pt/np4/file/3788/8a_IGFSE_Igualdade_de_G_nero_dos_FE_Rela.pdf

empresariais de atividades económicas geridas por mulheres, no combate à violência de género, entre outras áreas.

Por isso, ao nível nacional, tem sido cada vez mais evidente que a abordagem integrada da igualdade de género deve estar sempre presente na conceção de qualquer programa e nas estratégias a seguir para a sua implementação. Assim, as relações sociais entre mulheres e homens e o conceito de género enquanto categoria de análise devem estar presentes na elaboração de qualquer programa de financiamento.

O diálogo civil estruturado é determinante para a plena implementação da PAP e para a concretização da igualdade entre mulheres e homens. Nos últimos 25 anos, como tem acontecido este diálogo civil estruturado? Que organizações têm sido envolvidas e como garantir a continuidade desse diálogo?

PpDM – O diálogo civil estruturado tem sido concretizado no Conselho Consultivo da CIG, desde 1977. Mas em 2006 a sua composição foi alterada, e o espaço das organizações representativas das mulheres ficou reduzido, sendo ampliado para organizações de outra índole. Ficou diluída a especificidade do diálogo civil estruturado.

Ora, uma investigação de 2011[16] revela que o fator mais importante e consistente das mudanças de políticas tem sido o ativismo feminista. Este ativismo desempenha um papel mais importante do que os partidos de esquerda, o número de mulheres no Parlamento ou mesmo a riqueza nacional. Estes são movimentos que se baseiam nas convenções e agendas internacionais, como a PAP, como alavancas de influência ao desenvolvimento das políticas. A PpDM tem nestas convenções e agendas a base da sua ação, e sabemos que o diálogo civil estruturado em Portugal muito beneficiará do nosso reconhecimento institucional e formal, algo que temos vindo a reivindicar desde 2015. O que nos distingue é o facto de sermos a única plataforma de ONG de direitos das mulheres, com conhecimento alargado sobre as desigualdades e sobre formas de as combater.

---

16 Weldon, S. Laurel, e Htun, Mala (2013), Feminist mobilisation and progressive policy change: why governments take action to combat violence against women. *Journal Gender & Development, Volume 21*. Disponível em https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13552074.2013.802158?scroll=top&needAccess=true

O diálogo civil estruturado começa no reconhecimento da especificidade da intervenção. Torna-se fundamental repensar o diálogo civil estruturado se quisermos ter a PAP, a par da CEDAW, da ODS e da CI, como bússola da ação rumo à concretização dos direitos humanos das mulheres e raparigas em Portugal.

CIG – A CIG viu refletida muita da sua atuação, desde a sua génese, ainda como Comissão da Condição Feminina, quando se apercebeu do potencial do contributo do trabalho das Organizações Não Governamentais de Mulheres (ONGM) para a prossecução das políticas públicas sob a sua responsabilidade, dando-lhes lugar e presença no seu Conselho Consultivo.

O importante contributo do trabalho das ONGM nas políticas para a igualdade foi reconhecido desde os primeiros tempos da CIG, desde logo através da sua presença no Conselho Consultivo. Mais tarde, procurou-se promover a capacidade de ampliação da missão da CIG com o apoio técnico-financeiro que lhes é prestado, através quer da chamada Pequena Subvenção, quer da previsão de tipologias destinadas à sua capacitação no âmbito dos Fundos Comunitários, cuja replicação por outros fundos de financiamento, nomeadamente os EEA Grants, tal como referido atrás, pela alocação de uma percentagem das verbas dos jogos sociais. Estas verbas, que têm sido reforçadas anualmente[17], têm permitido o financiamento de projetos e atividades promovidos por ONGM, nomeadamente na área da prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, incluindo violência doméstica, violência sexual, mutilação genital feminina, eliminação de estereótipos, entre outras.

Mais recentemente, esta aliança entre as políticas governamentais e o trabalho desenvolvido pelas ONGM foi traduzida no seu envolvimento mais ativo nos Planos Nacionais no âmbito da cidadania e da promoção da igualdade de género, do combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos. Este envolvimento verifica-se desde logo na elaboração, execução e representação das ONGM nos Grupos de Trabalho de apoio à entidade coordenadora (a CIG).

17 Por exemplo, o mecanismo financeiro EEA Grants aumentou o investimento de 2925 M€ (2009-2014) para 7058 M€ (2014-2021).

Também há que reconhecer todo o trabalho das organizações de direitos das mulheres em Portugal – em concreto, na luta pela consolidação da igualdade entre mulheres e homens –, cujos esforços alcançaram êxitos consideráveis em diversas frentes e setores da sociedade. Temos assistido, nos últimos tempos, a um cada vez maior número de projetos importantes, tais como a elaboração de relatórios, informações e comunicações alertando para lacunas ainda existentes na sociedade portuguesa, conferindo-lhes enorme relevância nas agendas destas organizações na defesa e promoção dos direitos das mulheres e do seu empoderamento.

Entrevistas

* enogueira@graal.org.pt
** Investigadora
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
1069-061 Lisboa, Portugal
indiravicenteleao@gmail.com

Rosa Monteiro
Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

ELSA QUINTEIRO DE NOGUEIRA* | INDIRA LEÃO**

A presente edição de *Faces de Eva* tem o prazer de publicar uma entrevista a Rosa Monteiro, atual Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, que gentilmente aceitou o nosso convite e o concretizou num momento bem difícil da vida nacional, em que grandes desafios se impuseram na área que tutela.

DOI https://doi.org/10.34619/1b6r-6034

Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre o seu percurso até chegar ao cargo que atualmente ocupa, o de Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, e sobre o que a motiva a trabalhar em prol da igualdade entre mulheres e homens.

Permitam-me destacar este período enquanto Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade que, naturalmente, cruza com e parte do trabalho anterior que desenvolvi de muita avaliação e análise de políticas públicas na área da igualdade entre mulheres e homens, nas suas várias dimensões. Este tem sido um verdadeiro processo de aprendizagem, que me permite ter uma visão mais realista daquilo que são, por vezes, os constrangimentos e a complexidade do quadro de intervenção, mas também as oportunidades e as formas de as potenciar. Esta é uma altura em que estas matérias são muito discutidas e reconhecidas, mas em que, por outro lado, começam a surgir populismos, exageros e abusos na interpretação daquilo que são as políticas de igualdade e até os indicadores da desigualdade.

É uma fase muito motivante, em que é necessário sistematizar perfis, estruturas, recursos e instrumentos para trabalhar esta área, e temos feito esse caminho. Destaco que adotámos, em 2018, a ambiciosa Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação "Portugal + Igual", com três planos de ação nas áreas da igualdade entre mulheres e homens, da prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, e da prevenção e combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Queremos que esta estratégia seja realmente norteadora da ação pública neste âmbito até 2030, alinhando com a Agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Aqui se enquadram as medidas que temos desenvolvido e que terei oportunidade de descrever ao longo desta entrevista. Refiro ainda que em todos os novos financiamentos que fomos lançando tive como foco o seu desenho para corresponder à concretização dos objetivos dessa mesma política pública, e não serem instrumentalizados por qualquer tipo de interesses ou estratégia lateral.

Não posso deixar de referir o período particularmente desafiante que atravessamos decorrente da pandemia da COVID-19. De facto, nenhuma crise é neutra sob o ponto de visto de género, e esta também não o é. Tal como na anterior crise económico-financeira, anteveem-se impactos

desproporcionais para as mulheres, reproduzindo e até exacerbando as desigualdades existentes. Desta forma, e procurando antecipar a necessidade de conhecer e medir estes impactos, decidimos lançar um apoio inédito para a área de estudos de género, de forma a melhor fundamentar as nossas políticas de igualdade. Para isso, tomei a iniciativa de propor ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a criação de uma linha de apoio para estudos que nos permitam conhecer estes impactos e que foi lançada pela FCT – **Gender Research 4 COVID-19**, entre 15 de maio e 2 de junho de 2020 (dotação de 500 000€), com três linhas de investigação: 1) Género e mercado de trabalho; 2) Quotidianos, estereótipos e papéis de género; 3) Violência contra as mulheres e violência doméstica.

Qual a importância que atribui à Plataforma de Ação de Pequim (PAP) e em que medida ela tem norteado as políticas públicas para a igualdade em Portugal nos últimos 25 anos?

A Plataforma de Ação de Pequim, adotada em 1995 no âmbito da IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em Pequim, é, ainda hoje, um dos principais quadros de referência e programa de ação a nível global para a promoção da igualdade de género, apontando estratégias e caminhos de mudança em doze áreas críticas de intervenção (pobreza, educação e formação, saúde, violência, conflitos armados, economia, tomada de decisão, mecanismos institucionais, direitos humanos, meio ambiente, raparigas, comunicação social). Foi revolucionária porque assumiu uma nova forma de se pensarem as políticas de igualdade de género, à escala mundial.

As novas dimensões que trouxe têm servido de roteiro para as políticas de igualdade em Portugal. Destaco a introdução na agenda internacional do conceito de igualdade de género, reafirmando que os direitos das mulheres são direitos humanos; a introdução do conceito de *mainstreaming* de género; a introdução também do conceito de trabalho não remunerado (ou trabalho não pago), que inclui o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado, apelando à respetiva medição e avaliação, reconhecimento e valorização; e o reconhecimento da diversidade das mulheres, devendo as desvantagens de que são alvo ser abordadas tendo em conta essa especificidade. E muitos desafios que identificava há 25 anos mantêm-se atuais, e neles temos trabalhado de forma empenhada – desde a desigualdade salarial à distribuição

desigual do trabalho não pago, à violência contras as mulheres e à violência doméstica, entre tantos outros –, abordados agora à luz de novas questões como a digitalização e os fluxos migratórios, mas também dos retrocessos em matéria de igualdade de género.

Como referi na pergunta anterior, a presente pandemia tornou estas diretrizes ainda mais exigentes, porque sabemos que os seus impactos são e serão diferentes para mulheres e homens, com tendência a reforçar as desigualdades existentes, nas suas várias manifestações. Por isso, estamos a responder de forma direcionada e criámos os mecanismos indispensáveis para conhecer as necessidades imediatas e de futuro decorrentes desta situação, de forma a podermos ajustar as medidas de política pública.

É possível que o investimento que Portugal tem feito nas diferentes áreas críticas de intervenção prioritária não seja uniforme. Se assim for, quais considera as áreas onde mais se tem investido e aquelas que ainda apresentam maiores dificuldades de intervenção? E quais as razões para essa possível assimetria? Que obstáculos é necessário transpor em Portugal para que se cumpra o principal propósito da PAP – atingir a igualdade entre homens e mulheres? Quais são as prioridades atuais e que medidas se preveem para o futuro?

Começo por destacar, com satisfação, que Portugal tem progredido mais rapidamente que a média da União Europeia em matéria de igualdade de género nos domínios do trabalho, rendimento, conhecimento, poder, tempo e saúde. Estamos hoje no 16.º lugar do *ranking* europeu, publicado pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) em outubro de 2019 – e estávamos no 21.º, em 2005 (subimos cinco lugares, com + 10 pontos).

No domínio do trabalho e do emprego, temos uma alta taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho (67% contra 73% dos homens), mesmo quando elas têm filhos (82% face a média da UE, de 60%). E trabalham a tempo inteiro (89,5%). Contudo, este domínio continua marcado por desigualdades de género que têm exigido uma política pública capaz de atuar de forma estrutural nas suas várias dimensões.

Destaco a questão da **segregação sexual nas profissões**, continuando as mulheres a estar sobrerrepresentadas nos setores da educação, saúde e áreas sociais e nas profissões mais mal pagas – ainda hoje, são menos de duas em cada dez profissionais das Tecnologias da Informação e Comunicação

(TIC) (baixámos de 17,1% em 2005 para 14,7% em 2018). E continua a esperar-se que as atividades associadas a cuidar de outras pessoas sejam exercidas por mulheres: temos 30% de mulheres a trabalhar na área da educação, saúde ou áreas sociais, e apenas 7% de homens. E esta segregação começa logo nas escolhas educativas: em 2018, as mulheres eram apenas 19,7% entre os estudantes matriculados no 1.º ano pela primeira vez no ensino superior em TIC (em 2005, eram 16,2%). E o EIGE concluiu que apenas 0,2% das adolescentes portuguesas aspira a trabalhar nas TIC quando tiver 30 anos, uma das taxas mais baixas da UE.

Para responder a este desafio, desenvolvemos o projeto Engenheiras por 1 Dia, que já vai na 3.ª edição, para motivar estudantes do ensino não superior a seguirem as áreas das engenharias e TIC, desconstruindo a ideia de que estas são áreas masculinas. Conta já com mais de trinta empresas, escolas, universidades, autarquias e organizações da sociedade civil e trabalha com estudantes em atividades muito concretas, tais como desafios de engenharia nas escolas (e.g., construir um foguete, programar um robô), visitas de estudo, ações de mentoria e *role model*, *workshops*, laboratórios de engenharia e tecnologia e campanhas locais. Para além de invocações mais ou menos vagas deste problema, não têm existido programas concretos desta natureza. Por isso também colocámos no quadro de financiamento dos EEAGRANTS, de que a CIG é operadora de programa, um aviso para projetos que atuem neste domínio da segregação das profissões, no sistema de ensino e no mercado e trabalho.

Por outro lado, olhando para o **domínio do poder**, este é aquele em que Portugal está pior, uma vez que as mulheres continuam aquém dos 33% na tomada de decisão económica, não obstante este ser o domínio em que progredimos a um ritmo mais rápido do que o resto da Europa devido às leis que foram produzidas em 2017 e 2018.

De facto, a Lei n.º 62 de 2017 (que estabelece um limiar mínimo de 33,3% de mulheres e de homens nas administrações das empresas cotadas e do setor público do Estado e local) já produziu impactos muitos positivos, provando que o caminho era a lei e não a autorregulação. Temos hoje 22% de mulheres nas administrações das empresas cotadas, 37% no setor do Estado e 29% nas locais (+10pp, 9pp, 9pp do que em 2017, respetivamente). Não posso deixar de referir também a Lei n.º 26 de 2019, que define limiares para os cargos dirigentes da Administração Pública, instituições de ensino

superior e associações públicas, bem como a Lei Orgânica n.º 1/2019, que subiu para 40% o limiar a cumprir nas listas às eleições legislativas, europeias e autárquicas. Atingimos, em 2019, o número histórico de 89 mulheres eleitas para o Parlamento (38,7%).

Refiro também as **dificuldades de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar**, que se prendem com culturas organizacionais assentes no presentismo e adversas à conciliação e, de forma muito profunda, com a reduzidíssima participação dos homens nas tarefas domésticas (sendo Portugal o 4.º pior país da UE): apenas 19% dos homens portugueses dizem realizar tarefas domésticas/cozinhar todos os dias (78% das mulheres), e apenas 28% dizem cuidar de crianças, netos/as, pessoas idosas ou com deficiência diariamente (37% das mulheres)– isto não obstante os avanços da legislação em matéria de licenças parentais, que permitiram que atingíssemos em 2019 as taxas mais altas de homens a gozarem a licença obrigatória (77,4%) ou a facultativa (72%), e a partilharem a licença de 120/150 dias com a mãe (quase 41,9%).

Estas dificuldades também se prendem com a necessidade de cuidados ao domicílio das pessoas idosas em casa e de estruturas de acolhimento de crianças nas áreas metropolitanas, onde a taxa de cobertura ainda está abaixo dos 33%. Por isso, lançámos em setembro de 2019 um investimento de 37M€ no PARES 2.0 para a criação de novos lugares em Creche nos concelhos das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, cuja taxa de cobertura seja inferior a 33%. Foram apresentadas 130 candidaturas em 44 concelhos, refletindo aproximadamente 7000 lugares.

Este desafio multifacetado levou-nos a lançar, em dezembro de 2018, o 3 em Linha – Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar, que conta já com mais de 80% das suas medidas em execução. Destas, destaco o projeto do Pacto para a Conciliação, em que lançamos o repto às organizações de trabalho para que implementem e acreditem um sistema de gestão da conciliação, com base na norma portuguesa 4552:2016 (estando já dez organizações certificadas, das 58 participantes). E abrimos, em 2019, linhas de apoio para PME e organismos da Administração Pública, que apoiaram 83 entidades em cerca de 14M€ para implementarem e certificarem esses sistemas de gestão. Também assim, sublinho o acordo fundamental que alcançámos, em sede de concertação social, para a constituição de um grupo de trabalho tripartido com os parceiros sociais, para

discussão de prioridades e possíveis compromissos nesta área. O grupo já se reuniu cinco vezes, desde setembro de 2019, tendo sido abordados temas fundamentais como o papel do diálogo social, o trabalho em rede e o envolvimento das empresas, as licenças de parentalidade, os cuidadores informais, a gestão do tempo do trabalho, bem como os equipamentos, serviços de apoio à conciliação e incentivos.

Sabemos que estas desigualdades têm naturalmente consequências na **disparidade de rendimentos** em desfavor das mulheres, que continuam com salários e pensões mais baixas. Olhando para a remuneração média por mês, incluindo prémios e subsídios regulares e remuneração por trabalho suplementar, em 2018, as mulheres recebiam menos 18%, isto é, menos 225€ do que os homens, diferença que ascende a 758€ nos quadros superiores. Este processo ganhou nova dinâmica na sequência da lei da igualdade remuneratória (Lei n.º 60 de 2018), que entrou em vigor em 2019 e que assenta num processo, a desenvolver pelas empresas, de avaliação objetiva das funções que estão na base das suas práticas remuneratórias, trabalho esse que temos já vindo a apoiar.

Finalmente, não posso deixar de referir o flagelo da **violência contra as mulheres** e da **violência doméstica**. As forças de segurança têm registado mais de 25 mil participações por este tipo de crime a cada ano (em 2019 foram 29 473), cerca de 80% das quais vitimando mulheres, na sua maioria em idade ativa e empregadas. Em 2019, foram acolhidas 3634 vítimas na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD). Nesta área, mais recentemente, o Governo tem vindo a desenvolver um conjunto de ações e instrumentos prioritários no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019, que visam: a melhoria dos dados oficiais e o aperfeiçoamento dos mecanismos de atuação nas 72 horas após a denúncia; a promoção da formação de profissionais; a ação integrada em matéria de prevenção primária e secundaria; o reforço dos mecanismos de sinalização e atendimento no domínio da saúde; e o aperfeiçoamento da RNAVVD. Destaco ainda a Proposta de Lei n.º 28/XIV (agora em discussão no Parlamento), que, entre outros aspetos, atribui competências cíveis aos tribunais criminais para o proferimento de decisões provisórias urgentes de proteção da vítima, tais como a regulação provisória do exercício das responsabilidades parentais, a utilização provisória da casa de morada de família e a guarda de animais de companhia.

Também este período de pandemia, porque traz riscos acrescidos de violência doméstica no contexto de isolamento, tem obrigado à adoção de medidas urgentes de proteção e de resposta às vítimas: manutenção em funcionamento de todos os serviços de apoio às vítimas enquanto serviços essenciais; abertura de mais cem vagas de acolhimento e prorrogação do respetivo prazo; criação e diversificação dos canais para as vítimas poderem pedir ajuda (linha SMS 3060 e email violencia.covid@cig.gov.pt); reforço da coordenação e apoio à RNAVVD; trabalho próximo com todas as estruturas de apoio da RNAVVD, que têm sido incansáveis neste período; intensificação da atuação das forças de segurança; criação de mecanismos de articulação estreita com as respostas na área da saúde, incluindo da saúde mental; constituição de parcerias com várias entidades para disponibilização de bens e recursos essenciais à RNAVVD; e produção e divulgação ampla de campanhas e materiais de alerta e de informação sobre os serviços de apoio existentes.

Está otimista quanto ao processo de revisão Pequim +25? Se houver necessidade de maior investimento em qualquer das áreas, acha que o país está preparado para conduzir estratégias no sentido da melhoria? O que é necessário fazer para que a PAP ganhe mais visibilidade? Isto é, relativamente às áreas críticas, o que pode a Secretaria de Estado fazer para tornar conscientes os indivíduos e as organizações e fazer aplicar instrumentos legais e orientações programáticas que se imponham?

Qualquer processo de revisão e avaliação é crítico na medida em que nos obriga a fazer um balanço e a refletir sobre avanços, mas também sobre desafios. Portugal participou ativamente no processo de revisão regional ao nível da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE), tendo produzido um relatório nacional, bem como no âmbito do processo de preparação da 64.ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres das Nações Unidas que, tendo em conta a pandemia, teve de ser realizada num formato muito limitado.

Do balanço que fazemos, e como resulta evidente dos indicadores de que dispomos, são muitos os desafios que persistem. Mas também estou convicta de que este Governo está fortemente empenhado em continuar a fazer o investimento de política pública necessário para responder a estes desafios – o que julgo também estar bem demonstrado pelas várias dimensões da

nossa intervenção que acima identifiquei e em que continuamos a trabalhar para produzir mais resultados, mais conhecimento, mais mudança e mais igualdade substantiva e transformativa.

A Plataforma de Ação de Pequim é e continua a ser o roteiro. Ainda este ano, por ocasião do 8 de Março, produzimos um vídeo e um folheto informativo que divulgámos amplamente através da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, nos meios de comunicação social e nas redes sociais. Estes materiais dão conta da evolução do país em várias das áreas críticas de intervenção da Plataforma, desde a participação das mulheres na educação, no mercado de trabalho e na tomada de decisão às persistentes desigualdades ao nível dos rendimentos e no trabalho de cuidado. Só conhecendo e reconhecendo conseguimos transformar, pelo que importa continuar a olhar de forma rigorosa para cada uma destas áreas e construir respostas cada vez mais adaptadas e robustas.

* Investigadora colaboradora
ORCID ID: 0000-0003-4989-8205
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher
1069-061 Lisboa, Portugal
mariana.or@hotmail.com
DOI: https://doi.org/10.34619/akpj-fz47

Maria Virgínia Brás Gomes

MARIANA DE OLIVEIRA RODRIGUES*

Maria Virgínia Brás Gomes nasceu em Goa, na Índia, a 10 de março de 1951. No mesmo país, na Universidade de Mumbai, formou-se em Letras (Línguas e Literatura), tendo posteriormente adquirido formação em Estudos Franceses pela Universidade de Toulouse. Mais tarde, frequentou cursos na área de Serviços Sociais, entre os quais um estágio de quatro meses na Universidade de Western Michigan.

Até ao momento Virgínia Brás Gomes foi a única perita independente portuguesa no Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC) das Nações Unidas, tendo exercido funções entre os anos de 2002 a 2010 e de 2013 a 2018. Ao longo destes anos ocupou os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relatora do Comité. Foi correlatora do Comentário Geral

DOI https://doi.org/10.34619/akpj-fz47

do Comité sobre o Direito à Segurança Social[1] e do Comentário Geral do Comité sobre o Direito a Condições de Trabalho Justas e Favoráveis[2]. Atualmente é representante do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na Comissão Nacional de Direitos Humanos e membro do *Board* Internacional do Programa em Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Mulheres, dos Conselhos Consultivos do Centre for Civil and Political Rights e da Geneva Academy Human Rights Platform e ainda Presidente do Conselho de Administração da UNICEF Portugal.

Sendo a Segurança Social uma das suas áreas de especialidade, trabalha há vários anos como assessora na Direção-Geral da Segurança Social, cargo que ainda ocupa.

O testemunho de Maria Virgínia Brás Gomes é assim indispensável. A sua experiência em vários cargos de elevada representatividade, quer a nível nacional, quer internacional, e o seu vasto e profundo conhecimento nas matérias dos DESC permitem-na ser uma mulher cujos testemunho, contributo e visão se mostram verdadeiramente imprescindíveis nas áreas da igualdade de género e dos direitos humanos das mulheres.

De onde surgiu a sua ligação à área dos direitos humanos, em particular aos direitos humanos das mulheres?

Quem trabalha em políticas públicas, como é o meu caso, vai gradualmente adquirindo consciência de como são importantes os princípios da interdependência e interligação das mesmas, bem como da não discriminação e do acesso universal aos bens e serviços necessários à concretização dessas

1 Comentário Geral no. 19 do Comité Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, "O Direito à Segurança Social (artigo 9.º)", E/C.12/GC/19, disponível em https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2fC.12%2fGC%2f19&Lang=en . Consultado em 27 de fevereiro de 2020.

2 Comentário Geral no. 23 (2016) do Comité Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, sobre o "Direito a condições de trabalho justas e favoráveis", E/C.12/GC/23, disponível em https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=E%2fC.12%2fGC%2f23&Lang=en . Consultado em 27 de fevereiro de 2020.

mesmas políticas. Estes princípios são também fundamentais à realização dos direitos humanos, em particular dos direitos económicos, sociais e culturais. A partir da altura em que assumi a função de perita independente do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, tornou-se cada vez mais claro que as políticas públicas e os direitos humanos são duas faces da mesma moeda. Ou seja, as políticas só são eficazes e sustentáveis se tiverem como fim último a realização dos direitos humanos numa lógica universal. A luta pelos direitos das mulheres é um imperativo pessoal, profissional e geracional. Vem de longe, dos tempos de rapariga, em que sempre achei injusta a diferenciação no tratamento baseada no género sem qualquer justificação objetiva. Em conjunto com outras mulheres envolvidas no mesmo combate, fui adquirindo maior consciência dos desafios por vencer!

Sendo a sua formação de base na área de Letras (Línguas e Literatura), o que é que a levou a prosseguir uma carreira profissional na área dos direitos humanos?

Nem eu sei bem! Acho que foi um conjunto de circunstâncias e, se calhar, estava no meu destino! Cheguei a Portugal com 19 anos. Vim de férias e acabei por ficar. O primeiro emprego que tive, no início dos anos 70, foi como tradutora num departamento do antigo Ministério do Ultramar, encarregado de assegurar o apoio às pessoas que vinham de Goa, na sequência da mudança de regime em 1961. Como falava inglês e concanim, língua escrita e falada em Goa, e várias das pessoas que iam chegando falavam mal o português, tinha maior facilidade em lhes explicar as *démarches* administrativas necessárias à regularização da sua situação e, de alguma forma, as apoiar na sua integração social e cultural em Portugal. Talvez logo ali eu me tivesse apercebido dos direitos individuais e das obrigações dos Estados para os realizar. Continuei depois, já com funções mais de carácter técnico, no instituto que apoiou as pessoas retornadas das antigas colónias, hoje PALOP. Com a integração dessas funções na Segurança Social, passei para os quadros do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na sua presente designação. Talvez por ter acompanhado pessoas que estavam numa fase difícil da sua vida, a questão da proteção e realização dos direitos humanos, sobretudo das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, tivesse assumido contornos cada vez mais claros.

O que são direitos económicos, sociais e culturais e de que maneira se relacionam com a igualdade de género e os Direitos das mulheres?

Os direitos económicos, sociais e culturais (DESC) estão codificados a nível internacional no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Engloba os direitos laborais, o direito à segurança social, à proteção da família e dos seus membros, a um nível de vida adequado, à saúde, à educação e à participação na vida cultural e no benefício do progresso científico. Nas minhas ações de formação, costumo dizer, meio a brincar, meio a sério, que os direitos económicos, sociais e culturais são os direitos da "vidinha". Digo-o de forma intencional, porque, apesar do "mantra" frequentemente repetido da universalidade, indivisibilidade e interdependência de todos os direitos humanos, na realidade os direitos civis e políticos ainda são considerados como aqueles que asseguram as liberdades fundamentais e, como tal, devem vir antes de todos os outros. Mas, se pensarmos na liberdade de não termos fome nem passarmos por privações (*freedom from need and freedom from want*, na definição de Roosevelt, que ainda hoje faz tanto sentido), torna-se claro que os DESC são da mesma grandeza.

O que é o Comité Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas? Qual a sua importância no direito das mulheres e na igualdade de género?

O Comité DESC, composto por 18 peritas/os independentes, com base numa representação regional, é o órgão responsável por monitorizar a implementação do PIDESC por parte dos Estados que o ratificaram[3]. O PIDESC tem duas cláusulas transversais que têm de ser lidas em conjunto com os direitos substantivos que já referi – a não discriminação e a igualdade entre homens e mulheres no gozo de todos os DESC. As mulheres são assim destinatárias, em igualdade de condições com os homens, de toda a proteção a garantir pelo Estado no cumprimento das obrigações decorrentes do tratado.

3 Até hoje são 170 Estados Partes. Portugal ratificou o PIDESC em 7 de outubro de 1976 e encontra-se, neste momento, a preparar o 5.º relatório de implementação.

Até ao momento foi a única perita independente portuguesa no Comité Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais e durante os seus mandatos exerceu funções de elevada representatividade. Foi presidente, vice-presidente e correlatora em dois comentários gerais. O que é que ao longo desta experiência a marcou mais?

Foi um enorme privilégio pertencer a um órgão dos tratados das Nações Unidas na qualidade de perita independente e poder contribuir para o cumprimento do seu mandato nas áreas de monitorização do desenvolvimento do conteúdo normativo dos direitos, identificando as obrigações dos Estados, dentro de fronteiras e extraterritorialmente, de informação e formação em matéria de DESC e, mais recentemente, de decisões sobre queixas individuais contra os Estados que ratificaram o Protocolo Facultativo ao PIDESC, em vigor desde 2013[4]. Em todas as funções que exerci, as pessoas com quem trabalhei dentro e fora do Comité e do próprio Alto Comissariado para os Direitos Humanos, foram generosas na partilha de conhecimentos e exigentes na medida exata. Contribuíram para que eu saísse da minha zona de conforto e me tornasse pessoal e profissionalmente mais completa. Como tenho mesmo de escolher algo que me marcou, vai ser o momento da adoção do Comentário Geral sobre a Segurança Social no qual me empenhei de corpo e alma.

Considera que já se traçou um caminho significativo no que toca à igualdade de género e aos direitos das mulheres?

Sim e não! Não quero deixar de reconhecer os avanços, mas há tanto por fazer ainda. Só para dar um exemplo, refiro as disparidades salariais. Na União Europeia a 27, em 2018, no grupo dos trabalhadores por conta de outrem, a disparidade era de 14,8%, sendo a taxa mais alta na Estónia (22,7%)[5]. Aumenta com a idade e com a necessidade de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar. Assim, ao longo do seu ciclo de vida, as mulheres são sujeitas à discriminação interseccional com base no género e na idade, com maior risco de pobreza e de exclusão. De acordo com dados

4 Ratificado por Portugal em 28 de janeiro de 2013.

5 PORDATA. Base de Dados Portugal Contemporâneo. Disparidade salarial entre sexos nos trabalhadores por conta de outrem (%): total e por sector de atividade económica.

partilhados pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), no Dia da Igualdade Salarial do ano passado, apesar da evolução positiva da desigualdade salarial que se situava em 14,8%, em média, o país continuava a ter "telhados e paredes de vidro", com a mulher a ter de trabalhar mais 54 dias para ganhar o mesmo ordenado de um homem. Esperemos que a Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto, que aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor, seja verdadeiramente um ponto de viragem.

Como caracteriza o estado dos direitos económicos, sociais e culturais das mulheres em Portugal?

Gostaria de dividir a resposta em duas partes. Do ponto de vista do reconhecimento constitucional e legislativo, Portugal coloca os DESC em igualdade com os direitos civis e políticos. Todos os DESC estão consagrados na Constituição da República Portuguesa com três características distintivas – a universalidade comprovada pela formulação, ou seja, todos gozam desses direitos; a expressão do dever de intervenção do Estado, na medida em que lhe compete a execução das políticas; e a preponderância dos DESC na proteção garantida aos grupos vulneráveis. Incluir todos os direitos do PIDESC na Constituição foi um passo fundamental, até porque deu origem a uma séria de leis-quadro que serviram de base à construção de um amplo edifício legislativo que permitiu reforçar a proteção. Mas, como bem sabemos, o edifício legislativo não é, por si só, garante da realização de direitos. A eficácia das políticas públicas é determinante e, neste campo, Portugal, como outros países desenvolvidos, está confrontado com vários desafios. O período mais difícil da austeridade e do ajustamento fiscal que Portugal atravessou levou a cortes significativos nas despesas sociais, com um impacto comprovadamente negativo na realização progressiva dos DESC.

Para manter a aposta feita nestes direitos, Portugal deve ter em conta, nas suas prioridades globais, a necessidade da afetação financeira em conformidade com as suas obrigações face ao PIDESC e a garantia da igualdade no acesso aos bens e serviços públicos necessários à realização plena dos DESC pelas pessoas e grupos mais desfavorecidos.

Considera que o Estado, a sociedade civil e o setor privado empresarial em Portugal estão sensíveis ao problema da desigualdade de género? Em caso negativo, quais são as soluções possíveis para aumentar a sensibilidade para esta questão?

A sensibilização está feita, o que falta é a concretização. Na área das políticas públicas, já há leis importantes e programas de ação dirigidos a vários grupos. Falta concretizar o *mainstreaming* das políticas através de uma articulação eficaz entre os departamentos responsáveis e uma partilha equilibrada de responsabilidades e de recursos financeiros. Dificilmente (e atrevo-me até a dizer que nunca) deixará de haver necessidade de ações específicas dirigidas a grupos de mulheres particularmente desfavorecidas, mas isso em nada impede que as mulheres estejam no centro das políticas públicas em total igualdade com os homens. Há inúmeras organizações da sociedade civil que têm defendido de forma exemplar os direitos das mulheres, seja em matéria de combate à pobreza ou à violência doméstica, seja na promoção da saúde sexual e reprodutiva. Falta-lhes, em meios, o que lhes sobra em vontade de intervir. O setor empresarial vem dando alguns sinais de avanço, mas tem de assumir este desafio também como seu, assegurando condições de igualdade às mulheres em matéria de acesso às oportunidades de formação e de promoção na carreira, combatendo a segregação vertical e horizontal que as condiciona ao longo de toda uma vida de trabalho e tomando medidas inovadoras para a conciliação da vida profissional e da vida familiar que, muito embora sejam dirigidas a mulheres e a homens, acabam por ser mais utilizadas pelas mulheres.

Tendo em consideração a atual conjuntura, quais os riscos e desafios que estão a surgir na área dos direitos das mulheres e na igualdade de género? De que maneira podem os Estados prevenir esses riscos?

Numa perspetiva global, estes são tempos difíceis para os direitos das mulheres. Por todo o mundo, conflitos locais e regionais, com o consequente aumento da militarização por parte do Estado ou de atores não estatais, as consequências nefastas da degradação ambiental e das mudanças climáticas, a intolerância, o fundamentalismo e o retorno a preconceitos culturais de superioridade, ou de raça, ou de género, ou por qualquer outra razão,

podem levar à perda de avanços significativos em matéria de educação das raparigas, de acesso ao mercado de trabalho, de diminuição da mortalidade materna e tantos outros avanços. Estive envolvida num projeto de formação sobre direitos das mulheres em seis países do Sudeste Asiático, e o que mais me emocionou foi conhecer tantas raparigas e mulheres que tinham desenvolvido o poder de acreditar em si mesmas e nas suas capacidades, procurando corresponder a novos desafios e a necessidades não satisfeitas. Os Estados têm de ter uma atitude de permanente abertura e vigilância para avaliar a efetivação das políticas, tomando medidas corretivas quando os resultados não correspondem às expectativas. Compete-lhes também continuar a mobilizar as mulheres e os homens para os benefícios da igualdade e exercer na íntegra a sua função reguladora em relação ao setor privado.

Considera que a atuação de cada um de nós pode fazer a diferença na luta pela igualdade de género e pelos direitos das mulheres? Como poderemos tornar-nos cidadãs/os mais participativas/os e interventivas/os neste domínio?

Claro que sim e nem poderia ser de outra maneira! Nos nossos contextos de vida pessoal e profissional, temos todas/os muitas oportunidades de nos envolvermos no combate às desigualdades. Estou a terminar de responder às perguntas desta entrevista durante o terceiro período de emergência em face deste vírus que nos virou a vida do avesso e nos obrigou a pôr em causa todo um modo de viver, de conviver e de trabalhar. Também aqui, as mulheres são particularmente afetadas, e as desigualdades já existentes, não só de género, mas a todos os níveis, assumem uma força enorme. Voltaremos à normalidade possível e havemos de encontrar, certamente, maneiras adequadas de participar na construção de novas formas de viver neste planeta que a todos pertence e que merece ser acarinhado e defendido. Mais do que nunca, somos todas/os necessárias/os. Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no oceano. Mas o oceano seria menor se lhe faltasse uma gota.

Pioneiras

* Investigadora
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
1069-061 Lisboa, Portugal
mcborrecho@gmail.com
** Consultora
CAST – Consultoria em Tecnologia na Saúde
1800-075 Lisboa, Portugal
cristina@cast.pt

Beatriz Craveiro Lopes
Uma contínua disponibilidade e dedicação aos doentes de dor crónica

MARIA DO CÉU BORRÊCHO* | CRISTINA CÉSAR DAS NEVES**

Durante mais de vinte anos, a Dr.ª Beatriz Craveiro Lopes organizou e dirigiu o Centro Multidisciplinar de Dor, no Hospital Garcia de Orta, em Almada, numa dedicação exclusiva ao diagnóstico e tratamento dos doentes com dor crónica. Em tempos de pandemia, quando o afastamento físico se impõe, os meios digitais permitiram colher o seu testemunho sobre uma área médica na qual foi pioneira.

DOI https://doi.org/10.34619/byq8-hv88

O que a levou a dedicar-se à questão da dor (crónica ou não) e quais os maiores desafios com que se confrontou?

Sempre tive um grande ensejo de contribuir para o alívio da dor e do sofrimento, motivo pelo qual escolhi a especialidade de Anestesiologia, porque é a que alivia a dor durante e depois da cirurgia. Mas, já na década de oitenta do século XX, seis anos depois de terminar a especialidade, um evento de tremenda relevância na minha vida familiar – o sofrimento do meu filho mais novo por doença oncológica – direccionou-me para não querer que nenhum doente, que de mim dependesse, fosse exposto a tamanhas provações.

Desde então, empenhei toda a atenção e trabalho no diagnóstico e na terapêutica dos doentes com dor crónica, no âmbito da Medicina da Dor. Este ramo da Medicina tem como objectivos o estudo da dor, a avaliação, o tratamento e a reabilitação das pessoas com dor.

A dor e a febre compõem os principais biomarcadores clínicos e constituem o motivo principal da procura de consultas médicas, sendo reconhecido o impacto físico, comportamental, ocupacional e socioeconómico da dor. Se a dor aguda é um sintoma que requer tratamento sintomático, como em situações médicas ou pós-cirúrgicas, no trabalho de parto e nos queimados, **a dor crónica é uma doença por si só**.

Qualquer disciplina médica nova que pretenda implementar-se tem de inevitavelmente enfrentar múltiplos desafios, obstáculos e barreiras, pois as novidades têm sempre de transgredir o *status quo*.

Inicialmente, em 1992, no Hospital Garcia de Orta (HGO), inaugurado em 1991, houve necessidade de esclarecer e divulgar, tanto junto dos pares como de toda a comunidade hospitalar, a razão pela qual era imprescindível a dedicação exclusiva ao diagnóstico e tratamento dos doentes com dor crónica. Por outro lado, à época, foi também necessário conseguir toda a logística e recursos humanos para a criação de uma Unidade da Dor. Para tal, teve de ser criada toda uma organização que permitisse a referenciação interna hospitalar e externa com os Centros de Saúde, definir a rede de acessibilidade dedicada ao doente, o seu encaminhamento e acolhimento, o respectivo diagnóstico e programa terapêutico integrado, tendo sempre como objectivo final a melhor reabilitação possível.

Com a evolução no tempo da actividade assistencial e formativa, o que é hoje o Centro Multidisciplinar de Dor (CMD) do HGO foi o culminar

natural da actividade desenvolvida pela Unidade da Dor, que iniciou informalmente a sua actividade em 16 de Outubro 1992 e formalmente a partir de 17 Novembro de 1993.

Durante estes 27 anos de funcionamento, houve um investimento na actualização científica e na prática clínica do *staff* médico e não-médico, apostando-se sempre na formação contínua como forma de acompanhar a evolução vertiginosa no campo da Medicina da Dor, quer no âmbito conceptual, quer na perspectiva farmacológica, e também na área da intervenção, leia-se técnicas invasivas farmacológicas e não-farmacológicas.

No Centro Multidisciplinar de Dor do Hospital Garcia de Orta, que dirigiu até há pouco tempo, defendeu uma abordagem multidisciplinar no tratamento da dor. Porquê e quais as valências nela envolvidas? Que avaliação faz dessa metodologia?

O desenvolvimento e aprofundamento da Medicina da Dor, a sua evolução científica e clínica tem sido vertiginosa nos últimos 25 anos e, juntamente com a complexidade crescente dos casos clínicos que nos são encaminhados, justifica os recursos humanos especializados no âmbito dos profissionais de saúde e dos equipamentos e dispositivos médicos a que tem de recorrer.

No CMD, o trabalho médico e não-médico cursa mais na interdisciplinaridade do que na multidisciplinaridade. Tal só é possível quando de facto se trabalha em equipa, o que leva muitos anos a construir. São 4 as especialidades médicas presentes na equipa exclusiva e residente: 4 elementos de Anestesiologia, 3 de Medicina Física e de Reabilitação, 1 de Medicina Interna e 1 de Neurologia, todos com Competência em Medicina da Dor atribuída pela Ordem dos Médicos. A psicóloga clínica e as 5 enfermeiras da equipa que trabalham exclusivamente em dor crónica, todas têm formação e pós-graduação dedicadas à temática.

Entre os profissionais de saúde, a interdisciplinaridade assume objectivos comuns na prestação de cuidados individualizados, humanizados e de grande rigor técnico, assim como uma orientação comum segundo a *legis artis,* seja por Medicina Baseada na Evidência, seja por *guidelines*, seja ainda por consensos profissionais, para que se estabeleça um Plano Terapêutico Integrado, tendo em mente o acordo do doente e a articulação com outros profissionais, garantindo deste modo a continuidade do tratamento. À luz dos conhecimentos

actuais desta nova vertente das Ciências Médicas e da Clínica, não é possível prestar este tipo de cuidados sem estar adequadamente habilitado e treinado, entendendo que se tem por desiderato o interesse da comunidade.

Ao longo dos anos, como procurou sensibilizar a comunidade médica/científica para o problema do tratamento da dor?

No interesse dos doentes com dor crónica e no âmbito da humanização, há princípios dos quais não se pode abdicar, designadamente: a acessibilidade, a celeridade, a equidade, a qualidade dos serviços prestados e a viabilidade e sustentabilidade dos mesmos. A falta de oferta no tratamento adequado da dor é uma violação dos Direitos Humanos fundamentais do doente. Portugal foi um dos 50 países que assinaram, em 2010, a *Declaração de Montreal*, que, tratando-se da dignidade humana, reconhece o tratamento da dor como um direito.

Há uma assimetria importante entre a oferta das unidades da dor existentes, quer públicas quer privadas, e os doentes que delas necessitam. A maioria dos estudos sobre os custos directos, e também os indirectos, demonstra a ineficiente gestão da dor, podendo-se fazer mais pelo controlo da dor com mais eficiência e eficácia e com menos custos. Além disso, é necessário também equalizar indicadores a utilizar para *benchmarking*, como sejam a percentagem dos novos casos de doentes com dor crónica, a percentagem da relação entre primeiras e segundas consultas, a percentagem do número médio de anos de trabalho perdidos por dor crónica e, acima de tudo, qual o grau de incapacidade e de bem-estar destes doentes, com a preocupação de melhorar os DALY (Disability Adjusted Life Year) de Portugal.

A sensibilização para esta problemática passou ao longo dos anos por vários tipos de actividades formais e informais: desde programas de ensino sobre a temática no pré-graduado e no pós-graduado à organização e participação em congressos e formatos afins, passando por abordagens junto da tutela, tanto no órgão legislador que é o Ministério da Saúde, como nos reguladores como são a Direcção-Geral de Saúde e o Infarmed, como ainda nos órgãos gestores, nomeadamente a ACSS (Administração Central dos Serviços de Saúde) e o SPMS (Serviços Partilhados do Ministério da Saúde).

Também a Ordem dos Médicos, na Direcção do Colégio da Competência em Medicina da Dor, nos triénios 2009-2011, 2012-2014 e 2015-2017, trabalhou

na promoção do reconhecimento: da dor crónica como doença; da necessidade de utilizar o modelo biopsicossocial com estes doentes e de proporcionar cuidados diferenciados; da existência de profissionais especializados e de estruturas dedicadas; da exigência de criar mais estruturas e formar mais profissionais para responder às necessidades da população portuguesa; mas também da dor crónica como um grave problema de saúde pública.

Quanto à tipologia de doentes que acorrem ao CMD no HGO, são os que estão previstos na sua missão, que consiste na prestação de serviços e actos clínicos diferenciados a doentes de todos os grupos etários referenciados, portadores de dor crónica oncológica e não-oncológica, quer em regime de ambulatório, quer em regime de internamento que inclui: Consulta externa (Médica/Enfermagem/Psicologia da Dor/Psicomotricidade/Nutrição e Dietética), Consulta multidisciplinar, Consulta telefónica, Hospital de Dia, Internamento e Bloco Operatório.

Devo enfatizar que cerca de 85% dos doentes assistidos são do foro não oncológico, afectados na sua maioria pela lombalgia, patologia dominante em todo o mundo onde haja estruturas organizadas e dedicadas para tratar doentes com dor crónica. Mas muitas outras patologias são prevalentes, como a dor músculo-esquelética, a nevralgia do trigémeo, a dor neuropática periférica do diabético, a nevralgia pós-herpética, a dor neuropática pós-cirúrgica, a dor neuropática central, a dor isquémica.

Em jeito de balanço, que avaliação faz do trabalho realizado enquanto directora do Centro Multidisciplinar de Dor?

É muito difícil fazer auto-avaliação do trabalho realizado em quase três décadas e sobretudo fazê-lo publicamente e por escrito. O empenho e a dedicação foram máximos e, olhando para trás, fica sempre a impressão de que se podia fazer sempre mais e melhor. Mas o facto de se ter constituído uma equipa meritória e de excelência que tem todos os requisitos para ser reconhecida em qualquer latitude ou longitude é muito gratificante, mas mais ainda é o retorno que os doentes dão e para o qual não há métricas para o expressar. Foi e ainda é fantástico poder servir quem de nós precisa.

7 de Maio de 2020

* Investigadora
Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
1069-061 Lisboa, Portugal
indiravicenteleao@gmail.com

Dina Pedro
Pioneira nas artes marciais em Portugal

INDIRA LEÃO *

Dina Pedro, conhecida como *Dinamite*, nasceu a 9 de dezembro de 1976 e é uma atleta profissional nas artes marciais, nomeadamente em *muay thai* e *kickboxing*. Com uma carreira marcante no desporto, consagrou-se campeã mundial de *kickboxing* em 1999 e 2001. Foi bicampeã mundial de *thai boxing* de 2004 a 2005 e campeã mundial de *muay thai* em 2007.

Dos 33 combates a título profissional, contam-se duas derrotas e 31 vitórias, duas delas por nocaute (quando o oponente fica incapaz de lutar). Com uma carreira invejável para qualquer atleta, Dina Pedro tem a particularidade de ser uma mulher inserida num tipo de desporto ainda muito conotado com o masculino. Fundou a Dinamite Team, uma escola de *muay*

DOI https://doi.org/10.34619/7nqx-0865

thai com uma secção localizada em Lisboa e outra em Mafra, nas quais treina vários atletas para campeonatos europeus e internacionais. Nos estranhos tempos que correm de distanciamento social, Dina Pedro teve a amabilidade de responder às nossas questões sobre a sua experiência profissional e pioneirismo nas artes marciais em Portugal, via *e-mail*.

De onde vem a sua paixão pelas artes marciais?

A minha paixão pelas artes marciais surgiu em criança, penso que por influência dos filmes.

E quando era criança, tinha alguma(s) figura(s) de referência ligada(s) às artes marciais?

Em criança tinha como referência o Bruce Lee, mas na altura praticava atletismo e era fã da Rosa Mota.

Teve a influência de algum familiar para a prática das artes marciais?

Não, nem nas artes marciais, nem no desporto em geral.

Sempre se imaginou a fazer das artes marciais a sua vida?

Não, a partir de certo momento comecei a sonhar com isso, mas confesso que não achava possível.

Quando é que se apercebeu de que queria seguir profissionalmente nas artes marciais?

Penso que foi mais ou menos três ou quatro anos depois de iniciar. Pensei: "Vou ser boa nisto"; acordava a pensar em treinar e adormecia a pensar nos treinos.

Como foi a reação da sua família à paixão e decisão de seguir uma carreira profissional nas artes marciais?

Eles achavam que devia seguir outros caminhos profissionais, por preocupação financeira, o que entendo perfeitamente. Viam o mesmo esforço diário, e parecia que os frutos nunca iriam chegar. Conseguir viver exclusivamente do *muay thai* foi uma luta dura. Tive outros trabalhos em paralelo até conseguir.

Pedi à família que me deixasse tentar, e eles deixaram; esse apoio foi fundamental.

Pode elucidar-nos, a nós, pessoas leigas no que respeita às artes marciais, sobre o que são o muay thai, o kickboxing e o thai boxing?

O *muay thai* é originário da Tailândia e permite o uso de pernas, joelhos, punhos e cotovelos, o corpo a corpo. O *thai-boxing* é aquilo que os europeus, há uns anos, chamavam quando se combatia *muay thai* sem o uso do cotovelo.

O *kickboxing* surge na década de 70, nos Estados Unidos, e em grande parte deriva do karaté. Aqui só é válido o uso de pernas e punhos. Nos últimos anos surgiu uma variante chamada K1, em que se pode usar também o joelho.

Em que arte marcial começou o seu percurso, e quando?

Em 1996, em *kickboxing*.

Como se deu a sua passagem por três artes marciais (muay thay, kickboxing e thai boxing)?

O *thai boxing* é *muay thai*; na Europa chamam *thai boxing* quando se tira o uso dos cotovelos. A passagem do *kickboxing* para o *muay thai* ocorreu de uma forma natural: eu treinava numa escola onde inicialmente se ensinava *kickboxing* e que gradualmente passou para *muay thai*.

Em 2001 veio um treinador tailandês para Portugal, e tive a oportunidade de treinar com ele durante um ano. E a partir daí passei a ter uma paixão maior pelo *muay thai*.

Descreva-nos o seu impressionante percurso profissional no muay thay, kickboxing e thai boxing com as suas vitórias internacionais.

O meu percurso profissional começou em 1996, e nesse mesmo ano sagrei-me campeã da Europa; em 1997 consegui o mesmo feito, e em 1999 fui campeã do mundo. Em 2001 voltei a ser campeã do mundo.

No ano de 2001 tive a oportunidade de praticar com um treinador tailandês, que estava a viver em Portugal. Nesse ano fui à Tailândia pela primeira vez e combati lá, vencendo dois combates.

Em 2004 e 2005 sagrei-me campeã mundial de *thai boxing* e em 2007, de *muay thai.*

Qual foi a sensação de competir pela primeira vez fora de Portugal?

Não é uma sensação, mas o que mais queria era mostrar o valor dos portugueses.

Pode contar-nos mais sobre a sua experiência em competição internacional?

A nível profissional só fiz um combate com uma atleta portuguesa, os restantes foram todos com atletas estrangeiras. Mas a nível internacional já tenho mais experiência como treinadora do que como atleta.

O que mais fica nas experiências internacionais é o respeito que ganhamos e as amizades espalhadas pelo mundo.

Quando começou a sua carreira, era talvez a única mulher inserida no meio. Fale-nos sobre essa experiência.

Já existiam algumas mulheres praticantes e até competidoras, mas muito poucas. Sempre fui bem-recebida pelos colegas homens, que sempre me trataram como colega de treino de igual forma.

Em algum momento se sentiu descredibilizada ou sentiu que tinha de ultrapassar mais obstáculos por ser mulher?

Descredibilizada nunca me senti, penso que consegui o respeito de todos pelo meu esforço. No entanto ainda hoje as mulheres recebem menos do que os homens por combate do mesmo nível, e há mais dificuldade na rodagem competitiva.

Quando iniciou a sua carreira, não existiriam talvez muitas mulheres a competir. Fazendo uma retrospetiva, crê que existem mais mulheres atualmente a interessarem-se pelas artes marciais e a competir? Se sim, na sua opinião quais as razões que levam a este interesse feminino por um desporto culturalmente tão conotado com o masculino?

Atualmente existem muitas mulheres a treinar e a competir, o que me deixa muito feliz, e a tendência é que esse número continue a aumentar. Penso que cada vez mais vai desaparecendo o rótulo de desportos para homens. Acho que há mais conhecimento da modalidade e as mulheres percebem que não se vão magoar por a praticar.

As razões que levam cada vez mais mulheres a praticar artes marciais, é o facto de ser um desporto supercompleto, para manter o corpo e a mente sãos; é uma superação constante e possível para todos. Dá-nos autoconfiança, que é tão importante para tudo na vida.

Pode dizer-nos como é ser atleta de artes marciais em Portugal? Quais as dificuldades e quais os pontos positivos e negativos da modalidade no país.

Na realidade é muito difícil. Não há apoios, e a maioria dos atletas trabalha para conseguir ser atleta. Não temos muitos eventos profissionais, e faltam-nos mais seguidores. Tenho alguns atletas que são mais reconhecidos no estrangeiro do que em Portugal.

Quando é que decidiu deixar a competição? E por que motivos?

Decidi deixar a competição para me dedicar cem por cento à atividade de treinadora. Na altura já começava a ter alunos com um bom nível competitivo, e era impossível conseguir ser boa atleta e boa treinadora num nível de exigência alto. Foi em 2007, e nesse ano ganhei pela primeira vez o prémio de treinador do ano.

Fale-nos sobre o seu projeto Dinamite Team.

A Dinamite Team surgiu em 2001, quando comecei a levar os primeiros atletas a competição, ainda muito como uma brincadeira.

Hoje em dia, é a equipa em Portugal com mais atletas profissionais e com mais títulos internacionais. Quarenta por cento dos nossos praticantes são mulheres.

Ensinamos e cuidamos de todos, sejam atletas de manutenção ou competição. Queremos que todos possam aprender e apaixonar-se pelo *muay thai*.

Setenta e cinco por cento dos nossos praticantes são de manutenção, vinte e cinco por cento de competição. Todos eles treinam juntos num espírito de interajuda; dessa forma conseguimos que cresçam como atletas e como pessoas.

Considera-se uma referência desportiva para todas as meninas que sonham ser atletas?

Como atleta, fui uma referência para muitas atletas, que agora são essa referência para estas meninas.

Neste momento sinto que sou uma referência para novos treinadores/as. Mostrei que, com trabalho e mesmo sem apoios, é possível elevar a fasquia, e estarmos em grandes eventos pelo mundo fora.

Infelizmente, existem alguns estereótipos com os quais crescemos como é o caso de "o desporto não é para meninas". Tem alguma mensagem de encorajamento para as meninas que querem tornar-se atletas profissionais nas artes marciais?

Não existem desportos para homens nem para mulheres; existe o desporto com o qual a pessoa se identifica, e esse é o seu desporto. Fazer a diferença depende de nós.

Quando se tem a capacidade de sonhar, tem-se a capacidade de realizar.

(Auto-)Retrato

Ana Coucello

O início desta história tem lugar em Lisboa – a 'minha terra' de horizontes líquidos e luminosidade incomparável –, no fim do ano de 1948, pela ciência e as mãos da médica-parteira[1] Humberta Areias[2], numa casa antiga, junto à Avenida, cujos tectos consentiam árvores de Natal deslumbrantes e os soalhos só rangiam quando alguém tentava passar despercebido. Tomei o nome da minha Avó, que tomara o dela da sua trisavó, uma americana de Filadélfia e origem irlandesa, de quem guardo alguns tesouros estimativos e que ainda hoje evocamos como a Avó Mary-Anne. Tive uma infância feliz, com

DOI https://doi.org/10.34619/7vbc-sn12

1. Designação então corrente para as obstetras.
2. Fez parte de um pequeno grupo reunido por Adelaide Cabete para a constituição da Associação das Mulheres Universitárias Portuguesas segundo *A Mulher em Portugal*, publicação da Segurança Social em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/18931/A+mulher+em+Portugal+volume+I.pdf

uma Mãe e um Pai apaixonados entre si e pelos filhos – tenho um irmão –, e no meio de uma família a perder de vista onde as gerações passadas continuam presentes...

A minha instrução política começou muito cedo, em casa, à volta das imagens de dois cartapácios sobre a I Grande Guerra[3] e com as histórias sobre a II Guerra Mundial – as fugas através dos países ocupados pelos nazis e da Espanha franquista, a luta da resistência, a espionagem em Lisboa e a marcação do seu território pelos lados em conflito. Depois, as conversas mais dolorosas sobre os judeus, as perseguições, as atrocidades, o holocausto. E também, quando o meu Avô não estava presente, as histórias da sua prisão pela polícia política, por colaborar com a embaixada britânica no acolhimento de personalidades fugidas dos países ocupados. Estas conversas transmitiram-me o amor pelos valores da paz, liberdade, direitos humanos e democracia e também a repugnância intelectual e física pela guerra, a arbitrariedade, o despotismo, a opressão e a injustiça.

Completei a instrução primária entre o Príncipe Real e São Pedro de Alcântara, com uma exigente professora particular, a Senhora Dona Alzira Rezende, que nos premiava com lacinhos de cores, nos levava em visitas de estudo pelos arredores e nos evitava a arregimentação para a Mocidade Portuguesa. A ideia era a de que uma sólida formação inicial era essencial para o que se seguiria.

A morte precoce do meu Pai, quando tinha 38 anos e eu quase 10, veio abalar para sempre as minhas certezas infantis. Passou a haver "um antes" – tudo era alegre, fácil e adquirido – e "um depois" – tudo ficou triste, difícil e incerto. Foi um desgosto avassalador que se apaziguou, mas não se extinguiu.

Parte da minha adolescência foi passada no espaço protegido do Instituto de Odivelas – colégio interno, fundado em 1900 por oficiais do Exército para garantirem às suas filhas uma educação para a autonomia; foi extinto em 2015 por um despacho cego do ministro da Defesa. Era um *ecossistema* peculiar marcado por curiosas incongruências que continham em si a crítica da disciplina beata e salazarenta ali imposta. Proporcionou-me conhecimentos sólidos nas línguas vivas e nas ciências; fundamentais mas fastidiosos, em latim; estimulantes, em geografia e história mundiais; extravagantes, em

3. "L'Album de la Guerre 1914-1919", ed. L'Illustration, Paris, 1923.

tintura de tecidos... com cochinilha; e insólitos como instruções para escolher um marido! E proporcionou-me amigas que me acompanham há 60 anos.

Foi no colégio que primeiro me interroguei acerca da bondade da Igreja católica, quando me assustava com os gritos do capelão encolerizado, no confessionário, com a nossa *perversidade de adolescentes*... Foi também no colégio que a obrigação do exercício da virtude da caridade me levou a perceber a intolerável hipocrisia que é a caridade sem compaixão. Fui boa aluna e bem-comportada, não por ser uma "menina exemplar" da Condessa de Ségur mas para sair do colégio ao fim-de-semana o mais cedo possível.

Mais tarde, uma mistura explosiva de imaturidade e sobranceria saldou-se por um inacabado curso de Química. Da Faculdade de Ciências recordo o choque com os arcaicos laboratórios – que não se comparavam aos do colégio e me levavam a "ver" o fantasma de Lavoisier a perscrutar-nos do alto do mezanino... Destes prodigiosos anos 60, relembro o desafio à inacção do regime que constituiu a mobilização dos estudantes para o socorro às vítimas das grandes inundações de 1967 – estive dois dias a limpar botões (!) numa retrosaria de Alenquer que tinha ficado submersa pela lama e regressei a casa com uma violenta gripe; a exaltação suscitada pelo Maio de 68; o ânimo incutido pelas lutas estudantis de 1969; o susto com o grande sismo, ainda em 1969; as minhas primeiras incursões pelo pensamento de feministas como Betty Friedan; o *descanso* recém-oferecido pela pílula; e a banda de Liverpool que ainda hoje alegra os meus dias e animava as nossas festas.

Arrastei-me penosamente pela Faculdade de Ciências até casar e ir para a guerra colonial, flagelo que reforçava a violência opressiva e arbitrária da ditadura – uma guerra no horizonte de uma geração é uma condenação a prazo que condiciona drasticamente decisões e expectativas. Havia um antes da guerra e, com sorte, um depois da guerra. África foi o verdadeiro início da minha vida adulta. Parti para seis meses de ociosidade no Leste de Angola e acabei, dois dias após a chegada, a dar aulas em substituição de uma professora com uma gravidez de risco. Vi-me assim, aos 23 anos, com a responsabilidade de motivar para o estudo da matemática e da biologia enormes turmas de adolescentes ruidosos que não perderam a oportunidade para pôr à prova uma professora pouco mais velha do que eles. Rapidamente, porém, percebemos que éramos feitos uns para os outros! Pela relação estabelecida com os meus alunos, os responsáveis pelo principal aldeamento

compulsivo às portas da cidade abriram uma excepção à inexistência de celebrações – uma das formas de resistência à situação – e organizaram-me uma festa com *muquíxis* e danças. Tive à minha espera a respeitada anciã do aldeamento e um lugar ao seu lado. Foi uma recompensa pelo meu trabalho, que recordo como um prémio inigualável. Quando parti, descobri os meus alunos estrada fora, debaixo do Sol do meio-dia, a caminho do aeroporto para se despedirem de mim. Guardo-os no meu coração e comovo-me sempre que os recordo. Ainda hoje.

Em África confirmei o que em Portugal já suspeitava. Presenciei o vaivém dos helicópteros evacuando militares feridos. Revoltei-me com o sofrimento de crianças amputadas dentro dos próprios aldeamentos por minas de um movimento de guerrilha de cujos propósitos sempre desconfiei[4]. Comprovei as arbitrariedades que as populações suportavam, retiradas à força dos seus territórios ancestrais e concentradas em aldeamentos à margem das cidades em condições deploráveis, privadas tanto dos recursos das suas terras de origem como de infra-estruturas urbanas, e as estratégias humilhantes de sobrevivência a que muitas destas pessoas tinham de recorrer. Apercebi-me da hostilidade de muitos colonos às tropas portuguesas – os pilha-galinhas – e experimentei a estupefacção e o medo de acordar debaixo de fogo no meio de uma cidade.

Regressei de África com um sentimento de urgência e ainda mais segura das minhas convicções. Felizmente seis meses mais tarde, em Setembro de 1973, Évora é palco da primeira reunião dos militares na origem do Movimento das Forças Armadas (MFA) que haveria de derrubar a ditadura.

Porque era uma oportunidade imperdível e as relações familiares o permitiam, fiz tudo o que estava ao meu alcance para o êxito da conspiração. Iniciei contactos úteis para o plano de operações, recolhi e transmiti informações e cheguei a andar fugida... pela Serra da Estrela, claro! Foi um período de grande ansiedade, bastante atrevimento e muitos sobressaltos.

O 25 de Abril foi o dia mais feliz da minha vida. Quem nunca viveu em ditadura dificilmente imaginará a imensa alegria e o enorme alívio que sentimos: era uma sinistra nuvem negra sempre presente substituída por uma promessa de bom tempo. Tive o privilégio de trabalhar no centro do turbilhão revolucionário, primeiro com o Secretário do Conselho de Estado

4. Refiro-me à UNITA.

e a Comissão Coordenadora do MFA e, por último, como adjunta do gabinete do Primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, para quem eu reunia as *referências ideais*: tinha andado comigo ao colo, era filha de um camarada da engenharia militar e estava casada com um militar revolucionário! Um dia disse-lhe que ele tinha tiques machistas e, a partir daí, dizia como *blague* que os que o acusavam de ser marxista estavam enganados, afinal ele era machista. Era um homem bom que foi implacavelmente trucidado. O estertor do regime teve aspectos de grande violência: eu própria recebia diariamente telefonemas com ameaças de morte. Vivi o 28 de Setembro e o 11 de Março no interior do *poder revolucionário* e pedi a exoneração em Abril de 1975 por discordar de algumas decisões.

Sou uma convicta europeísta por razões históricas e políticas, mais tarde confortadas pela experiência cívica europeia. Trabalhei durante 35 anos na área da integração europeia. Fui recrutada no início das negociações da adesão, para o recém-criado Secretariado para a Integração Europeia (SIE)[5], pela mais lúcida e competente dirigente da Administração Pública com quem trabalhei, Raquel de Bethencourt Ferreira. Em 1985 o SIE foi absorvido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, e vi-me integrada numa estrutura pesada e conservadora, onde, em 1986, ainda se encerravam processos com cordel no final de cada ano. Pelo meio, fui adjunta do Gabinete da Secretária de Estado do Comércio Externo e responsável pelo gabinete em Lisboa da Delegação do Partido Socialista (PS) ao Parlamento Europeu.

A minha passagem pela política partidária iniciou-se com um curto capítulo na UDP, onde colaborei com a *Voz do Povo*, para a qual obtive uma das primeiras entrevistas de António Lobo Antunes e entrevistei um grupo londrino de jazz, o *Feminist Improvising Group*. Em 1985 integrei o MASP (Movimento de Apoio Soares à Presidência) e, em 1986, após a eleição presidencial, aderi a um PS recentemente saído de uma estrondosa derrota eleitoral. No PS, o primeiro encargo chegou-me através de um telefonema de António Guterres, a convidar-me para um grupo que seria o embrião do departamento nacional para os direitos das mulheres.

A experiência partidária foi simultaneamente proveitosa e decepcionante. Conheci novos cambiantes da cultura masculina e verifiquei que a

5. Órgão de apoio técnico à Comissão para a Integração Europeia, criada na Presidência do Conselho de Ministros para preparar e dirigir as negociações de adesão de Portugal às então Comunidades Europeias (DL n.º 306/77, de 3 de Agosto).

negação da discriminação sistémica das mulheres e o escárnio do feminismo e das feministas tem campeões em lugares insuspeitos. Ao fim de sete anos de intensa actividade partidária em que tive a oportunidade de percorrer o País em campanhas eleitorais extenuantes e instrutivas e de dar o meu contributo a vários níveis, a vida partidária começou a parecer-me um jogo de sombras para o qual me faltava talento. Devo ao PS o ter conhecido Maria Alzira Lemos[6], companheira de 20 anos de lutas e uma querida Amiga de quem terei sempre saudades.

Nos anos 80 integro a secção não-governamental do Conselho Consultivo da Comissão da Condição Feminina, e aos poucos vou substituindo a militância político-partidária por uma militância política no universo das organizações não-governamentais[7] de direitos das mulheres, que, recordo, já em 1987 trabalhavam em parceria informal após subscreverem um documento designado Plataforma de Acção para a Igualdade. Com escassos recursos materiais mas generoso trabalho voluntário, foi possível realizar inúmeras iniciativas inovadoras que desbravaram caminhos, divulgaram novos conceitos e permitiram uma experiência de trabalho conjunto que contribuiria para a criação, em 2004, da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres (PpDM), que hoje reúne cerca de 30 associações e desenvolve uma importante e imprescindível intervenção neste vasto e complexo domínio.

Curiosamente, o meu feminismo nasceu de uma epifania infantil numa festa de casamento, quando os meus primos conspiraram para me excluírem das brincadeiras. Enxotadas as crianças para o jardim, eu debatia-me com um vestido comprido, feito à medida na Carochinha[8], que me estorvava as correrias. Para me libertar, rasguei a saia, e os meus primos precipitaram-se a denunciar-me à minha Mãe que, não gostando de "queixinhas", menos gostou do sucedido, confinando-me dentro de casa até o fim da festa. Percebi então que, embora competissem alegremente entre si, os meus primos temiam a minha concorrência e não hesitariam em fazer batota para me

6. Maria Alzira Lemos (1919-2005), feminista e militante antifascista, foi jurista do mecanismo nacional para a igualdade (CCF e CIDM). Era neta de Afonso Costa, estadista da I República. A PPDM deu o seu nome à sua sede.

7. Isto é, as organizações da "sociedade civil" que tradicionalmente não tinham assento nos fóruns do diálogo social formal.

8. *A Carochinha* era o nome de uma *boutique* para crianças que existiu em Lisboa.

expulsarem. Devia ter uns 5 anos, mas aprendi a lição e nunca mais deixei de combater a *síndrome da Carochinha* em todas as suas dimensões!

Embora não isenta de decepções e contrariedades, a minha experiência de feminista militante foi e continua a ser uma aprendizagem enriquecedora. Conheci mulheres inspiradoras, de grande coragem e tenacidade neste combate por um Mundo melhor – porque é disso que se trata quando se trata da luta pelos direitos das mulheres. Confrontei-me com outras visões do mundo e coloquei à prova a minha própria visão. E fui destinatária da confiança das companheiras deste combate que reconheceram o meu trabalho e me premiaram com... mais trabalho (!), elegendo-me para a presidência da AFEM – Association des Femmes de l'Europe Méridionale[9] (2000), a vice-presidência do EWL – European Women's Lobby[10] (2002) e a presidência da PpDM (2006).

A reflexão suscitada pela intensa actividade que desenvolvi leva-me a considerar que, embora se tenham registado avanços assinaláveis, a lentidão na sua concretização e a sua frágil sustentabilidade estão longe de corresponder às expectativas sociais, às proclamações políticas e até às disposições legais em vigor. A violência masculina contra as mulheres continua a não ser eficazmente dissuadida e efectivamente punida; as mulheres continuam a não auferir salário igual para trabalho de igual valor; a participação das mulheres no poder e tomada de decisão em todos os domínios, da política à economia, continua longe da paridade; o acesso das mulheres aos recursos públicos continua a espelhar enormes desigualdades; a análise das decisões políticas em função do seu contributo para a igualdade continua a não estar garantida, consentindo decisões contraditórias e o consequente desperdício de recursos; as mulheres continuam a produzir a maioria do trabalho não-remunerado. E todavia... a promoção da igualdade entre homens e mulheres é uma tarefa fundamental do Estado[11].

Porém a minha experiência de intervenção política ensinou-me que em democracia nada é irreparável! A democracia oferece inúmeras fileiras de intervenção, e o grau de empoderamento de cada um/uma de nós não depende unicamente de factores socioeconómicos, depende também do modo como olhamos para nós próprios. *Yes, we can*! E também devemos

9. Com sede em Paris.

10. Com sede em Bruxelas, é a maior organização europeia de direitos das mulheres.

11. Art. 9.º da Constituição da República.

porque a democracia é um sistema aberto e portanto vulnerável – como estes últimos anos demonstram – que merece todo o nosso cuidado. A democracia incentiva o desenvolvimento humano e é o único sistema de governo que admite aperfeiçoamentos. E continua a ser a pior das formas de governo, à excepção de todas as outras[12].

Tenho naturalmente outros interesses – os direitos dos animais, as questões relacionadas com o antropocentrismo, a biodiversidade, o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, e também a música e a pintura – e espero manter viva a minha curiosidade e a minha apetência discente até ao último dos meus dias! *Tempus fugit* e não quero distrair-me! Foi porém a pintura, e a minha obstinação em me tornar proficiente no caprichoso meio que é a aguarela, que me ofereceu as *ausências* de que necessitava para recompor as energias físicas, emocionais e intelectuais necessárias ao longo combate feminista.

A última palavra para o meu actual companheiro de mais de quarenta anos nesta jornada democrática, europeísta e feminista: Obrigada!

E agora que esta difícil encomenda está despachada, vou pintar... se os meus gatos me deixarem.

12. Frase habitualmente atribuída a Winston Churchill; porém, parece que, quando a proferiu, em 1947, na Câmara dos Comuns, estaria ele próprio a citar um seu não-identificado antecessor.

Maria Isabel Aboim Inglez
«A Indomável»

MARGARIDA TENGARRINHA

De seu nome completo, Maria Isabel Hahnemann Saavedra de Aboim Inglez, foi chamada «A Indomável» pelo seu amigo, o poeta José Gomes Ferreira, característica que regista a unanimidade dos seus companheiros de luta e de todos aqueles que admiravam e admiram a sua inabalável coragem de combatente antifascista. Muitos a classificaram como «A Mulher Sem Medo», naquela época em que, em Portugal, o medo era a arma que a

DOI https://doi.org/10.34619/t5zb-m173

ditadura fascista lançava como uma rede paralisante sobre o país, tirando não só a liberdade, mas também o pão aos adversários. Essas duas formas de repressão foram usadas contra Maria Isabel e contra as suas duas filhas. A ferocidade implacável com que Salazar a perseguiu é outra forma de confirmação de que via nela uma mulher que lhe fazia frente com uma coragem sem vacilações e uma firmeza de carácter baseada em convicções fundamentadas em princípios teóricos que adoptara e a que era fiel.

Maria Isabel Aboim Inglez nasceu em Lisboa, na Rua Nova do Loureiro, no Bairro Alto, em 7 de Janeiro de 1902, numa família burguesa. Seu pai, de origem espanhola mas naturalizado português, era republicano e ateu, o que, naturalmente, a influenciou.

Ao recordar o percurso de vida desta mulher excepcional, destaco alguns factos marcantes, um dos quais foi o seu casamento, aos vinte anos, com Carlos Aboim Inglez. Mais velho três anos, foi seu colega no liceu Pedro Nunes, fez o curso de engenheiro químico e de minas e foi, no dizer de Henrique de Barros, "um combatente sem tréguas contra a ditadura, a tudo disposto para a derrubar" (H. de Barros, *Diário de Lisboa*, Março de 1942). Outro facto marcante foi a morte prematura do marido: Maria Isabel, que era uma pessoa muito contida e de grande sobriedade na expressão dos sentimentos, diria a uma das filhas, num desabafo nada habitual nela, que estava profundamente apaixonada por ele e que, entre os dois, houve, desde sempre, uma enorme identidade de pensamento e de ideologia. Foi decerto um casamento de grande entendimento e apoio mútuo, entre duas pessoas com uma inteligência acima do vulgar, o que se reflectiu no estímulo do marido para que retomasse os estudos, após o nascimento do seu quinto filho.

Foi assim que, com o total apoio do marido, Maria Isabel se matriculou na Faculdade de Letras de Lisboa, onde tirou, com resultados brilhantes, o curso de Ciências Histórico-Filosóficas, em 1936. Tinha já 34 anos. Por motivos da vida familiar, com os filhos muito pequenos, só dois anos depois conseguiu apresentar a tese de licenciatura: *Algumas Considerações sobre a Influência dos Descobrimentos na Sociedade Portuguesa.* Pelas mesmas obrigações familiares, não aceitou então o convite do professor Matos Romão para assistente livre, no seu laboratório de Psicologia Experimental. Em 1941, quando o professor renovou o convite, Maria Isabel passou a leccionar na Faculdade de Letras, como assistente de Psicologia e também como professora de Filosofia Antiga e História da Filosofia Medieval. Leccionava na Universidade quando, em Março

de 1942, o marido morreu. A esse grande golpe, seguiram-se as perseguições políticas do ministro de Educação com o intuito de a fazer vergar e imposições de cedências políticas, que a obrigaram, por uma questão de dignidade, a abandonar as funções de professora na Faculdade de Letras.

Entretanto, mantinha-se como directora e professora do Colégio Fernão de Magalhães, que tinha fundado com o marido em Novembro de 1938, depois de acabado o curso na Faculdade de Letras. Passou a viver com a família no mesmo edifício do Colégio, na Rua dos Lusíadas, n.º 51. Como sua directora e professora, Maria Isabel demonstrou qualidades pedagógicas excepcionais, pelo que o prestígio do colégio atraiu filhos da alta burguesia de Lisboa, que ali estudavam ao lado de crianças de famílias pobres daquele bairro de Alcântara.

Entre as teorias pedagógicas que desenvolveu e levou à prática no colégio, e que constam de vários textos seus sobre o assunto, destaca-se uma, que na época era pioneira: a importância que deve ser dada ao ensino primário e a necessidade de professores especialmente preparados para este grau de ensino, fundamental para a formação da criança. Note-se que esta teoria era frontalmente contrária à política salazarista, que relegava para este grau de ensino, em geral, pessoas com pouca ou nenhuma formação pedagógica: os chamados regentes escolares, aos quais bastava ter a quarta classe.

O elevado nível do ensino praticado no Colégio Fernão de Magalhães e o facto de ser laico e progressista tornaram-no alvo das perseguições da ditadura, e o primeiro ataque foi a fundação de um colégio religioso, o Ave Maria, no prédio ao lado. A seguir, em 1948, Maria Isabel foi proibida de dirigir o colégio, e a direcção passou para outro professor. Mas pouco depois, em 11 de Fevereiro de 1949, o colégio foi definitivamente encerrado, como retaliação pelo destacado papel que ela vinha assumindo na oposição, pois foi a primeira mulher que pertenceu à comissão central do Movimento de Unidade Democrática (MUD) entre 1946 e 1948, e posteriormente ao Movimento Nacional Democrático (MND); e ainda pela sua activa participação na candidatura do General Norton de Matos, em 1949.

Assim, esta mulher, que tinha sofrido um terrível abalo pela morte do marido e ficara com cinco filhos a seu cargo, viu fecharem-se-lhe as portas da Faculdade de Letras e, a partir de 1949, depois do encerramento do Colégio, ser-lhe retirada a autorização para exercer a profissão de professora.

Essas perseguições vinham na sequência duma crescente intimidação e repressão nos meios culturais e universitários, pois já em anos anteriores

tinham sido expulsos do ensino professores como Abel Salazar, grande fisiologista internacionalmente conhecido, professor da Faculdade de Medicina do Porto; Rodrigues Lapa e Fidelino Figueiredo, professores da Faculdade de Letras de Lisboa; Aurélio Quintanilha, da Faculdade de Ciências de Coimbra; Mário de Azevedo Gomes, professor do Instituto Superior de Agronomia; e Bento de Jesus Caraça, professor de Matemática do Instituto Superior de Económicas e Financeiras, todos altamente prestigiados.

A partir de 1947 as perseguições explodiram com maior violência, e a esses prestigiados professores vieram juntar-se mais 22, provenientes das Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra, que foram afastados compulsivamente das suas cátedras, por decisão do Conselho de Ministros. Professores da Faculdade de Medicina de Lisboa, como Pulido Valente, Fernando Fonseca, Celestino da Costa e muitos outros, passaram a exercer medicina nos seus consultórios. Mas outros professores emigraram, como Manuel Valadares, o maior físico atómico português, que se foi juntar em Paris à equipa de Madame Curie, e Ruy Luís Gomes, matemático internacionalmente conhecido. José Morgado, Zaluar Nunes e muitos outros emigraram para o Brasil, onde foram entusiasticamente acolhidos por universidades brasileiras, tal como muitos dos seus colegas anteriormente afastados do ensino universitário.

Amigos e admiradores de Maria Isabel, estes seus colegas universitários criaram-lhe condições para que fosse leccionar numa universidade brasileira, o que ela aceitou, pois não lhe restava outra opção para sustentar a sua numerosa família (cinco filhos a seu cargo), já que não tinha outros recursos, para além do ensino. Assim, vendeu os seus livros e móveis, preparando-se para emigrar. Mas o governo de Salazar negou-lhe o passaporte e, quando um professor universitário, ligado ao regime mas seu admirador, procurou o ditador para lhe pedir que permitisse a saída de Portugal dessa professora, a exemplo de outros colegas que já tinham emigrado, este respondeu-lhe: «Ela *é mulher, que vá coser meias!*»

Mulher duma tenacidade inabalável, Maria Isabel arrendou um apartamento onde criou um ateliê de costura e ali trabalhou para conseguir sobreviver. O seu prestígio como professora angariou-lhe numerosos alunos aos quais dava explicações, alguns dos quais filhos de altas figuras do regime (!), cujos pais mandavam os seus motoristas transportá-la. As suas filhas recordam como ela aceitava esta situação, com altivez e dignidade.

CORAGEM, ALTIVEZ E DIGNIDADE

Estas foram qualidades que sempre a caracterizaram, em todas as circunstâncias, particularmente quando enfrentava as perseguições da polícia política, a PIDE, nas várias vezes em que foi presa em Caxias e uma vez nas «Mónicas», cárcere de presas comuns, onde foi metida como humilhação e de onde saiu dizendo que ali tinha feito interessantes estudos psicológicos e algumas amigas.

Conversando com algumas raparigas do MUD Juvenil, quando nos falava da possibilidade, sempre iminente, de sermos presas (ela, que não era militante do PCP), louvava o princípio que norteava os comunistas frente aos esbirros da PIDE: "N*ão falar na polícia, não ceder ao medo, às torturas, às suas chantagens. Não trair os camaradas*". Esta foi sempre a sua posição quando presa. Mas dizia-nos mais, segundo a sua própria experiência:

> "Eu, na minha vida prisional, fazia sempre o seguinte: tomava duche, mesmo quando o duche era frio, arranjava-me, vestia-me, maquilhava-me um pouco, como de costume, com o mesmo cuidado como se fosse tomar chá à Baixa. Assim, quando eles me chamavam, fosse para interrogatórios, ou fosse para o que fosse, deparavam comigo preparada para os enfrentar. Era uma maneira de os fazer compreender que eu estava firme, que estava absolutamente convicta das minhas ideias, uma forma imediata, visual, de terem um impacto: – com esta, não conseguimos nada."

Coragem, altivez e dignidade que manteve nas inúmeras vezes em que foi testemunha de defesa nos julgamentos de presos políticos, enfrentando as provocações da PIDE; e também quando apoiava corajosamente o seu filho, Carlos Aboim Inglez, preso numerosas vezes, torturado e metido no «*segredo*» dos vários cárceres, onde o mantiveram oito anos seguidos, somando cerca de dez anos se acrescentarmos prisões anteriores, quando mais jovem. Essa profunda ligação de mãe-filho, mãe antifascista que nunca foi comunista e filho comunista desde muito jovem, é sublinhada pelo Carlos num depoimento à publicação *Esboços* (CML, 1999), em que descreve uma romagem feita anualmente pelos jovens do MUD Juvenil, no dia 11 de Novembro, para depositar flores com fitas aludindo à Paz no monumento dedicado aos soldados da I Guerra Mundial; no ano anterior, na

mesma cerimónia oficial, tinha sido preso. Diz ele: "Então, no ano seguinte, a minha mãe (que sempre que eu era preso entrava em contacto com a PIDE e desancava-a, escrevia, etc., em minha defesa) resolveu ir comigo. E, de facto, quando chegou a altura do toque de corneta e do ir pôr as flores, a minha mãe e eu avançámos com um ramo de flores e desta vez (em 1951) não fomos presos. Por causa da minha mãe, que era uma personalidade que lhes metia respeito". E certamente porque a PIDE temia os seus inevitáveis protestos, se ela fosse presa numa cerimónia pública.

Mulher firme e por vezes aparentando alguma secura, tratou com um carinho inexcedível a nora Maria Adelaide Dias Coelho Aboim Inglez, presa com o marido e com a filha de quatro anos, que esteve durante dois anos na secção das mulheres em Caxias. Adelaide só quis entregar a filha à sogra, pois confiava na sua firmeza, e esta retirou a neta de Caxias e levou-a para sua casa, fazendo frente às dificuldades levantadas pelos carcereiros.

Outro exemplo destas qualidades, que caracterizavam Maria Isabel Aboim Inglez, foi o que aconteceu numa sessão comemorativa do segundo aniversário da morte de Bento de Jesus Caraça, a que ela presidiu, a convite de Francisco Pulido Valente. O governador civil de Lisboa só autorizou esta homenagem mediante a garantia de que não fossem mencionadas questões da política governamental no decurso da sessão, e Maria Isabel aceitou as restrições impostas, tendo exaltado na sua intervenção as extraordinárias qualidades e competências do homenageado. Entretanto, já no final da sessão, não se conteve e, como registou no seu relatório o representante do governador civil, ali presente, disse:

> "'Senhor representante do Governador Civil. Como V. tem visto, tem-se cumprido aquilo que havia sido determinado sobre algumas passagens que haviam sido recomendadas para não serem aqui pronunciadas. Era meu pensamento sincero obedecer, não aludindo às razões a que acedi em presidir a esta sessão. Mas, como presidente que sou desta assembleia, tenho deveres de honra a cumprir. Um desses deveres é ler todas as moções que aqui me são entregues. Diga ao senhor Governador Civil que tinha todo o desejo de cumprir a promessa feita, mas, acima de tudo, tenho o dever de invocar a personalidade de quem foi íntegro. E porque não o farei? Digamos: por medo ou por cobardia? – Quero manter a minha honra e dignidade, não me aviltando por cobardia!'

> Pronunciadas que foram as palavras acima transcritas, a referida senhora, rapidamente e sem que me fosse possível tomar qualquer decisão, procedeu à leitura da moção, cujo teor é o seguinte. – 'Considerando que se encontram presos, desde 19 do corrente o senhor professor Ruy Luís Gomes e (outro indivíduo cujo nome não me foi possível perceber), a assembleia, hoje aqui reunida, resolveu reclamar do senhor presidente do Conselho de Ministros a imediata libertação daqueles democratas.'"

Esta memorável sessão de 25 de Junho de 1950 terminou com toda a assistência em pé, aprovando a moção e aplaudindo o homenageado Bento de Jesus Caraça e a coragem, dignidade e firmeza de Maria Isabel Aboim Inglez.

NA DEFESA DA DEMOCRACIA: OS DIREITOS DAS MULHERES

Entre as que lutaram em defesa dos direitos das mulheres destaca-se, sem dúvida, Maria Lamas, contemporânea de Maria Isabel Aboim Inglez. É interessante sublinhar a admiração que Maria Lamas sentia por ela. Numa carta com data de 26 de Julho de 1950, dirigida a Maria Isabel, que uma das suas filhas guarda, Maria Lamas refere-se a essa homenagem a Bento Caraça nos seguintes termos:

> "*Querida Maria Isabel*
> *Foi tão intensa a impressão que me causou, ontem, a sua atitude nobilíssima, que sinto a necessidade de lhe repetir os protestos da minha admiração e do meu agradecimento. A Maria Isabel ergueu tão alto o seu prestígio e foi, de tal maneira, desassombrada, forte e digna, que o seu exemplo constituiu uma lição espantosa e ficará na história da luta pela democracia. Ficará, também, como um título de orgulho para todas nós, mulheres!*
> *Considero histórica a sessão de ontem. A sua extraordinária coragem moral foi a melhor e maior homenagem que era possível prestar à memória do Prof. Bento Caraça.*
> *Não me surpreendeu a sua decisão e nobre altivez, pois há muito admiro a sua personalidade, a sua inteligência e firmeza. Mas o que se passou ontem, na*

modesta sala da Sociedade Instrução e Beneficência José Estêvão, foi qualquer coisa excepcional e inesquecível. Aperto-a ao meu coração e agradeço-lhe, como portuguesa, como democrata e como Mulher, o exemplo que nos deu e o triunfo moral que ele representa, sobre os processos de repressão empregados pelo governo que nos oprime.
Sua amiga e admiradora
Maria Lamas"

Quer Maria Isabel Aboim Inglez, quer Maria Lamas, que integraram as direcções do Movimento de Unidade Democrática (MUD), criado em 1945, e do Movimento Nacional Democrático (MND), criado posteriormente, assim como Virgínia Moura e muitas outras mulheres que militaram nas secções femininas destes movimentos, participaram activamente nas várias campanhas eleitorais em que os opositores ao regime conseguiram fazer ouvir as suas vozes, expressando as reivindicações das mulheres.

O exemplo mais evidente de que estas reivindicações foram sempre levantadas pelos movimentos da oposição é a importante colectânea publicada pelos Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos, intitulada *Às Mulheres de Portugal* (Lisboa 1949), que inclui discursos pronunciados durante a campanha da candidatura por Maria Isabel Aboim Inglez, Maria Lamas, Ema Quintas Alves (mensagem), Dr. Rodrigues Lapa, Manuela Porto, Irene Bártolo Russel, Lídia França Pereira, Maria Helena Novais (palestra), Maria Palmira Tito de Morais e Cesina Bermudes.

A LUTA PELOS DIREITOS POLÍTICOS

Até à sua morte, em 1963, Maria Isabel manteve sempre uma consciente actividade política, contra todas as perseguições de que foi vítima. Mas o último grande golpe do fascismo foi a retirada dos seus direitos políticos. Quando da campanha eleitoral para as legislativas em finais de 1961, foi convidada a fazer parte das listas da Comissão Democrática Eleitoral por Lisboa, mas, ao tratar dos documentos para a candidatura, verificou que tinha sido retirada dos cadernos eleitorais. A esse grande choque reagiu com a sua habitual frontalidade, protestando e exigindo os seus direitos. O que nos resta desses protestos é um artigo de uma extraordinária lucidez

e profundidade, publicado no jornal *República*, de 31 de Outubro de 1961, ocupando uma página inteira, intitulado "A Ética e a Política":

> "[...] *Se me tivesse sido possível fazer uso dos meus direitos políticos que a lei me concede e os serviços de recenseamento me não asseguraram, e tivesse podido candidatar-me a deputada, como me pediram, quis e tentei por consciência de dever; e se os meus concidadãos do círculo de Lisboa houvessem de eleger-me para a Assembleia Nacional, seria a consciência do valor desta relação ético-política que viria a orientar a minha acção no órgão legislativo nacional.*"

Segue-se uma longa lista de reivindicações em defesa das liberdades democráticas e da paz. No final afirma:

> *"A concluir as minhas reflexões já longas para o espaço de um jornal, mas muito breves para a relevância do tema, direi apenas ainda que em meu juízo político a Democracia é um ideal de que temos de aproximar-nos cada vez mais pelas realizações da vontade firme dos povos. O impulso desse esforço construtivo da história tem no lema da moral kantiana a expressão da intenção que deverá animá-lo para mais rapidamente se atingir o ideal: 'Trata a humanidade em ti e nos outros homens como um fim e não apenas como um meio'. Isto quer dizer que o homem rebaixando e amesquinhando os outros homens se avilta a si próprio. Tão elevado conceito encontrou mais tarde expressão na linguagem filosófica de Marx na condenação da exploração do homem pelo homem, em tão justa concordância com o humanismo cristão."*

FONTES

Declarações e documentos fornecidos pelas filhas e neta: Maria Luísa H.S. d'Aboim Inglez Cid, Margarida H.S. d'Aboim Inglez Freitas Sampaio e Margarida Coelho d'Aboim Inglez;

Fundação para a Ciência e a Tecnologia;

Jornal *República,* de 31 de Outubro de 1961;

Jornal *O Diário,* de 6 de Março de 1984;

Jornal *Público*, de 26 e 27 de Dezembro 2004.

Leituras

* Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
1600-189 Lisboa, Portugal
anne.cova@ics.ulisboa.pt

Mulheres e eleições

Pires, A. P., Mariano, F. & Veiga, I. (Coords.). (2019)

Coimbra: Almedina, 278 pp.

ANNE COVA *

O título deste livro remete para a multidisciplinaridade, cruzando, com pertinência, as perspetivas da História e da Ciência Política. A temática estudada já foi objeto de várias publicações, nomeadamente em língua inglesa, que são devidamente mencionadas. Uma outra componente notável é o esforço que algumas contribuições fazem para apresentar uma abordagem comparada ou transnacional. Esta preocupação de ter uma perspetiva mais ampla é desejada pelos coordenadores: "importa integrar Portugal numa grelha de análise comparada e tentar examinar as trajetórias de participação e representação das mulheres numa maior amplitude histórica e espacial" (p. 17).

A primeira frase da introdução refere o caso da Arábia Saudita, que se tornou em 2015 o último país do mundo a permitir às mulheres o exercício do direito de voto. Mais perto de nós, geograficamente, a Suíça deu o direito de voto a todas as mulheres apenas em 1971. E em Portugal, "como bem recorda André Freire, no âmbito europeu, Portugal foi, pois, o país que mais tarde acedeu ao voto universal feminino e masculino – no ano de 1974" (p. 12). Se, em vários países, as mulheres

DOI https://doi.org/10.34619/mvk6-5n19

obtiveram o direito de voto pouco tempo depois da Primeira Guerra Mundial, como é o caso por exemplo dos Estados Unidos, em 1920, em outros países foi preciso esperar muitos anos. Segundo Fátima Mariano, essa resistência aos ideais sufragistas na Península Ibérica tem a ver com a elevada taxa de analfabetismo feminino, a interferência da Igreja católica e a entrada tardia das mulheres das classes média e alta no mercado de trabalho, resultado de um desenvolvimento industrial lento. Existe também um discurso preconceituoso sobre o voto conservador das mulheres, que Marta del Moral Vargas desmantela para o caso de Espanha: "Este discurso tinha servido para explicar a inclinação centro-direita das eleições de 1933, mas não tinha sido invocado para justificar o triunfo da esquerda em 1936" (p. 80).

Em Portugal, a ditadura militar concedeu o direito de voto apenas às mulheres diplomadas ou com o curso secundário. Tratava-se então de um "sufrágio restrito", que Marta del Moral Vargas analisa em pormenor para a Espanha, mostrando que houve várias tentativas em 1877, 1907 e 1908 para estabelecer um sufrágio limitado. Convém corrigir o erro frequente nas publicações quando mencionam as datas do sufrágio universal sem especificarem se é sufrágio universal feminino e masculino. Por exemplo, em França, muitos manuais falam do sufrágio universal obtido em 1848, quando na realidade convinha acrescentar universal masculino ou pôr universal entre aspas, porque as mulheres francesas só obtiveram o direito de voto cerca de um século mais tarde, em 1944, e votaram pela primeira vez em 1945. Assim, também é importante distinguir entre a data de obtenção do direito de voto e a primeira vez que este direito é exercido.

Outro enfoque primordial é a cronologia: por exemplo, se a médica portuguesa Carolina Beatriz Ângelo foi a primeira mulher num país da Europa do Sul a exercer o direito de voto em 1911 (ela conseguiu votar porque, além de ser maior de idade e de saber ler e escrever, era chefe de família por ser viúva e ter uma filha menor a seu cargo), logo a seguir os republicanos portugueses corrigiram essa "falha". Para evitar novos casos, o governo de Afonso Costa (1871-1937) aprovou, em 3 de julho de 1913, um novo Código Eleitoral (Lei n.º 3), o qual determinava que apenas "os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos poderiam participar em eleições legislativas e administrativas" (p. 31).

Em 1935, o Estado Novo nomeou três mulheres deputadas, e a este propósito Ana Campina analisa os discursos de Salazar sobre as mulheres. Em Espanha, foi também na ditadura de Primo de Rivera que as mulheres ocuparam pela primeira vez um lugar como deputadas, em 1927. Novamente a cronologia é de realçar porque, ao contrário do que aconteceu na maioria dos países, a Espanha aprovou primeiro o direito de as mulheres se candidatarem ao Parlamento e só depois o direito de voto feminino. No entanto, convém referir que as deputadas espanholas em 1927 eram uma minoria: dos 385 parlamentares da Assembleia Nacional, apenas 15 eram mulheres. Daí a importância de referir sempre os números e as percentagens, cuja relevância é sublinhada por Carla Luís no prefácio ao livro: os números "são, por si só, uma conclusão quando falamos de democracia e representação" (p. 5). Ana Vargas e Teresa Fonseca, que se concentram sobre as intervenções das mulheres nas Constituintes de 1975-1976, mostram que durante os dez meses de funcionamento da Assembleia Constituinte, entre 2 de junho de 1975 e 2 de abril de 1976, foram 27 as deputadas que assumiram funções num universo de 327 deputados.

Falar do direito das mulheres ao voto implica saber que eleições são contempladas. Podem ser eleições ao nível do poder local, tema sobre o qual se debruçam Albertina Jordão e Maria Antónia Pires de Almeida. A esse respeito, é de notar que, em 1862, a Suécia reconheceu o direito de voto das contribuintes solteiras nas eleições municipais. Em Portugal, foi só depois do 25 de Abril que as mulheres se tornaram presidentes de Câmara. Como o livro demonstra bem, a participação das mulheres na vida política não se resume ao nível da política parlamentar. Existem diversos níveis de participação, sendo que as eleições autárquicas são igualmente um momento importante.

Outra questão interessante é o debate em torno da "relação entre a emergência dos governos democráticos e a inclusão política das mulheres", sendo "muito difícil afirmar que a democracia tem contribuído para uma maior representação das mulheres nos parlamentos nacionais" (p. 14). Isso leva a refletir sobre os vários fatores a ter em conta: sistema eleitoral; funcionamento dos partidos políticos; emprego de quotas; lei da paridade de género. Esta última foi introduzida em 2006 em Portugal e é destacada na contribuição de Ana Cabrera e Carla Martins, que

analisam, com base na participação das mulheres no Parlamento Europeu, as estratégias de integração da perspetiva de género nos países da União Europeia. O texto mostra como as reformas feitas pelo sistema político podem contribuir para uma maior equidade de participação entre homens e mulheres na esfera política.

O tema mulheres e eleições inclui também as campanhas eleitorais e os mecanismos de competição para liderar os partidos políticos. O livro encerra com um texto de três politólogos: Ana Espírito-Santo, André Freire e Sofia Serra-Silva. Trata-se da tradução para Português de um artigo que foi publicado inicialmente em 2018 em Inglês na revista *Party Politics* e "visa compreender como a interação entre o partido político e o sexo dos candidatos parlamentares influencia as preferências políticas dos últimos" (p. 260).

Contributo muito importante para a História e para a Ciência Política, este livro de consulta agradável (apesar da falta de um índice onomástico e da ausência, com a exceção dos coordenadores, de notas biográficas dos outros autores) é um fecundo convite a prosseguir a inclusão do género numa perspetiva transnacional.

As vozes que se entrecruzam: Múltiplas discriminações II

Sales, T., & Ralão, J. (Coord.). (2020)

Lisboa: UMAR, 115 pp.

NATIVIDADE MONTEIRO *

Este livro, publicado pela UMAR, reúne estudos sobre as muitas formas de opressão, discriminação e marginalização que afectam as mulheres, em função do género, classe, raça/etnia e deficiência. É mais uma edição do Projecto Memória e Feminismos que, desde 2012, tem recolhido e preservado 'histórias de vida de mulheres' de diferentes classes sociais, idades e proveniências. Depois desta incursão sobre as memórias, percursos e experiências de mulheres que saíram da sombra e tomaram lugar na ágora como cidadãs de pleno direito, o Projecto dirigiu o olhar para alguns dos grupos mais invisibilizados e marginalizados. Primeiro, deu lugar às lésbicas, transexuais, imigrantes, ciganas e trabalhadoras do sexo, e depois, às mulheres negras e afrodescendentes, mulheres do mundo rural, trabalhadoras domésticas e mulheres com deficiência, sendo estas últimas o objecto de estudo deste livro.

Com prefácio de Ana Maria Pessoa, o livro divide-se em quatro partes. Na primeira, dedicada às

DOI https://doi.org/10.34619/1jzo-pm58

* Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Centro de História Contemporânea.
1069-061 Lisboa, Portugal.
nati.monteiro@netcabo.pt

mulheres negras e afrodescendentes, Patrícia von der Way, seguindo o modelo analítico da interseccionalidade, escreve sobre a violência e os desafios e singularidades étnico-raciais a que aquelas estão sujeitas na vida quotidiana, no mercado de trabalho e nas migrações. A autora tenta um estudo comparativo da situação das mulheres negras e das políticas públicas de inserção social e de igualdade no acesso à educação e ao mercado de trabalho no Brasil, Espanha e Portugal, concluindo que os progressos verificados se devem mais ao esforço individual e colectivo das próprias do que às iniciativas ou políticas de empoderamento implementadas nos respectivos países. Só um debate informado e empenhado entre a academia, os movimentos sociais e as instituições políticas poderá incentivar a promoção de medidas especialmente dirigidas a este grupo social para uma maior equidade de direitos e oportunidades. No mesmo campo temático, Ana Paula Costa discorre sobre a interseccionalidade como método de análise que tem em linha de conta outras dimensões indissociáveis do género, como raça/etnia, classe social, nacionalidade, religião e sexualidade. Estas dimensões fazem parte das identidades individuais e colectivas das mulheres, cujas experiências podem ser distintas para mulheres brancas e negras, em semelhantes ou diferentes contextos sociais e políticos.

A segunda parte é dedicada às mulheres do mundo rural. Manuela Tavares reflecte sobre as desigualdades existentes entre as mulheres dos centros urbanos e as das aldeias do interior, problemática que é urgente debater, por haver muito a fazer no combate ao isolamento, ao conservadorismo, ao machismo, à violência doméstica, bem como à falta de reconhecimento e de oportunidades profissionais. As mulheres são as que mais têm resistido à desertificação e são as mais atingidas pela pobreza e exclusão social. O Relatório da ONU «Transformando Promessas em Acções: A Igualdade de Género na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável» confere às mulheres um papel importante na defesa do ambiente, na protecção da biodiversidade e na preservação dos recursos naturais. Na mesma linha de pensamento, Maria do Carmo Bica fala das suas experiências como mulher do interior e como Técnica Superior na Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e traça um quadro negro da situação das mulheres que sobrevivem da pequena agricultura familiar, em vias de

desaparecimento, em resultado da Política Agrícola Comum. Os projectos implementados para a emancipação das mulheres em meios rurais têm sido votados ao fracasso por falta de apoios institucionais e pelo conservadorismo, controlo social e múltiplas discriminações que condicionam os seus percursos, escolhas e autodeterminação. Teresa Sales e Joana Ralão corroboram estas dificuldades num texto elaborado com base nas histórias de vida de mulheres do Interior Centro e do Nordeste Transmontano que resistem ao isolamento e ao controlo social, acreditando poder remover obstáculos e combater desigualdades através da educação.

Na terceira parte, Manuel Abrantes escreve sobre as trabalhadoras domésticas, salientando os quantitativos oficiais do sector, a heterogeneidade da sua composição e das relações laborais, a diversidade de cuidados directos e indirectos prestados e a variedade sociodemográfica, quer das trabalhadoras quer das pessoas que as contratam, elementos importantes para avaliar e resolver os problemas aí encontrados, como a remuneração, o horário de trabalho, a protecção social, a saúde, a segurança, a organização colectiva, a literacia de direitos e a valorização simbólica do serviço doméstico. Inês Brazão chama a atenção para a importância de fazer a história das trabalhadoras domésticas, na medida em que a mais grave das discriminações de que são alvo é a ausência de um discurso sobre o que é, o que representa e o espaço que ocupa o serviço doméstico no espectro do trabalho global. "O estudo da condição servil permite compreender uma estrutura social subterrânea que teve um peso fundamental na história recente do país e, sublinhe-se, na história das mulheres portuguesas invisibilizadas" (p. 82). A subalternidade servil foi silenciada, mas deixou rasto e influência nas formas de dependência social que reproduzem as desigualdades mesmo no regime de trabalho assalariado. A subvalorização cultural e a exploração do serviço doméstico são comprovadas pelas intervenções das trabalhadoras que participaram na última tertúlia do projecto, e que aqui são reproduzidas por Teresa Sales.

Por último, Maria Helena Alves reflecte sobre as múltiplas discriminações exercidas sobre as mulheres com deficiência, destacando as acções desenvolvidas nas últimas décadas em prol do movimento associativo para apoiar, aconselhar e defender os seus direitos, visto que estão mais expostas à pobreza,

exploração, maus-tratos e abusos sexuais. Ana Patrícia Santos aborda as vulnerabilidades, as exclusões e a realidade pouco visível da violência doméstica sobre as mulheres invisuais. Paula Campos Pinto e Teresa Janela Pinto identificam as estruturas e processos de desvalorização e marginalização social e cultural das mulheres com deficiência e mostram como as desigualdades e exclusões afectam o seu quotidiano nas esferas da educação, do trabalho e emprego, da vida familiar e relações de intimidade. Contudo, estas mulheres revelam grande capacidade de resiliência e autodeterminação para o exercício da cidadania.

Eis um livro que levanta a ponta do véu sobre campos temáticos pouco iluminados.

Linha Editorial
Normas de Publicação

LINHA EDITORIAL

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher dá o seu primeiro número à estampa em 1999, sendo a sua publicação semestral.

É promovida pelo grupo de investigação com o mesmo nome, integrado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA).

Aceita e publica artigos em português, espanhol, francês e inglês, visando, desse modo, a internacionalização. Abrange um leque variado de rubricas, sendo os "estudos" sujeitos a avaliação por especialistas, em regime de anonimato. Somente a secção *Estudos* está sujeita a arbitragem científica.

Através da pluralidade de perspectivas e da diversidade de temas abordados, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* pretende divulgar trabalhos no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres, dos Estudos Feministas e dos Estudos de Género, que possam contribuir para a transformação das práticas relacionais e dos simbolismos que as suportam. Emergindo da academia e a ela também se destinando, constitui-se como proposta de diálogo científico cada vez mais afirmado nas universidades portuguesas.

PROCEDIMENTO DE ARBITRAGEM

Os artigos propostos à revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* são submetidos, sob anonimato, ao parecer por dois especialistas – *blind referees* – nacionais e/ou internacionais, garantindo a imparcialidade da avaliação. Os pareceres deverão ter em conta a adequação e enquadramento do artigo nos objectivos da revista *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, a sua qualidade científica, a pertinência, a originalidade, a clareza e a coerência de conteúdos, a explicitação da metodologia, o rigor da escrita e o equilíbrio formal.

Os pareceres deverão explicitar: aceite sem restrições; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, contribuindo para a possível melhoria da qualidade científica do artigo a ser enviado, sob anonimato, ao/à respectivo/a autor/a. Para a publicação, o artigo deve contar com dois pareceres favoráveis.

PEER REVIEWING PROCESS

Articles forwarded to *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher* are submitted, anonymously, for peer reviewing by two national and/or international specialists – *blind referees* – therefore allowing for the impartiality of the review process. The peer reviewing process must hold into account how the article corresponds to the overall goals of the journal *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*; its scientific quality; the relevance, originality, clarity and coherence of its contents; the delineation of its methodology; the clarity of writing and its formal coherence and balance.

Only the articles in the section *Estudos* are submitted for peer reviewing.

Reviews must be explicit in their considerations for publishing: accepted without restrictions; accepted with restrictions (indicating which); rejected. Further suggestions that may be seen as pertinent in terms of changes to the article may also be requested, in order to be transmitted, anonymously, to the author(s). In order to be published, the article must hold two favourable reviews.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA *FACES DE EVA. ESTUDOS SOBRE A MULHER*

1. Os/As autores/as devem entregar um exemplar digital em formatos word e pdf, letra Times New Roman, fonte 12, espaço e meio. Todos os textos devem vir acompanhados de folha de rosto com a identificação e afiliação dos/das autores/as isto é, universidade, faculdade, departamento/centro, cidade, país e endereço de *e-mail*, de preferência institucional, pois só este pode aparecer na plataforma SciELO. É importante evitar abreviaturas e acrónimos sem especificação do nome por extenso.

2. Os *Estudos*, originais, não podem ultrapassar 40 000 caracteres (incluindo espaços) e devem conter título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo e no idioma inglês (exemplo: para um artigo escrito em espanhol devem aparecer título, resumo e palavras-chave em espanhol, português e inglês). No caso de o artigo ser escrito em inglês, esses elementos deverão surgir em português. Os resumos devem ter no máximo 650 caracteres e até 5 palavras-chave.

Os *Estudos* originais propostos para publicação são submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas como indicado no procedimento de arbitragem.

3. O *Estado da Questão, Pioneiras* e *(Auto-)Retrato* não devem ultrapassar os 12 000 caracteres (incluindo espaços). O *Estado da Questão* deve vir acompanhado do respectivo logótipo (em formato jpg/gif). *Pioneiras* e *(Auto-) Retrato* devem ser acompanhados de uma fotografia (em formato jpg/gif).

4. Os *Diálogos* não devem ultrapassar os 20000 caracteres (incluindo espaços).

5. As *Entrevistas* não devem ultrapassar os 15000 caracteres (incluindo espaços) e devem vir acompanhadas de uma fotografia (em formato jpg/gif).

6. As *Leituras* de livros, filmes, ou de qualquer outro suporte de carácter cultural e/ou artístico não devem ultrapassar os 6000 caracteres (incluindo

espaços) e são aceites desde que tenham sido publicados/apresentados, no máximo, no ano anterior.
7. Antes de iniciar o processo de arbitragem científica, todos os textos serão objecto de uma primeira triagem para verificação de que cumprem as regras aqui apresentadas.

8. Os nomes e endereços de autores/as de artigos submetidos a esta revista e que não sejam aceites para publicação não serão disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

9. Apenas são aceites referências bibliográficas de obras citadas, que deverão ser colocadas no fim do respectivo artigo. Nas citações no corpo do texto, deverá aparecer o apelido do/a autor/a, o ano e a página da referência. As transcrições devem abrir e fechar com aspas, quando não excederem as 4 linhas; no caso de citações mais longas, deverão ser entalhadas e transcritas sem aspas.

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher utiliza as normas APA, versão 6. (Mais informação em http://www.apastyle.org/).

Exemplos:

Anderson, A. K., Christoff, K., Panitz, D., De Rosa, E., & Gabrieli, J. D. E. (2003). Neural correlates of the automatic processing of threat facial signals. *Journal of Neuroscience, 23,* 5627–5633.

Casa Real. (1762, Novembro 9). *Mordomia-mor da Casa Real* (liv. 1, fl. 182). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Goleman, D. (2000). *La inteligencia emocional: Por qué es más importante que el cociente intelectual.* Ciudad de México, México: Ediciones B.

Lang, P. J., Bradley, M. M., & Cuthbert, B. N. (1997). Motivated attention: Affect, activation, and action. In P. J. Lang, R. F. Simons & M. Balaban (Eds.), *Attention and orienting: Sensory and motivational processes* (pp. 97–135). Mahwah, NJ: Erlbaum.

Leal, J. J. (2006). *Violência doméstica contra a mulher:* breves comentários à Lei n.º 11.340/2006. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1214, 28 out. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9096

Lisboa 30 de Agosto. (1736, n.º 34, Agosto 23). *Gazeta de Lisboa Occidental*, p. 406.

Pollock, G. (2011). A modernidade e os espaços de feminilidade. In A. G. Macedo e F. C. Rayner (Edits.), *Género, cultura visual e performance: Antologia crítica, 02* (pp. 53-67). Vila Nova de Famalicão: Húmus.

Proença, R. (Ed.). (1975). *Guia de Portugal, I, Generalidades*. Lisboa: Gulbenkian.

Saxe, M. J. de B. (1781, Julio 27). [*Carta de D. Maria Josefa de Bourbon y Saxe, Infanta de Espanha, para D. Maria I*]. (*Manuscritos*, 54-V-20, nº 5c). Biblioteca da Ajuda, Lisboa.

10. Enviar textos em formatos word e pdf para:
Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
E-mail: facesdeeva@fcsh.unl.pt

PUBLICATION NORMS FOR ARTICLES FOR THE JOURNAL *FACES DE EVA. ESTUDOS SOBRE A MULHER*

1. The author(s) must send a digital copy in both word and pdf format. Please use Times New Roman, size 12, at a space and a half. All manuscripts must have a cover page with the following information: identity and affiliation (e.g., university, college, department/research centre) of the author(s); city, country; e-mail address (preferably an institutional one, for purposes of appearing in the SciELO platform). Acronyms must only be used after providing the full name(s) to which they refer.

2. Original manuscripts submitted for the *Estudos* (Studies) section may not exceed 40000 characters (including spaces) and must contain title, abstract and keywords in the language in which the article is written, but also in English and Portuguese (example: an article written in Spanish must contain title, abstract and keywords in Spanish, Portuguese and English). For articles written in English, the aforementioned elements must also be in Portuguese. Abstracts must not exceed 650 characters and must have up to 5 keywords.

Original Manuscripts submitted for consideration in the *Estudos* (Studies) section are submitted to a review process by two specialists in the respective scientific areas, as indicated in the peer reviewing process.

3.The sections *Estado da Questão* (State of the Art), *Pioneiras* (Pioneers) and *(Auto-)Retrato* ((Self-)Portrait) must not exceed 12000 characters (including spaces). The section *Estado da Questão* (State of the Art) must include the respective institutional logo (in jpg/gif format). The others sections must include a photograph (in jpg/gif format).

4. The section *Diálogos* (Dialogues) must not exceed 20000 characters (including spaces).

5. The section *Entrevistas* (Interviews) must not exceed 15000 characters (including spaces) and must include a photograph (in jpg/gif format).

6. The section *Leituras* (Reviews) includes appraisals of books, movies, or any other type of cultural and/or artistic production. Submissions must not exceed 6000 characters (including spaces) and must focus on materials that were published or released twelve months prior to the expected date of publication of the number of the journal.

7. Before initiating the peer reviewing process, all manuscripts will be subjected to a screening so as to ascertain that all publishing norms are duly followed.

8. Personal information regarding authors who submit manuscripts for the journal, namely their names and addresses, will be used solely for the purposes of the publication of scientific work, and will not be used for other ends or made available to third parties.

9. Only bibliographical references of works cited shall be accepted. These must be placed at the end of the article. Works must be cited in the text, with the following format: (author surname, year, page). Short quotations, not exceeding 4 lines, should be enclosed within quotation marks in the text. Longer quotations must be separated from the text and not be enclosed within quotation marks.

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher follows the norms provided by APA, version 6. (Further information in http://www.apastyle.org/).

Examples:

Anderson, A. K., Christoff, K., Panitz, D., De Rosa, E., & Gabrieli, J. D. E. (2003). Neural correlates of the automatic processing of threat facial signals. *Journal of Neuroscience, 23,* 5627-5633.

Casa Real. (1762, Novembro 9). *Mordomia-mor da Casa Real* (liv. 1, fl. 182). Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Goleman, D. (2000). *La inteligencia emocional: Por qué es más importante que el cociente intelectual.* Ciudad de México, México: Ediciones B.

Lang, P. J., Bradley, M. M., & Cuthbert, B. N. (1997). Motivated attention: Affect, activation, and action. In P. J. Lang, R. F. Simons & M. Balaban (Eds.), *Attention and orienting: Sensory and motivational processes* (pp. 97-135). Mahwah, NJ: Erlbaum.

Leal, J. J. (2006). *Violência doméstica contra a mulher: breves comentários à Lei nº 11.340/2006.* Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 1214, 28 out. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9096

Lisboa 30. de Agosto. (1736, n.º 34, Agosto 23). *Gazeta de Lisboa Occidental*, p. 406.

Proença, R. (Ed.). (1975). *Guia de Portugal, I: Generalidades.* Lisboa: Gulbenkian.

Saxe, M. J. de B. (1781, Julio 27). (*Carta de D. Maria Josefa de Bourbon y Saxe, Infanta de Espanha, para D. Maria I*). (*Manuscritos*, 54-V-20, n.º 5c). Biblioteca da Ajuda, Lisboa.

10. Address for manuscript submission in word and pdf format:
Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
E-mail: facesdeeva@fcsh.unl.pt

Revista Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
PROPOSTA DE ASSINATURA ANUAL

Assino a revista ***Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*** para o ano de _____.

O pagamento deverá ser realizado por transferência bancária, através do IBAN: PT 50 0781 011200000006399 80. Se o pagamento for efectuado pela internet, identifique *Faces de Eva* como destinatário. Após transferência, solicitamos que nos envie o comprovativo e esta proposta de assinatura.

Preços de Assinatura Anual:
Dois números: € 21,00

Obs.: Os portes, no território nacional, são a cargo de *Faces de Eva*. Caso resida no estrangeiro, acrescente €5,00 ao valor da encomenda.

Nome: _____
Morada: _____
Código Postal: .....- ..... _____
Telefone: _____
Telemóvel: _____
E-mail: _____
N.º de Contribuinte: _____

Data: _____/_____/_____ Assinatura: _____

A enviar para:

Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher
CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
Avenida de Berna, 26 C
1069-061 LISBOA

Manuela Silva
(1932-2019)

Manuela Silva no Doutoramento Honoris Causa no ISEG, 21-6-2013
© ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

NOTA DE ABERTURA
Isabel Henriques de Jesus

POEMA
Jardim perdido
Sophia de Mello Breyner Andresen

HOMENAGEM
O legado de Manuela Silva: Um desafio para o futuro
Carlos Farinha Rodrigues

Aprender com Manuela Silva
Margarida Chagas Lopes

ESTUDOS
Why does peace matter for the feminist and women's movement for gender equality? Disentangling the relationships between women and peace and security and the Beijing Declaration and Platform for Action
Agnieszka Fal-Dutra Santos

Assimetrias de género na(s) engenharia(s) em Portugal: Dinâmicas e desafios
Catarina Teixeira
Sara Falcão Casaca

A Plataforma de Ação de Pequim e o processo de revisão Pequim +25
Elsa Quinteiro de Nogueira

Uma reflexão sobre desigualdade de género e saúde no contexto da migração: Que desafios e respostas para a promoção da saúde das mulheres migrantes?
Sónia Dias
Mariana Nunes
Ana Gama

On the 25th Anniversary of the Beijing Conference on Women: Assessing progress in achieving meaningful gender-balance in environmental policy making and management
Susan Buckingham

ESTADO DA QUESTÃO
Associação Mulheres Sem Fronteiras
Ana Ribeiro

DIÁLOGOS
25 anos da Plataforma de Ação de Pequim
CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

ENTREVISTAS
Rosa Monteiro
Elsa Quinteiro de Nogueira
Indira Leão

Maria Virgínia Brás Gomes
Mariana de Oliveira Rodrigues

PIONEIRAS
Beatriz Craveiro Lopes
Maria do Céu Borrêcho
Cristina César das Neves

Dina Pedro
Indira Leão

(AUTO-)RETRATO
Ana Coucello

Maria Isabel Aboim Inglez
Margarida Tengarrinha

LEITURAS

CIG
COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros

Cofinanciado por:
PO ISE PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

NOVAFCSH FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
CICS.NOVA CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACES DE EVA Estudos sobre a Mulher
AMIGOS Revista Faces de Eva
FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ISSN 0874-6885